

VIVA O VERDE SP

PLANO DE GESTÃO

PARQUE LINEAR ÁGUA PODRE - YPUERA





Produto 3.1

Estrutura de gestão e manutenção das áreas verdes construídas, incluindo o Plano de Gestão de Parques previsto no Programa de Metas 2021-2024 do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

Prefeito

Rodrigo Ravena

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

Carlos Eduardo de Vasconcellos

Secretário Adjunto

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)

Tamires Oliveira

Chefe de Gabinete

Rodolfo Maiche

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Oscar de Souza

Assessoria Jurídica (AJ)

Cleide Cremonesi

Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Tatiana Coelho

Coordenação de Administração e Finanças
(CAF)

Christiane Ferreira

Coordenação de Licenciamento Ambiental
(CLA)

José Carlos Paludeto

Coordenação de Educação Ambiental (DEA)
e Universidade Aberta do Meio Ambiente e
Cultura de Paz (UMAPAZ)

Willian Agra

Coordenação de Fiscalização Ambiental
(CFA)

Liliane Arruda

Coordenação de Gestão dos Colegiados
(CGC)

Juliana Summa

Coordenação de Gestão de Parques e
Biodiversidade Municipal (CGPABI)

Rosélia Ikeda

Coordenação de Planejamento Ambiental
(CPA)

Ana Lúcia de Jesus

Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia
da Informação e Comunicação (NDTIC)



**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS
(ONU-HABITAT)**

Elkin Velasquez

Representante Regional para América Latina e o Caribe

Rayne Moraes

Chefe do Escritório do Brasil e Oficial a Cargo do Escritório do Cone Sul

Ana Elisa Larrarte

Daphne Besen

Gerentes de Programas

Fábio Donato

Julia Caminha

Julia Rabelo

Laura Collazos

Tiago Marques

Analistas de Programas

Giselle Mansur Batista

Pedro Araújo Patrício

Vivian Silva

Analistas de Dados

Aléxia Saraiva

Coordenadora de Comunicação & Advocacy

Flávia Scholz

Analista de Comunicação

Camila Nogueira

Designer Gráfica

Gabriela Gullich

Designer Gráfica Júnior

Claudia Bastos de Mello

Coordenadora Financeira

Adriana Carneiro

Carina Lucena

Carolina Oliveira

Analistas de Operações

Mariana Assad

Assistente de Operações

Jessica Blanco

Assistente Administrativa

Severino Marcelino de Azevedo

Motorista



EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO VIVA O VERDE SP

Jordi Sánchez-Cuenca
Coordenador de Programas

Mateus Santos
Bruna Leite
Maria Fernanda Godoy
Carlos Sandler
Analistas de Programas

Laura Figueiredo
Júlia Rocha
Assistentes de Programas

Tiago Lourenzi
Assistente de Dados

Guilherme Justino
Analista de Comunicação

DESENVOLVIMENTO DOS PLANOS DE GESTÃO

Fernanda Lima
Consultora em Espaços Públicos

Adriana Quedas
Consultora em Meio ambiente

Conrado Vivacqua
Consultor em Arquitetura

Bianca Brasil
Consultora em Biologia

REVISÃO FINAL

Julia Caminha



LISTA DE SIGLAS

AI – Área de Influência
AMA – Atendimento Médico Ambulatorial
CADES - Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CCA – Centro para Crianças e Adolescentes
CCM – Cadastro de Contribuintes Mobiliários
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CG – Conselho Gestor
CGC – Coordenação de Gestão dos Colegiados
CGPABI – Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal
CPA/SMPED – Comissão Permanente de Acessibilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
CPA/SVMA – Coordenação de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DIPO – Divisão de Implantação de Projetos e Obras
DGPU – Divisão de Gestão de Parques Urbanos
DFS – Divisão de Fauna Silvestre
EA – Educação Ambiental
GCM – Guarda Civil Municipal
GR – Grupo de Referência
LGBTQIAPN+ – Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário e o sinal de “+” é usado para incluir outras identidades de gênero.
MEA – Avaliação Ecológica do Milênio
ONU – Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
PCDs – Pessoas Com Deficiência
PDE – Plano Diretor Estratégico
PMMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
PMSA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais
SAPAVEL – Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento
SIG – Sistemas de Informações Geográficas
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMUL – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS – Unidade Básica de Saúde
UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Elementos estruturantes de um Plano de Gestão.....	23
Figura 2 - Localização do Parque Linear Água Podre - Ypuera no município de São Paulo ...	30
Figura 3 - Desapropriações realizadas para a implantação do Parque Linear Água Podre - Ypuera.....	35
Figura 4 - Localização do Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes) nas Macrozonas e Macroáreas do Plano Diretor de SP.....	36
Figura 5 - Parque Linear Água Podre – Ypuera, as obras estruturantes previstas na Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico de São Paulo e o Parque Jóia proposto ao Norte.....	36
Figura 6 - Obras de canalização do Córrego Água Podre	37
Figura 7 - Área de Influência (AI) do Parque Linear Água Podre - Núcleo Nascentes, em vermelho. As áreas verdes à noroeste são os outros núcleos previstos para o Parque Linear Água Podre - Ypuera	38
Figura 8 – Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Linear Água Podre - Ypuera	39
Figura 9 - Área do Parque Linear Água Podre – Núcleo Nascentes incluída no Perímetro de Ação 212 – Rio Pequeno, do Plano Regional do Butantã.....	40
Figura 10 - Densidade Demográfica (hab/Km ²) e IPVS para a área do entorno do parque....	41
Figura 11 - Estações de metrô existentes e previstas.....	42
Figura 12 - Hipsometria do Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes) e seu entorno.....	53
Figura 13 - Mirante na parte mais alta do parque no núcleo nascentes.....	54
Figura 14 - Áreas do Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes) apresentando entulho, restos de construções e lajes de cimento, e as áreas alagadas.....	57
Figura 15 - Passarela passando por cima da nascente do Córrego Água Podre.....	58
Figura 16 – Rede hidrográfica do Parque Linear Água Podre – Ypuera e seu entorno	60
Figura 17 - Taxas de Permeabilidade existentes Bacia Hidrográfica do Córrego Jaguaré	61
Figura 18 - Lagoa formada pelo Córrego Água Podre e a Placa indicativa de Área de Mananciais	62
Figura 19 - Imagem aérea com delimitação dos trechos do Parque Linear Água Podre - Ypuera.....	66
Figura 20 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Núcleo Nascentes (Raposo Tavares).....	67
Figura 21- Tiê-preto (<i>Tachyphonus coronatus</i>) em registro no Parque Linear Água Podre	69
Figura 22 - Jacuguaçu (<i>Penelope obscura</i>) em registro no Parque Linear Água Podre	69
Figura 23 – Elementos de sinalização do parque.....	79
Figura 24 – Registro de colocação das principais lixeiras do parque.....	80
Figura 25 – Registro do bebedouro existente.....	80
Figura 26 – Visuais da portaria e edificação principal, com destaque para seus elementos vazados marcantes.....	81
Figura 27 – Estrutura da passarela do parque e destaque para má execução do encontro entre o piso da passarela e os pilares de sustentação	81
Figura 28 – Registro dos principais equipamentos esportivos do parque	82
Figura 29 – Área superior com a vista dos brinquedos infantis	83
Figura 30 – Área junto à edificação da administração com brinquedos infantis.....	83



Figura 31 – Registros de elementos de iluminação do parque	84
Figura 32 – Registros dos principais equipamentos de repouso do parque	84
Figura 33 – Elementos de estacionamento de carros e bicicletas	85
Figura 34 – Tipos das oficinas.....	139
Figura 35– Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário	142
Figura 36– Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora	142
Figura 37– Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta	143
Figura 38– Diagrama de estrela – gênero.....	144
Figura 39 – Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (mulheres)	145
Figura 40 – Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (homens)	146
Figura 41 – Registro da atividade “Diagrama de Estrela”	146
Figura 42– Registro da atividade “Mapeamento Afetivo”	147
Figura 43 – Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”	148
Figura 44 – Registros da atividade “Árvore dos Sonhos”	149

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão	27
Tabela 2 – Ficha introdutória do parque	29
Tabela 3 – Acessos e Cercamentos (1)	76
Tabela 4 – Estacionamento (2).....	76
Tabela 5 – Caminhos (3).....	76
Tabela 6 – Esporte e Ginástica (4)	76
Tabela 7 - Infantil e Lúdico (5).....	77
Tabela 8 – Cultura e Multiuso (6)	77
Tabela 9- Estar e Descanso (7)	77
Tabela 10 - Animais Domésticos (8).....	77
Tabela 11 – Edificações (9)	77
Tabela 12 - Distribuição dos custos (R\$) de manutenção e operação do Parque Linear Água Podre – Ypuera	94
Tabela 13 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes	126
Tabela 14 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP	126
Tabela 15 - Distribuição anual dos períodos de coleta	131
Tabela 16 - Distribuição anual dos períodos de coleta	132
Tabela 17 - Pontuação dos dados coletados pela variação anual	132
Tabela 18 - Frequência de visitação das pessoas inscritas.....	140
Tabela 19 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista	141

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1– Limites do Parque Linear Água Podre - Ypuera	31
Mapa 2– Uso do Solo Predominante na área de influência do parque.....	33
Mapa 3– Cortiços, favelas e loteamentos irregulares.....	34
Mapa 4 – Sistema viário no entorno do parque e identificação do sistema cicloviário	43
Mapa 5 – Sistema viário no entorno do parque e identificação das faixas exclusivas de ônibus e pontos de ônibus	44
Mapa 6 – Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque.....	46



Mapa 7 – Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque.....	47
Mapa 8– Equipamentos Culturais do Território-Parque.....	48
Mapa 9 – Equipamentos Educacionais do Território-Parque	49
Mapa 10 – Equipamentos de Esportes do Território-Parque.....	50
Mapa 11 – Equipamentos de Saúde do Território-Parque.....	51
Mapa 12 – Declividades no Parque Linear Água Podre – Ypuera e entorno	55
Mapa 13 - Bacia hidrográfica do Córrego Jaguaré.....	59
Mapa 14 – Remanescentes de Biomas no entorno do Parque Linear Água Podre - Ypuera .	63
Mapa 15– Vegetação significativa no entorno do Parque Linear Água Podre - Ypuera	64
Mapa 16 – Mapeamento da cobertura vegetal no entorno do Parque Linear Água Podre - Ypuera.....	65
Mapa 17 - Equipamentos e espaços internos no Parque Água Podre – Núcleo Nascentes..	75
Mapa 18– Setorização do Parque Linear Água Podre - Ypuera	88
Mapa 19 – Setorização do Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes).....	89



GLOSSÁRIO

Áreas de risco ambiental: regiões habitadas com pessoas expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações (PLANPAVEL, 2022).

Área Protegida: área com características naturais relevantes e limites geográficos definidos, regulamentada e gerida por instrumentos legais, com o objetivo de promover, de forma duradoura, a recuperação ambiental, a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (PLANPAVEL, 2022).

Área Verde: conjunto de áreas intraurbanas e rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e recreativa. São prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade (PLANPAVEL, 2022).

Biodiversidade ou diversidade biológica: consiste na variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso III).

Caminhadas perceptivas: são uma prática que envolve explorar um ambiente com foco na percepção individual. Durante essas caminhadas, as pessoas são encorajadas a prestar atenção aos detalhes ao seu redor e a refletir sobre suas respostas a esses estímulos.

Ciclofaixa: faixa de rolamento de uso exclusivo à circulação de ciclos, com segregação visual ou física do tráfego lindeiro, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Ciclovia: pista de uso exclusivo de bicicletas e outros ciclos, com segregação física do tráfego lindeiro motorizado ou ativo, com sinalização viária, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento ou no nível da calçada. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Regional): conselho existente no âmbito de cada Subprefeitura de São Paulo, de natureza participativa e consultiva em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz (Lei Municipal nº 14.887/2009, Art. 51).



Conselhos Gestores dos Parques Municipais: compostos pelo Poder Executivo e sociedade civil, participam do planejamento, gestão, avaliação e controle da execução das atividades do parque e da política de meio ambiente e sustentabilidade em sua área de abrangência (Lei Municipal nº 15.910/2013, Arts. 1º e 4º).

Conservação: Este termo é amplamente utilizado em várias áreas, como meio ambiente, biologia, física e patrimônio cultural. Na biologia, a conservação refere-se à proteção das espécies, habitats e ecossistemas para evitar a extinção e a degradação ambiental. No campo do patrimônio cultural, conservação envolve a preservação de objetos, obras de arte, edifícios históricos e outros bens culturais para assegurar que sejam transmitidos para as gerações futuras com o mínimo de alterações (SILVA, 2020).

Conservação da natureza: manejo do uso humano da natureza, compreendendo preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, Inciso II).

Corredores ecológicos: são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam unidades de conservação, possibilitando entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso XIX).

Corredor Verde: área destinada a conexão de fragmentos da paisagem, inclusive ao longo dos cursos hídricos, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea (PLANPAVEL, 2022).

Educação Ambiental: processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares para a ação reflexiva e crítica, a construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando ao exercício da cidadania na melhoria da qualidade de vida, no controle social sobre as políticas públicas, fortalecendo uma relação respeitosa e sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra e por ela é constituído, criando a partir disso uma ética para a preservação do meio ambiente e contribuindo para uma gestão municipal integrada (Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, Lei Municipal nº 15.967/2014, Art. 2º).



Equidade: refere-se à justa distribuição de oportunidades, recursos e benefícios, considerando as diferentes necessidades e circunstâncias das pessoas. A equidade vai além da igualdade, implica tratar todas as pessoas de maneira idêntica e busca compensar o histórico de discriminação social ou econômica que alguns grupos enfrentam (adaptado de ONU, 2022).

Espaços inclusivos: são os espaços públicos ou coletivos definidos por três eixos: espacial, social e econômico. Inclusão espacial: atendimento às necessidades básicas e acessíveis, como moradia, água e saneamento. Inclusão social: garantia de direitos iguais e participação de todos. Inclusão econômica: criação de empregos e oportunidades onde todos possam aproveitar os benefícios do crescimento econômico (adaptado de WORLD BANK, 2024).

Espaço livre: todo espaço público ou privado não ocupado por um volume edificado, que configura recinto ou ambiente coberto e fechado, independentemente do uso, podendo ou não estar associado a áreas verdes, mas não restrito a elas, e que cumpre funções recreativas, educativas, ecológicas, estéticas, paisagísticas e de conforto ambiental associado à insolação, circulação do ar e temperatura (PLANPAVEL, 2022).

Espaço público: Locais urbanos que fornecem serviços ecossistêmicos, melhoram a saúde e o bem-estar, garantem a inclusão social e o intercâmbio econômico. Pode ser entendido, também, não apenas um lugar físico onde as pessoas se encontram, mas é também um palco para interações sociais, econômicas e políticas. Pode ser inclusivo ou excludente, de conflito ou negociação, de interação e de convivência. O espaço público é constantemente produzido e reproduzido pelas práticas sociais. Ele é moldado pelas ações das pessoas e das instituições, refletindo a dinâmica social e econômica de uma sociedade. (adaptado de ONU, 2024 e SANTOS, 1996).

Espécie exótica: espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo fora de sua área de distribuição natural passada ou presente. Inclui qualquer parte, como gametas, sementes, ovos ou propágulos que possam sobreviver e subsequentemente reproduzir-se. (Instrução Normativa Ibama N° 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

Espécie nativa: espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo dentro de sua área de distribuição natural (passada ou presente), incluindo a área que pode alcançar e ocupar através de seus sistemas naturais de dispersão (Instrução Normativa Ibama N° 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

Governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas



públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Lei Federal nº 9.203/ 2017, Art. 2º, Inciso I).

Grupos vulnerabilizados: segmentos da população que enfrentam barreiras significativas para acessar direitos e serviços fundamentais devido a fatores institucionais, políticos, estruturais ligados de maneira interseccionada pela exclusão social, desigualdade econômica, entre outros. Trata-se de mulheres e meninas, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN +, povos indígenas e minorias étnicas, pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas internas.

Hortas urbanas: pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos para consumo próprio ou venda em mercados (PLANPAVEL, 2022).

Inclusão: refere-se ao processo de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem, tenham oportunidades iguais para alcançar seu potencial máximo na vida. Este conceito abrange a participação ativa em várias esferas da sociedade, incluindo política, economia e vida social, e é apoiado por políticas e ações que promovem o acesso igualitário a serviços públicos e processos decisórios (ONU, 2007).

Identidade de gênero: refere-se à experiência interna e individual de gênero de uma pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Esta identidade inclui a percepção pessoal de si mesmo como homem, mulher, ambos, nenhum ou outro gênero (ONU, 2020).

Interseccionalidade: é a ideia de que múltiplas formas de opressão, discriminação ou desvantagens se sobrepõem e se cruzam, especialmente nas experiências de pessoas marginalizadas. Em vez de considerar cada forma de opressão de forma isolada, a interseccionalidade reconhece que as pessoas podem ser afetadas por várias formas de opressão simultaneamente, criando experiências únicas e complexas de discriminação (CRENSHAW, 1989).

Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso VII).

Monitoramento: atividade de examinar, acompanhar, avaliar e verificar a obediência a condições previamente estabelecidas para a perfeita execução ou operação de obra, serviço, projeto, pesquisa ou qualquer outro empreendimento (Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR nº 21 de 5 de abril de 2012, Anexo I).



Mudança do clima: direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial, e se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (Lei Municipal nº 14.933/2009, Art. 2º, Inciso XIV).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) municipais: parâmetros orientadores e estratégicos das atividades, intervenções governamentais e políticas públicas para segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades e erradicação da pobreza, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos ecossistemas, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação, a partir da adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Lei Municipal nº 16.817/2018, Art.1º).

Parque de Conservação: parque dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Linear: parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Natural Municipal (PNM): Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Municipal nº 16.050/2014, Quadro 1).

Parque de Orla: parque localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos (PLANPAVEL, 2022).

Parque Urbano: parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população (PLANPAVEL, 2022).



Pessoa não binária: Não binário é um termo guarda-chuva que abrange uma ampla variedade de experiências de gênero, incluindo pessoas que se identificam com uma identidade de gênero específica diferente de homem ou mulher, pessoas que se identificam com dois ou mais gêneros (bigênero ou pan/poligênero) e pessoas que não se identificam com nenhum gênero (agênero) (adaptado de ONU, 2005).

Zoneamento: pode ser definido como um conjunto de regras que regulamentam o uso e ocupação do solo, estabelecendo parâmetros como a altura máxima das edificações, a densidade demográfica, os recuos obrigatórios, e os usos permitidos (residencial, comercial, industrial, etc.) (SÃO PAULO, 2014).



SUMÁRIO

1. Introdução.....	17
2. Parques Urbanos Municipais.....	19
2.1. Legislação aplicável	19
3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?.....	23
3.1. Metodologia	24
3.1.1. Base teórica do Processo Participativo	25
3.1.2. Base operacional do Processo Participativo	26
4. Parque Linear Água Podre - Ypuera (Núcleo Nascentes): Informações Gerais.....	29
5. Contexto Urbano.....	30
5.1. Ocupação e Uso do Solo	32
5.2. Estrutura socioeconômica	41
5.3. Eixos viários e Mobilidade.....	42
6. Território-Parque.....	45
6.1. Caracterização do Território-Parque	45
6.2. Desafios e oportunidades do Território-Parque.....	52
7. Caracterização do Parque Linear Água Podre - Ypuera.....	53
7.1. Atributos naturais	53
7.1.1. Relevo	54
7.1.2. Solo.....	56
7.1.3. Água.....	58
7.1.4. Vegetação	62
7.1.5. Fauna.....	69
7.1.6. Serviços ecossistêmicos	71
7.2. Usos identificados	74
7.2.1. Equipamentos e Espaços Internos	74
7.2.2. Regulamento de Uso	78
7.2.3. Avaliação das pessoas usuárias	78
7.2.4 Análise dos usos atuais	78
8. Setorização	86
9. Gestão	90
9.1. Os Conselhos de Meio Ambiente.....	90
9.2. Custos de manutenção	93
10. Plano de Ação.....	94
10.3. Quadro de diretrizes	97
10.4. Quadro de ações e de monitoramento.....	112
10.4. Planos, programas e projetos	125
10.5. Parcerias	128
11. Sistema de monitoramento e avaliação	129
12. Referências Bibliográficas	135
Anexo: Processo participativo do Plano de Gestão.....	138



1. Introdução

De 2005 até a presente data, houve um aumento expressivo de parques urbanos no município de São Paulo passando de 34 para mais de 110 – aumento esse impulsionado entre 2007 e 2013 pelo “*Programa 100 (cem) Parques para São Paulo*”. O salto quantitativo, entretanto, trouxe à gestão pública uma série de responsabilidades com outras tantas necessidades, como: a) avaliar as condições e os usos dos parques; b) melhorar a qualidade dos parques implantados; c) aprimorar a gestão municipal dos parques e do sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres; d) capacitar e treinar os servidores e servidoras públicos, bem como a sociedade civil na avaliação, proposição de melhorias e gestão dos parques municipais.

A implementação de Planos de Gestão pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) não é em si uma novidade, outros documentos com a elaboração conduzida por gestores de parque foram produzidos ao longo do tempo e são diversos os documentos que, de maneira mais sintetizada ou mais aprimorada, estabeleceram diretrizes e recomendações para a gestão por parte do poder público e promoveram o ordenamento dos espaços de uso público dos parques.

Esses documentos também ganharam outros nomes como “Plano de Ocupação”, “Plano Diretor”, “Relatório Propositivo de Uso Público”, a depender do olhar traçado pela equipe técnica envolvida e com diferentes abordagens considerando mais, menos ou nenhuma participação da sociedade civil.

Assim, é possível afirmar que os planos já produzidos para os parques municipais tiveram como centralidade a perspectiva da administração e foram formulados a despeito de haver um conselho gestor ativo e qualquer demanda oficial, seja para nortear concessões privadas seja como documento necessário para atender as metas da gestão pública. Entre os documentos recentemente publicados, estão:

- 2018: Relatório propositivo de uso público do parque São José e Guarapiranga, elaborado pela SVMA/UMAPAZ;
- 2019: Planos Diretores dos parques concessionados Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Ibirapuera, Jacintho Alberto, Jardim Felicidade, Lageado, e, elaborados pela SVMA;
- 2020: Plano Diretor do Parque Burle Marx, elaborado pela Fundação Aron Birmann;
- 2021: Planos Diretores dos parques concessionados Mário Covas e Trianon, elaborados pela SVMA;
- 2024: Planos de Gestão dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga, elaborado pela SVMA.

Em 2022, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo e o ONU-Habitat firmaram um “Acordo de Contribuição”. O acordo estabelece que diferentes equipes técnicas, interdisciplinares e especializadas, colaborem com produtos, ferramentas e documentos de gestão que tenham como foco promover a sustentabilidade urbana e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da valorização e preservação de áreas verdes na cidade.



Esses produtos tomam corpo na iniciativa nomeada “Viva o Verde SP” e, entre si, possuem uma característica comum: encontros formativos e o diálogo frequente entre a administração pública e a sociedade civil – que constrói pontes, fomenta nexos e parcerias.

O projeto visa i) a distribuição equitativa de espaços verdes públicos na cidade; ii) a melhoria das estruturas municipais para a gestão dos parques; iii) a ampliação da visibilidade internacional das políticas de São Paulo.

A escolha dos parques se pautou na previsão destes no Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e na meta 62 do Plano de Metas de governo (2021-2024), onde a prefeitura se comprometeu a implantar oito novos parques e, concomitantemente, criar seus conselhos gestores e planos de gestão. Os parques que recebem os planos de gestão através da iniciativa são: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta – Bruno Covas, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis – Lourival Clemente da Silva.

No contexto da implementação das concessões públicas em São Paulo, os planos de gestão se tornaram uma exigência do Ministério Público para os parques do município. Esses documentos, além de atenderem a uma necessidade legal, surgem como instrumentos animadores da participação social local quando esse parque está por nascer ou foi recém-inaugurado. O recado que se quer transmitir é o de que a participação social não está restrita às etapas seguintes ao parque aberto, mas pode também compor como um nutriente a mais quando inserida em um planejamento mais amplo, colaborativo e participativo.

A intenção deste produto é, portanto, garantir que todos os parques tenham instrumentos adequados de gestão que subsidiem a estrutura de governança e a) sirvam de guia para os funcionários públicos; b) sirvam como mecanismo de controle social por parte da sociedade civil; c) permitam a continuidade de políticas, programas, projetos e iniciativas para os parques.

Dessa forma, inicialmente o plano apresenta uma contextualização breve sobre a importância e a localização do parque dentro do município. Em seguida, faz uma caracterização urbano-ambiental abrangente, abordando tanto os atributos naturais do parque em seu interior quanto a relação do parque com as áreas circundantes, denominadas de “Território Parque”.

Além disso, o plano também compila e analisa as legislações relevantes, que podem ser úteis e aplicáveis para a gestão administrativa e compartilhada do parque, proporcionando um entendimento jurídico necessário para a tomada de decisões. Por fim, o documento propõe diretrizes e ações que visam a manutenção e melhoria do parque, fundamentadas em discussões coletivas, estimulando que as ações futuras estejam alinhadas com as necessidades e aspirações da sociedade civil.



2. Parques Urbanos Municipais

Os primeiros parques urbanos surgiram na segunda metade do século XVIII na Europa e Estados Unidos como resposta ao processo de expansão das cidades, visando oferecer lazer e entretenimento à população urbana. Durante a Revolução Industrial, já no século XIX, esses espaços foram concebidos com uma aura nostálgica, evocando a paisagem natural perdida durante o êxodo rural-urbano provocado pela industrialização. No Brasil, os parques urbanos surgiram na primeira metade do século XIX, seguindo o modelo europeu, inicialmente acessíveis apenas às elites, reforçando a segregação socioespacial decorrente do sistema escravista que caracterizava a época (SILVA, 2003). O primeiro parque urbano da cidade de São Paulo foi o Jardim da Luz, frente à estação da Luz, inaugurado em 1825.

O conceito do lazer, nas dinâmicas urbanas do século XX se reconfigurou, desde um lazer submetido a um controle social das concepções higienistas de cidade até processos de redemocratização e cidadania observados. Quase dois séculos depois da inauguração do parque Jardim da Luz, as políticas públicas municipais de São Paulo seguem um modelo de desenvolvimento urbano contemporâneo que prioriza o bem-estar coletivo, sem excluir as camadas mais pobres da população da cidade. Num contexto de escassez de espaços verdes públicos, os parques se tornaram espaços de reivindicação pelo direito ao lazer e à cidade (PACHECO, 2014).

Os parques urbanos da Cidade de São Paulo são diversos em tamanho, forma e função. Eles oferecem um conjunto de benefícios à população, como a preservação de fauna e flora e dos recursos hídricos, a regulação do microclima e a qualidade do ar, além de promover a recreação e a sociabilidade. Assim, o uso público dos parques difere-se de outros espaços públicos, pois integra a ele a conservação ambiental (KLIASS apud LIMA, 2021).

Em São Paulo, considerando o rápido crescimento urbano e a desigualdade social, esses espaços públicos refletem as dinâmicas e desafios da cidade e, em certos setores da cidade, representam uma das escassas áreas verdes ou espaços livres e públicos com vocação para a recreação, contemplação e valorização da urbanidade.

2.1. Legislação aplicável

A elaboração de um plano de gestão para um parque urbano precisa estar em consonância com diversas legislações de ordenamento urbano e normas administrativas para garantir sua eficácia, legalidade e sustentabilidade. Este alinhamento é crucial para que o parque não só atenda às necessidades da população, mas também respeite as diretrizes ambientais, urbanísticas e administrativas estabelecidas pelo município.

No caso do Parque Linear Água Podre - Ypuera, como aponta o diagnóstico acima, destaca-se as seguintes normas de incidência no parque:

- Plano Diretor Municipal - Revisão Intermediária (Lei Municipal nº 17.975/2023);
- Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei Nº 16.402/2016 e Revisão Parcial instituída através da Lei 18.081/2024);



- Plano Regional da Subprefeitura do Butantã (PMSP, 2016): incluído no Perímetro de Ação 212 – Rio Pequeno.

Abaixo lista-se outras normas consideradas úteis para a gestão dos parques urbanos municipais:

Legislação Federal

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: é a lei fundamental e suprema do Brasil, estabelecendo os direitos e deveres dos cidadãos e as funções dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No que tange ao meio ambiente, o artigo 225 da Constituição trata de sua proteção, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei nº 6.938/1981: tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições de desenvolvimento socioeconômico, interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana. Estabelece os princípios, objetivos e instrumentos para a política ambiental no Brasil, incluindo a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
- Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC) - Lei nº 12.187/2009: estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil. A lei tem como foco principal a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação do país aos impactos das mudanças climáticas, em alinhamento com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- Lei da Mata Atlântica - Lei nº 11.428/2006: dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, considerado um dos mais ricos em biodiversidade e um dos mais ameaçados do mundo. A lei define os tipos de vegetação que podem ser explorados, as condições para essa exploração, e estabelece normas para a recuperação de áreas degradadas. Além disso, busca a preservação de remanescentes de vegetação nativa e incentiva a recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Código Florestal - Lei nº 12.651/2012: regula a preservação e o uso da vegetação nativa em propriedades rurais e estabelece normas sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais. Ele estabelece obrigações para os proprietários rurais no que diz respeito à proteção dos recursos hídricos, à conservação da biodiversidade, ao combate ao desmatamento ilegal e à promoção do uso sustentável das florestas.
- Lei nº 13.019/2014: estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.



Legislação Estadual

- Lei Estadual da Mata Atlântica (São Paulo) - Lei nº 14.982/2013: lei específica do Estado de São Paulo que regulamenta a proteção e a restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no estado. A lei define as regras para a supressão de vegetação, medidas de compensação ambiental, e incentiva a recuperação de áreas degradadas. Além disso, regula a exploração sustentável dos recursos naturais, buscando a preservação do bioma no âmbito estadual.

Legislação Municipal (Leis Municipais)

- Lei Municipal nº 16.703/2017: disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos no âmbito do Plano Municipal de Desestatização (PMD).
- Lei Municipal nº 15.910/2013: dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.
- Lei Municipal nº 14.887/2009: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e dispõe sobre o quadro de cargos e conselhos relacionados.
- Lei Municipal nº 14.517/2007: institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria a Companhia São Paulo de Parcerias (SPP) e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.223/2006 - "Cidade Limpa": dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 11.509/1994: determina o uso de pisos drenantes em passeios públicos, estacionamentos e outras áreas.
- Lei Municipal nº 10.205/1986: disciplina a expedição de licença de funcionamento, alvarás de funcionamento e alvarás para eventos públicos temporários.

Decretos Municipais

- Decreto Municipal nº 61.082/2022: dispõe sobre o apoio à fiscalização ambiental pela Guarda Civil Metropolitana.
- Decreto Municipal nº 58.625/2019: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 58.320/2018: dispõe sobre contratos para a gestão de parques municipais em parceria com particulares, conforme a Lei nº 16.703/2017.
- Decreto Municipal nº 58.262/2018: dispõe sobre competência para licitações no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.
- Decreto Municipal nº 58.102/2018: regulamenta o recebimento de doações e comodatos de bens e serviços pela Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 57.575/2016: dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 54.421/2013: confere nova regulamentação ao procedimento de fiscalização ambiental no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 52.201/2011: regulamenta pedidos de aquisição, permuta, concessão administrativa e permissão de uso de imóveis municipais.



- Decreto Municipal nº 52.153/2011: regulamenta disposições da Lei nº 14.887/2009 referentes ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES).
- Decreto Municipal nº 52.062/2010: regulamenta o artigo 50 da Lei nº 14.223/2006 sobre termos de cooperação com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 42.479/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.214/2001 sobre a instalação de para-raios ou sistemas de detecção.
- Decreto Municipal nº 41.685/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.131/2001 sobre a criação, posse e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 40.384/2001: dispõe sobre a doação de bens e serviços e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 39.213/2000: dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 34.855/1995: regulamenta a Lei Municipal nº 10.908/1990 sobre a demarcação de espaços para ciclofaixas em praças públicas.
- Decreto Municipal nº 26.535/1988: regulamenta a Lei nº 10.365/1987 sobre o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo.
- Decreto Municipal nº 49.969/2008: regulamenta a Lei Municipal nº 10.205/1986 sobre a expedição de licença de funcionamento.

Portarias e Resoluções

- Portaria Conjunta SVMA/SMSU/SIURB nº 003 de 2 de outubro de 2023: institui o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios em Áreas Florestadas do Município de São Paulo ("Operação Fogo Zero").
- Portaria SVMA nº 38 de 21 de maio de 2024: dispõe sobre procedimentos preventivos para eventos climáticos extremos nos parques municipais.
- Portaria nº 29/SVMA/2021: estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA).
- Portaria nº 2/SVMA/DEPAVE/2000: regulamenta normas e procedimentos para vigias dos parques municipais.
- Resolução nº 122/SSP/1985: trata do policiamento ostensivo para espetáculos públicos.

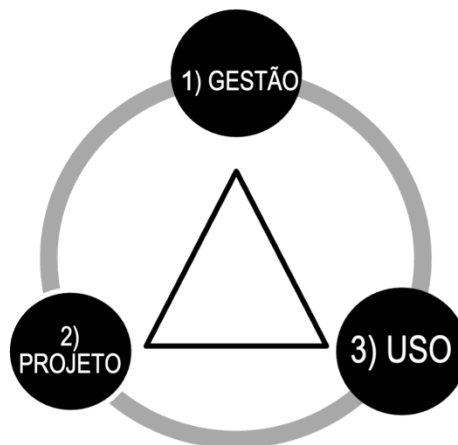
3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?

Na busca por incrementar qualitativamente a condução participativa desse processo de elaboração do Plano, pretendeu-se realizar uma abordagem democrática na formulação de um documento que incorpora, além do olhar da administração, ideias e estratégias transversais de melhorias que se apoiam na diversidade e interseccionalidade do público e na gestão compartilhada.

O Plano de Gestão é um instrumento de planejamento, um documento estratégico, abrangente e geral com diretrizes que consolidam regras, estudos, análises situacionais ou diagnósticos, visando orientar, a médio prazo, as ações de melhoria e gestão compartilhada do parque urbano.

Aqui, interessa encontrar uma sinergia entre os três elementos: gestão, uso e projeto. Aos parques implantados, como o caso do Parque Linear Água Podre - Ypuera, as diretrizes foram voltadas à realidade apresentada a partir do projeto existente, que reflita percepções e pretensões da gestão, fortaleça a governança, fomente o uso e o democratize.

Figura 1 - Elementos estruturantes de um Plano de Gestão



Fonte: ONU-Habitat

Como previsto também nos Planos Diretores dos parques já elaborados, a implementação de tais diretrizes deve ser monitorada por meio de indicadores instituídos e fornecidos por este próprio Plano, de modo a avaliar o seu estágio de implementação e o sucesso das diretrizes indicadas.

Dos Planos Diretores de Parques já elaborados ao Plano de Gestão apresentado neste documento, há um processo de aprendizado, melhoria e adaptação ao contexto dos parques urbanos. O Plano Diretor fornecia um conjunto de diretrizes gerais para a gestão do parque, com foco principalmente em parâmetros de governança, com vistas a promover: (i) a proteção do seu ecossistema; (ii) melhorias ambientais; (iii) aprimoramento de sua estrutura; e (iv)



maximizar a experiência das pessoas frequentadoras na fruição do equipamento. **O Plano de Gestão representa uma evolução significativa desse modelo, consolidando-se como o instrumento oficial para a operação diária e gestão a médio e longo prazo dos parques, incorporando três novos elementos na sua composição: v) Define procedimentos e regras para facilitar e estimular a gestão compartilhada; vi) Incentiva parcerias locais; vii) Promove sinergias entre as políticas ambientais e setoriais.**

Tanto é um guia de gestão que a elaboração deste documento levou em consideração as obrigações oriundas das normas incidentes sobre parques urbanos no âmbito do Município de São Paulo, bem como das normas específicas que atravessam os usos e gestão dos parques municipais.

Ademais, prevê-se uma revisão periódica dos Planos de Gestão como medida para garantia de sua atualidade, com ideal de aprimoramento e adaptação a partir das intenções colocadas no plano precedente. Vale sublinhar: os Planos de Gestão não são documentos para atender a um processo concessório, sendo verdadeiramente um instrumento de governança e gestão do parque como um todo e a sua aplicabilidade se estende tanto ao caso de gestão pública, quanto de gestão privada.

As características que destacam o Plano de Gestão elaborado em parceria com o projeto Viva o Verde SP do ONU-Habitat contempla, ainda, algumas inovações. Entre essas, estão a coleta de contribuições transversais no processo de elaboração do conteúdo, a perspectiva de gênero e de outros grupos vulnerabilizados (identificados a partir de cada realidade territorial), bem como o estudo de instrumentos de monitoramento e controle.

Assim, as suas diretrizes devem ser observadas independentemente de sua gestão ser diretamente através do Poder Público ou outra entidade. Tem-se, portanto, uma ampla matriz de diretrizes, responsabilidades e desejos coletivos de futuro que devem ser seguidos por todos envolvidos em sua governança, conforme as suas atribuições.

3.1. Metodologia

Durante a elaboração do Plano de Gestão, foi realizada pesquisa sobre as metodologias¹ já discutidas, implementadas e publicadas por organizações, técnicos e instituições do município, bem como pelo próprio ONU-Habitat.

A partir de uma definição aliada ao ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis e ao ODS 5, Igualdade de Gênero, o Plano de Gestão aporta dois instrumentos principais para guiar o planejamento do seu processo de formulação: O *“Guía de Intervenciones en espacios*

¹ Entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (experiência, capacidade crítica e sensibilidade). [...] A metodologia é muito mais do que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2021).



públicos" (Guia de intervenções em espaços públicos), elaborado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF (ALEGRE, RODRÍGUEZ, 2022) e o "Her City" (Cidade Dela) (ONU-HABITAT, 2022), um guia para incorporar a participação das mulheres no planejamento urbano, do ONU-Habitat.

Adotou-se uma caixa de ferramentas utilizadas pelo Guia de intervenções em espaços públicos, supracitado. Nela encontramos um processo que se define por "*Evaluación inicial*" (Avaliação inicial ou Diagnóstico), "*Planificación y Diseño*" (Planejamento e Desenho), "*Evaluación final*" (Avaliação final), "*Gestión y mantenimiento*" (Gestão e manutenção ou monitoramento) (ALEGRE, RODRÍGUEZ, 2022). A saber e a seguir, as descrições das respectivas fases em português:

Avaliação inicial ou Diagnóstico: analisar corretamente o espaço público, para entender as suas dinâmicas e necessidades, é fundamental para o desenvolvimento de propostas condizentes com o contexto.

Planejamento e Desenho: o planejamento e o desenho da proposta devem ser uma nítida resposta aos resultados do diagnóstico, sendo coerentes com os objetivos tratados no início do projeto.

Avaliação final: tão importante como a avaliação inicial, a essa fase cabe analisar os resultados e impactos do projeto urbano e permitirá planejar e melhorar adequadamente os processos no futuro.

Gestão e Manutenção: A sustentabilidade é um elemento-chave para o planejamento do processo. Informações como aqueles que ficaram responsáveis e como operacionalizaram as suas atividades são importantes que estejam descritas para maior êxito do projeto urbano.

Como sinalizado anteriormente, este Plano carrega referências de modelos de planos anteriores e o seu fazer em si já enseja um processo pedagógico e de participação social. Com isso, para desenhar mais um caminho para a elaboração de documentos como esse, não basta expor o seu resultado, mas, em vez disso, contar, de bloco em bloco, como foi o seu processo.

3.1.1. Base teórica do Processo Participativo

O entendimento de Milton Santos (1996) sobre território, especialmente através do conceito de "território vivido", e a visão de Paulo Freire (2011) sobre aprender no e com o mundo se entrelaçam de maneira significativa, destacando a importância da interação entre o indivíduo e seu ambiente para uma aprendizagem crítica e cidadã, que caminha com diferentes maneiras de ler o mundo.

Para Milton Santos (1996), o território vivido é mais do que uma mera delimitação geográfica; é um espaço carregado de significados e vivências humanas. Ele enfatiza a importância das experiências e práticas cotidianas das pessoas no território para compreender a sua dinâmica e complexidade. Esse conceito destaca a interconexão entre as dimensões físicas,



sociais, culturais e econômicas do espaço, reconhecendo que o território é moldado e reconfigurado pelas interações humanas ao longo do tempo.

Por outro lado, a visão de Paulo Freire (2011) defende a experiência prática e a reflexão crítica como bases para o conhecimento. Ele propõe uma pedagogia centrada na vivência da pessoa e na compreensão contextualizada da realidade em que está inserida. Freire acredita que o diálogo e a problematização das questões do cotidiano são essenciais para promover uma aprendizagem significativa e emancipadora.

Ao cruzar esses dois pensamentos, percebe-se que ambos reconhecem e valorizam as experiências, como a da elaboração dos planos municipais, que promove vivências entre diferentes sujeitos em seu contexto territorial. Trata-se de uma aprendizagem que circula não apenas através de livros e teorias, mas também por meio das interações com outras pessoas na educação não formal ou informal, em arenas públicas participativas, com o espaço físico e social ao nosso redor (LIMA, 2021).

Igualmente neste trabalho que desdobrou em um importante instrumento de gestão territorial participativa, o território vivido torna-se, assim, um espaço de aprendizado rico em possibilidades de reflexão, diálogo e ação transformadora.

Nesse sentido, a educação deve ser concebida como um processo contínuo de interação entre teoria e prática, entre conhecimento acadêmico e experiência vivida. Aprender no e com o mundo, como Paulo Freire coloca, significa estar aberto para explorar e compreender as múltiplas dimensões do território, reconhecendo suas complexidades e desafios, mas também suas potencialidades e oportunidades de transformação. É através desse encontro entre teoria e prática, entre território vivido e aprendizado contextualizado, que podemos construir uma compreensão mais profunda e significativa da realidade em que estamos inseridos para buscar incidir nela.

3.1.2. Base operacional do Processo Participativo

O processo participativo não se delimita apenas à etapa das oficinas ou de interação direta com o público, mas todo o ciclo do projeto a partir do seu desenho e concepção. Desde as primeiras interlocuções com multiplicadores, atores estratégicos ou público difuso, passando por essas contribuições conduzidas via oficinas, até a avaliação e validação ampliada das diretrizes (advindas da equipe técnica e da sociedade civil) inclusas no plano.

A depender do tempo disposto, algumas atividades podem interceptar outras mesmo estando em paradigmas diferentes de execução. Da mesma forma, a partir das premissas postas, tornou-se indispensável a tessitura da participação social de forma integrada à elaboração técnica durante todo o percurso.

Durante o processo, elencou-se cinco arenas de participação, sendo elas:

1. Metodologia geral dos Planos de Gestão com instituições científicas e acadêmicas, órgãos públicos, entidades privadas e da sociedade civil;
2. Acompanhamento do projeto e proposição de metodologias de participação social



- com Conselhos Gestores, CADES Regionais ou Conselhos Participativos;
3. Oficinas de elaboração dos Planos de Gestão abertas ao público e oficinas específicas com crianças e adolescentes;
 4. Consulta pública para devolutiva do processo de participação social e apresentação de resultados; e
 5. Grupo de Referência composto por coletivos, movimentos e entidades da sociedade civil para acompanhar os processos e resultados do Viva o Verde SP.

Cabe lembrar das reuniões regulares com o Grupo de Referência² (GR), com atores estratégicos já envolvidos na elaboração de planos municipais em São Paulo e com munícipes que se candidataram a acompanhar mais de perto a formatação da metodologia de participação social.

Legenda

- ▲ Avaliação inicial ou Diagnóstico
- ◈ Planejamento e Desenho
- ⤿ Reavaliação
- Gestão e Manutenção

Tabela 1 - Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão



Diagnóstico preliminar

Como vetor central, buscou-se fomentar a discussão para :1) a definição de estrutura (ou sumário) do plano de gestão de maneira comparativa a outras gestões de parques de diferentes países e no estado e município de São Paulo; 2) as definições conceituais, de princípios e objetivos dos planos de gestão; 3) a coleta de informações secundárias, no diagnóstico preliminar dos oito parques abrangidos pelo Projeto Viva o Verde SP, na criação de matriz de contribuições para a transversalização da participação social.

Adicionalmente, coube os trabalhos de campo como investigação e caracterização dos parques; o mapeamento das partes interessadas e de atores estratégicos, a participação dos grupos de interesse (CADES, Conselhos Gestores de Parque, Grupo de Referência) para apresentação da equipe e do projeto.

² O Grupo de Referência é um grupo composto por integrantes representantes de entidades, movimentos, coletivos, empresas ou projetos com atuação na cidade de São Paulo e em temas que confere a discussão sobre meio ambiente, espaços públicos, espaços de lazer e direito à cidade.



Diretrizes e metodologia das oficinas participativas

Nessa etapa (ou bloco), foram realizadas visitas mais direcionadas nos oito parques. Somado a isso, foram realizadas reuniões específicas com cada uma das áreas competentes da SVMA e Prefeitura de São Paulo, estudo aprofundado e análise das informações levantadas sobre os parques.

Ao final, elaborou-se propostas preliminares para as diretrizes técnicas e algumas indicações metodológicas para o processo participativo com o Conselho Gestor do Parque – ou, na sua falta, o CADES ou Conselho Participativo da região que abrange o parque.

O resultado desse bloco é, portanto, a delimitação e divulgação das oficinas participativas, além da definição das diretrizes de cada parque.



Oficinas participativas

A partir de uma ampla discussão sobre os métodos, técnicas e ferramentas, estabeleceu-se uma agenda de oficinas territorializadas, distribuiu-se a equipe e coletou-se contribuições da sociedade civil. Para conhecer melhor a metodologia aplicada nas oficinas, ver o anexo do processo participativo que acompanha este documento.



Pós oficinas

As atividades dessa etapa envolveram o estudo de viabilidade das propostas elencadas e sua sistematização, a organização e divulgação das consultas públicas através da plataforma "Participe +", a realização de reuniões devolutivas sobre as oficinas participativas para os Conselhos e CADES, além da sistematização e compilação dos planos. Também foram realizadas consultas públicas presenciais e online.



4. Parque Linear Água Podre - Ypuera (Núcleo Nascentes): Informações Gerais

O Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes), com 38.833 m²³, origina-se de área de nascentes do córrego de mesmo nome, junto à Rodovia Raposo Tavares, que termina seu curso ao desaguar no Ribeirão Jaguaré. É parte, portanto, de um sistema de áreas verdes que formam o parque linear como um todo, relacionando-se especificamente à fração do parque linear vinculada à preservação de suas nascentes, o Núcleo Nascentes, sob administração da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

Considerando o parque como parte de um sistema, sua função como parque linear, a proximidade com o Centro de Educação Unificado (CEU) Butantã e sua beleza cênica, o parque deve focar em atividades relacionadas à preservação dos recursos hídricos, contemplação e educação ambiental.

As palavras levantadas na oficina de participação social como resposta à questão “Qual é a importância desse parque para você?” ajudaram a destacar e reforçar a vocação proposta para o parque. Termos como “dignidade”, “vida”, “preservação”, “possibilidade de meliponicultura”, “consciência coletiva de reciclagem de resíduos”, “contato com a natureza”, “saúde integral”, “saúde ambiental”, “saúde humana e planetária”, “caminhar” e “espaço de formação” foram citados com frequência, evidenciando a importância de alinhar as atividades do parque com essas aspirações e valores.

Tabela 2 – Ficha introdutória do parque

Nome do parque	Parque Linear Água Podre - Ypuera
Área total	38.833 m ²
Ano de inauguração	2023
Classificação junto à SVMA	Linear
Endereço	Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 2035 - Jardim Esmeralda, São Paulo - SP, 05576-100
Horário de funcionamento	Todos os dias, das 6:00 às 18:00
Distrito	Rio Pequeno
Zona	Oeste
Subprefeitura	Butantã

³ Informação adquirida pela Divisão de Implantação, Projetos e Obras (DIPO), da Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGPABI), da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

5. Contexto Urbano

O Parque Linear Água Podre - Ypuera está localizado na Subprefeitura do Butantã, distrito do Butantã, zona oeste de São Paulo⁴. Para fins de análise do contexto urbano em que está inserido, utilizou-se o raio de 1 km⁵ a partir de um dos principais portões do parque. Tal caracterização envolve os usos do solo e do espaço urbano, bem como os tipos de zoneamentos correspondentes, os aspectos físicos e socioeconômicos do território, a disposição dos equipamentos públicos na área e o acesso ao parque por transporte público.

Figura 2 - O Parque Linear Água Podre - Ypuera na área administrativa da Subprefeitura Butantã



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat, 2024

O objetivo final é o de construir um diagnóstico do entorno do parque, a fim de pensá-lo como equipamento urbano, vislumbrando, portanto, suas relações existentes e potenciais com a área da cidade em que está inserido.

⁴ Referência: Geosampa (Acesso em nov. 2023).

⁵ Estabeleceu-se o acesso principal do parque como ponto central do raio verificado e utilizou-se o índice de 1km de raio, conforme padrão da SVMA.

Mapa 1- Limites do Parque Linear Água Podre - Ypuera



Fonte: ONU-Habitat



5.1. Ocupação e Uso do Solo

Um relatório da antiga Empresa Municipal de Urbanismo (EMURB), de 2008, intitulado “Relatório: leitura urbana/levantamento fotográfico Parque Linear do Córrego Água Podre/Butantã 2006/2007/2008” descreve o entorno do Parque Linear Água Podre - Ypuera da seguinte forma:

Os bairros têm ocupação predominantemente residencial, com tipologias unifamiliares, enunciando casas assobradadas nos contextos mais ligados à Avenida Rio Pequeno e na Avenida Abílio Pereira de Almeida, jusante do CEU. Na Eiras Garcia a condição de elevação da via, proximidades do divisor de águas (Raposo Tavares) permite a intensificação de condomínios de rendas médias, com forte tendência de verticalização. Isto, em parte, apoiado pela aproximação com a Rodovia Raposo Tavares, onde estão os grandes equipamentos de comércio e a facilidade de mobilidade dos eixos viários principais da região. Isso ocorre com igual frequência na Avenida Politécnica, onde se verifica a mesma tendência de condomínios em meio a ocupação unifamiliar.

As observações de campo e os dados obtidos via Geosampa mostram que o uso não se alterou significativamente nestes últimos 16 anos. A região configura-se por um uso do solo predominantemente residencial⁶, com quadras de comércio e serviços e indústrias/armazéns localizadas nas bordas das vias de maior fluxo de automóveis – Rodovia Raposo Tavares e Avenida Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia.

O uso residencial no entorno do parque varia entre Residencial Horizontal e Vertical de Médio/Alto padrão, com porções significativas de Residencial Horizontal de Baixo Padrão, alguns classificados como favelas pelo Habitasampa, como o Mapa 3⁷. A diversidade no padrão de usos residenciais locais já indica a necessidade de programas e estratégias para o uso do parque que reflitam esta diversidade, contemplem os diversos públicos e promovam a integração entre eles.

Os seguintes mapas mostram os diferentes usos do solo e as favelas e loteamentos irregulares na Área de Influência do parque (AI), gerada a partir de um algoritmo de caminhabilidade⁸.

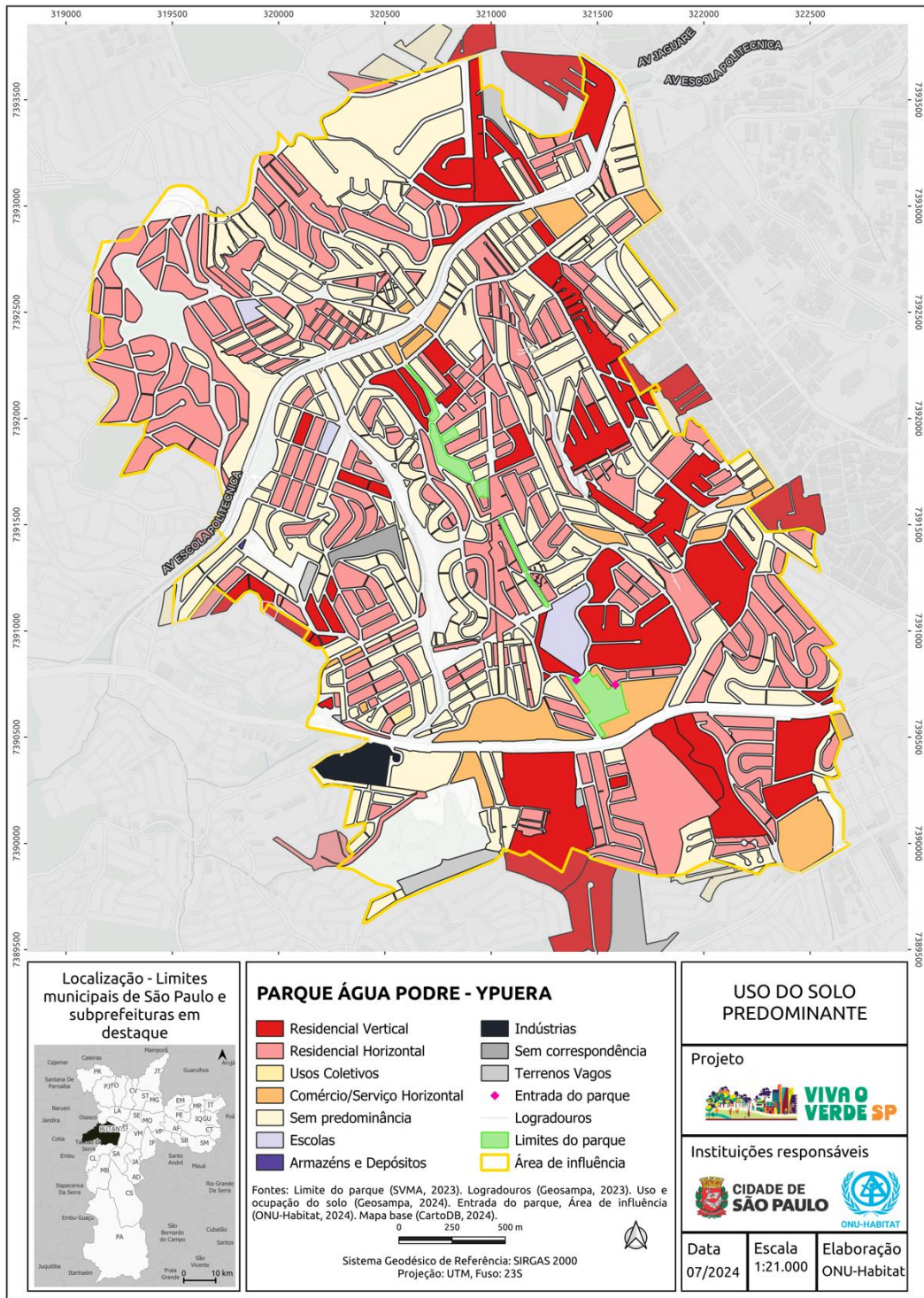
⁶ Segundo o Geosampa, Camada Uso do Solo Predominante Fiscal se caracteriza por um “Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual a 60%) por quadra fiscal. Com a finalidade de análise do espaço urbano, a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPA), hoje Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) estabeleceu uma metodologia de agregação resultante do cruzamento entre os valores “uso” e “padrão” atribuídos pelo Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), para cada imóvel cadastrado”. Como é uma camada de predominância de uso baseada em cadastro fiscal, agregações feitas podem suprimir usos importantes não fiscais, agregando-os em outros usos.

⁷ Quando a análise foi feita estavam disponíveis apenas os dados demográficos do Censo 2010. No Censo 2022 o IBGE substituiu a denominação dos “Aglomerados Subnormais”, adotada pelo instituto em seus censos e pesquisas desde 1991, por “Favelas e Comunidades Urbanas”.

⁸ Para saber mais sobre o algoritmo, verificar item 5: Território-Parque.



Mapa 2- Uso do Solo Predominante na área de influência do parque



Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque

PARQUE ÁGUA PODRE - YPUERA

Residencial Vertical	Indústrias
Residencial Horizontal	Sem correspondência
Usos Coletivos	Terrenos Vagos
Comércio/Serviço Horizontal	Entrada do parque
Sem predominância	Logradouros
Escolas	Limites do parque
Armazéns e Depósitos	Área de influência

Fontes: Limite do parque (SVMA, 2023). Logradouros (Geosampa, 2023). Uso e ocupação do solo (Geosampa, 2024). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Mapa base (CartoDB, 2024).

Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Projeção: UTM, Fuso: 23S

USO DO SOLO PREDOMINANTE

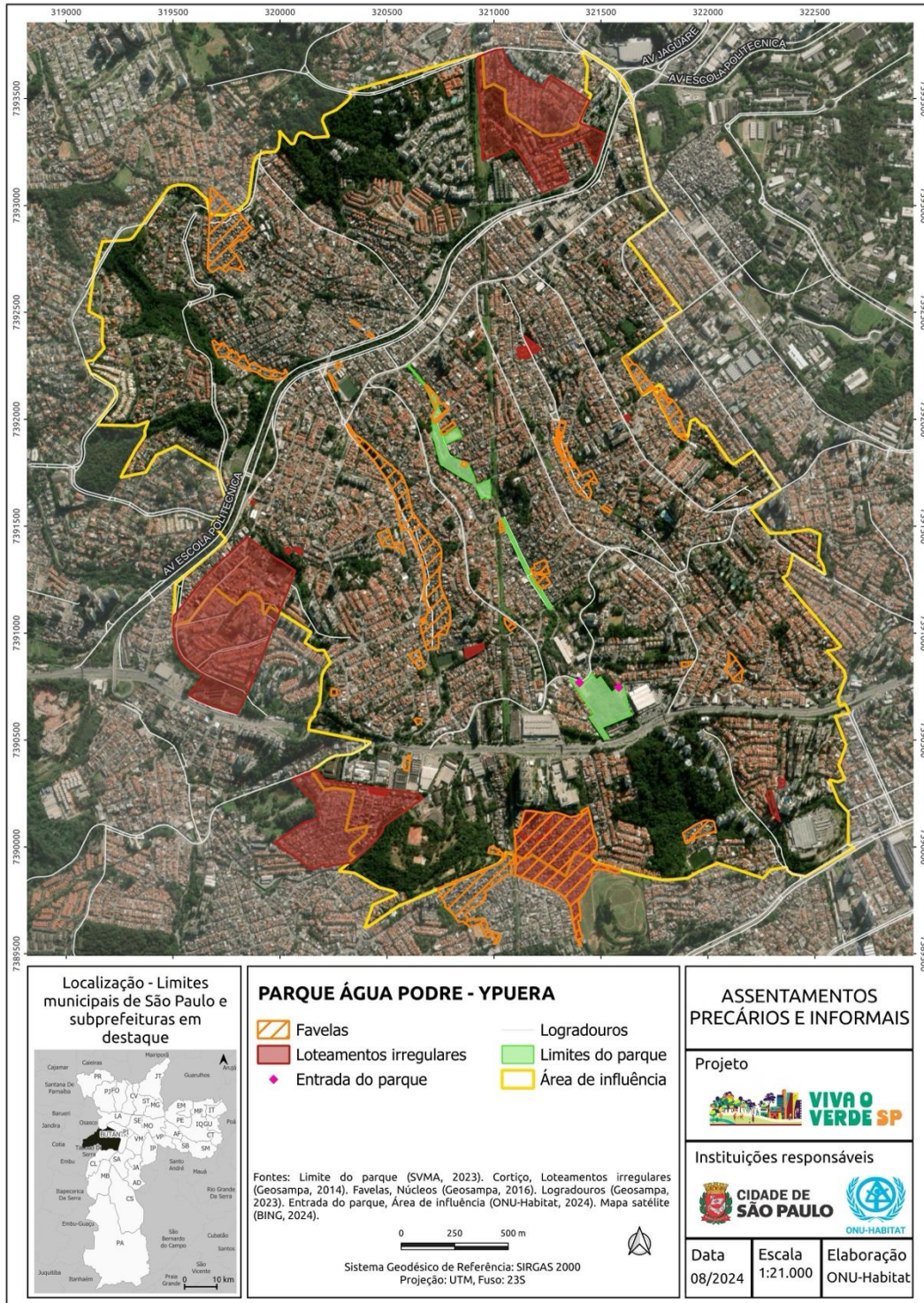
Projeto

Instituições responsáveis

Data	Escala	Elaboração
07/2024	1:21.000	ONU-Habitat

Fonte: ONU-Habitat

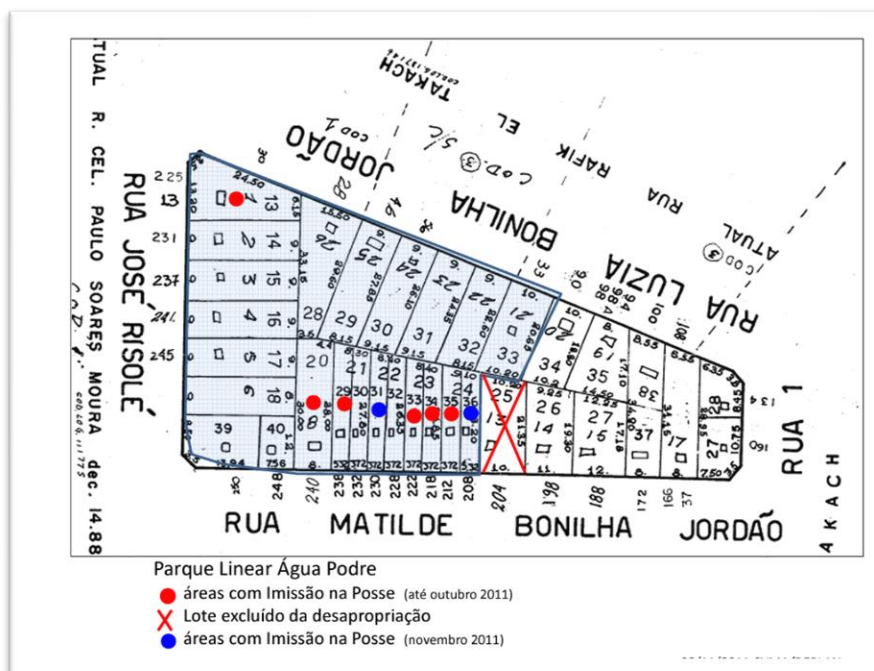
Mapa 3- Cortiços, favelas e loteamentos irregulares



Fonte: ONU-Habitat

Para a implantação do parque foi necessária a realização de algumas desapropriações (Figura 3) e a demolição de um gradil existente. As desapropriações deixaram como resíduo uma quantidade significativa de entulho e lixo, que a atual gestão do parque vinha retirando gradualmente ao longo da elaboração deste documento. Contudo, não é possível afirmar, na data de sua publicação, se a retirada dos resíduos ainda está em andamento ou se novas intervenções serão necessárias. Em especial existem áreas com lajes e estruturas profundas de concreto que não podem ser retiradas, o que exigirá da gestão algum direcionamento.

Figura 3 - Desapropriações realizadas para a implantação do Parque Linear Água Podre - Ypuera

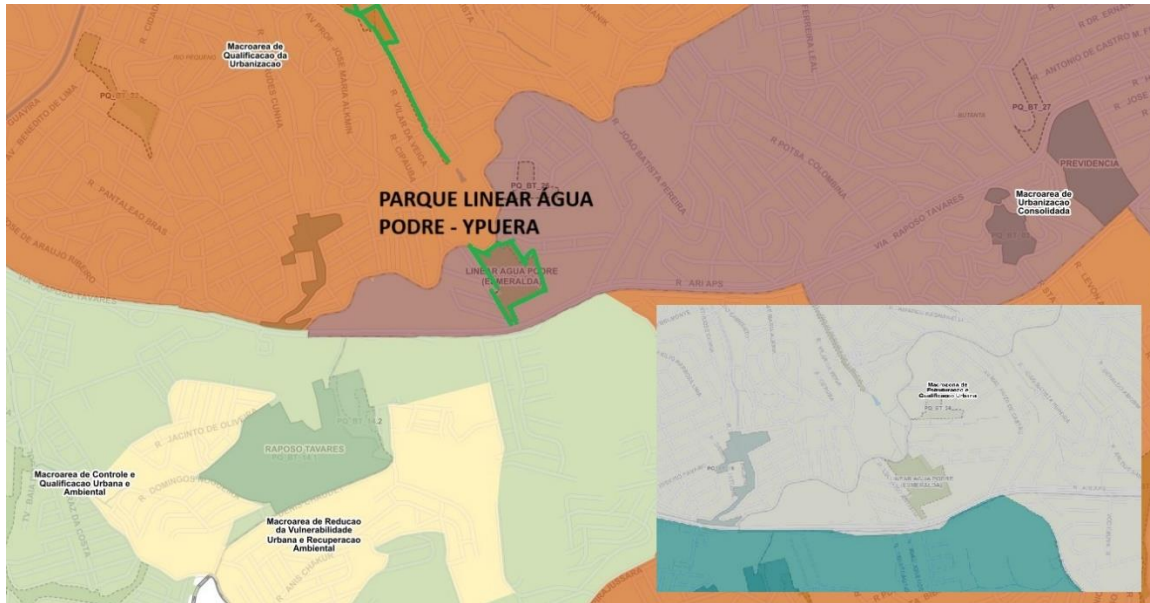


Fonte: SVMA/DEPLAN, 2024

Considerando as Macrozonas e Macroáreas criadas no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE, 2014), mantidas pela revisão intermediária instituída através da Lei 17.975/2023 (PDE, 2023), o Parque se localiza na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana e na Macroárea de Urbanização Consolidada (Figura 4), caracterizada por

um padrão elevado de urbanização, forte saturação viária, e elevada concentração de empregos e serviços e é formada pelas zonas exclusivamente residenciais e por bairros predominantemente residenciais que sofreram um forte processo de transformação, verticalização e atração de usos não residenciais, sobretudo serviços e comércio (PDE, 2014, Art. 14).

Figura 4 - Localização do Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes) nas Macrozonas (acima) e Macroáreas (abaixo) do Plano Diretor de SP



Fonte: Geosampa/Habitasampa, 2024

Na Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE, 2023), o Parque Linear Água Podre - Ypuera está apresentado como Parque Proposto (Figura 5), havendo duas propostas de ações estruturantes: a implantação de um corredor de ônibus na Raposo Tavares e a canalização do Córrego Água Podre, no trecho posterior ao CEU Butantã, que já foi iniciada (Figura 6).

Figura 5 - Parque Linear Água Podre – Ypuera, as obras estruturantes previstas no PDE e o Parque Jóia proposto ao norte



Fonte: Geosampa, 2024

Figura 6 - Obras de canalização do Córrego Água Podre



Fonte: Adriana Quedas/ONU-Habitat

A Figura 7 mostra a Área de Influência (AI) do Núcleo Nascentes do Parque, definida pela distância de 15 minutos caminhando desde os acessos do parque. A diferença entre a distância do limite da AI às bordas sul (mais próximas) e norte (mais distantes) do parque mostra o impacto da Rodovia Raposo Tavares enquanto uma “barreira” para o acesso a pé das pessoas da região ao sul do parque.

Figura 7 - Área de Influência (AI) do Parque Linear Água Podre - Núcleo Nascentes, em vermelho. As áreas verdes à noroeste são os outros núcleos previstos para o Parque



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat. Fonte: ONU-Habitat

A Figura 8 mostra as Zonas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei Nº 16.402/2016 e Revisão Parcial instituída através da Lei 18.081/2024) no entorno do Parque Linear Água Podre – Núcleo Nascentes. O parque está cercado principalmente por Zonas de Centralidade (ZCs) e Zona Mista (ZM) e, próximas dos núcleos no córrego, existem algumas áreas classificadas como Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1). Além destes tipos de zoneamento, a área de influência também contém os seguintes tipos: Zonas Predominantemente Residenciais (ZPR), Zona Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM), Zona Predominantemente Industrial 1 (ZPI – 1), Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS 2) do outro lado da Raposo Tavares.

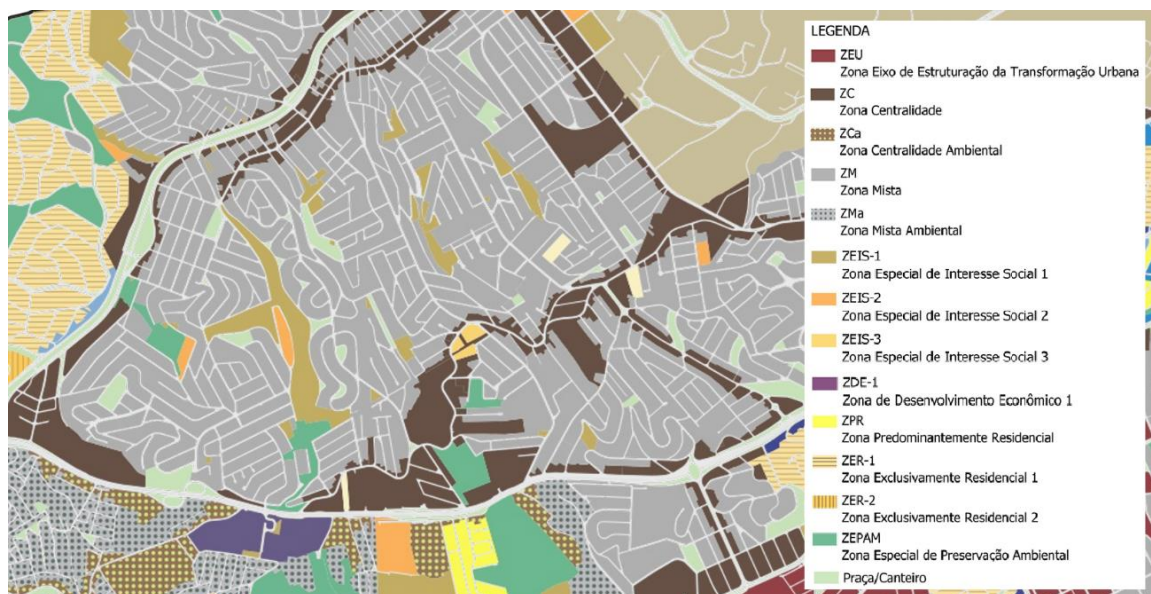
Abaixo seguem as definições de uso e ocupação para as zonas acima citadas, conforme a legislação municipal:

- Zona de Centralidade (ZC): destinada à promoção de atividades típicas de áreas centrais ou de subcentros regionais ou de bairros, em que se pretende promover majoritariamente os usos não residenciais, com densidades construtiva e demográfica médias e promover a qualificação paisagística e dos espaços públicos;
- Zona Mista (ZM): porção do território em que se pretende promover usos residenciais e não residenciais, com predominância do uso residencial, com densidades construtiva e demográfica baixas e médias. A principal característica é viabilizar a diversificação de usos, sendo uma zona em que se pretende mais a preservação da morfologia urbana existente e acomodação de novos usos, do que a intensa transformação;
- Zona de Uso Predominantemente Residencial (ZPR): porção do território destinada majoritariamente ao uso residencial, bem como a atividades não residenciais compatíveis com o uso residencial, com densidades construtiva e demográfica

baixas. Possibilita usos não residenciais que não causam incomodidade à vizinhança residencial;

- Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM): porção do território do Município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental, que têm como principais atributos remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa, arborização de relevância ambiental, vegetação significativa, alto índice de permeabilidade e existência de nascentes, incluindo os parques urbanos existentes e planejados e os parques naturais planejados, que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática;
- Zona Predominantemente Industrial 1 (ZPI-1): áreas destinadas à maior diversificação de usos não residenciais, localizadas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana.
- Zonas Especiais de Interesse Social I (ZEIS 1): áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social;
- Zonas Especiais de Interesse Social II (ZEIS 2): áreas caracterizadas por glebas ou lotes não edificados ou subutilizados, adequados à urbanização e onde haja interesse público ou privado em produzir Empreendimentos de Habitação de Interesse Social.

Figura 8 – Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Linear Água Podre – Ypuera

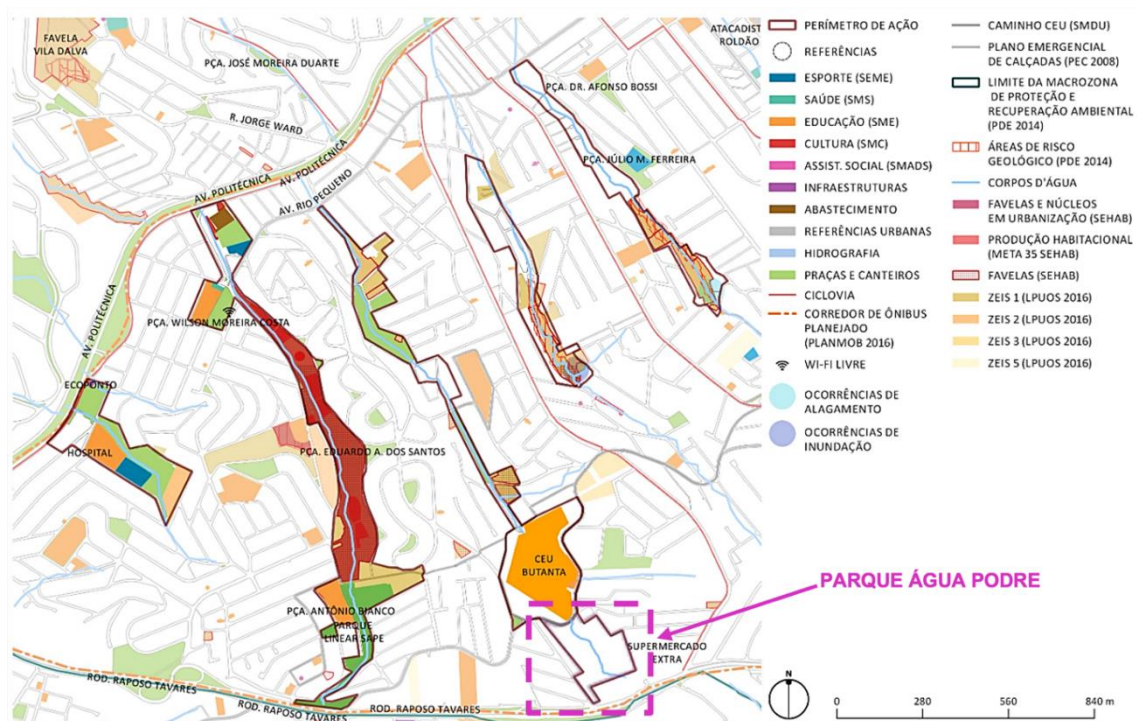


Fonte: Geosampa, 2024

O Plano Regional da Subprefeitura do Butantã (OMSP, 2016) inclui o Parque Linear Água Podre – Núcleo Nascentes em um de seus Perímetros de Ação (Figura 9). As diretrizes estabelecidas para este perímetro são:

- Mitigar problemas urbanísticos e ambientais de drenagem e saneamento básico, recuperando a qualidade da água e ampliando a rede de coleta de esgotos da bacia hidrográfica;
- Compatibilizar as soluções de habitação de interesse social com a preservação ambiental nas áreas de fundo de vale;
- Revisão e organização da circulação viária - tráfego local e de passagem (carros, ônibus, bicicletas e pedestres);
- Estudar ligações para pedestres e ciclistas no eixo Norte-Sul entre as Rodovias Politécnica e Raposo Tavares;
- Estudar a viabilidade de implantação de Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e uma Unidade Básica de Saúde (UBS) nas proximidades dos projetos dos parques lineares;
- Prever equipamentos de lazer e educação no entorno dos parques propostos.

Figura 9 - Área do Parque Linear Água Podre – Núcleo Nascentes incluída no Perímetro de Ação 212 – Rio Pequeno, do Plano Regional do Butantã



Fonte: PMSP, 2016

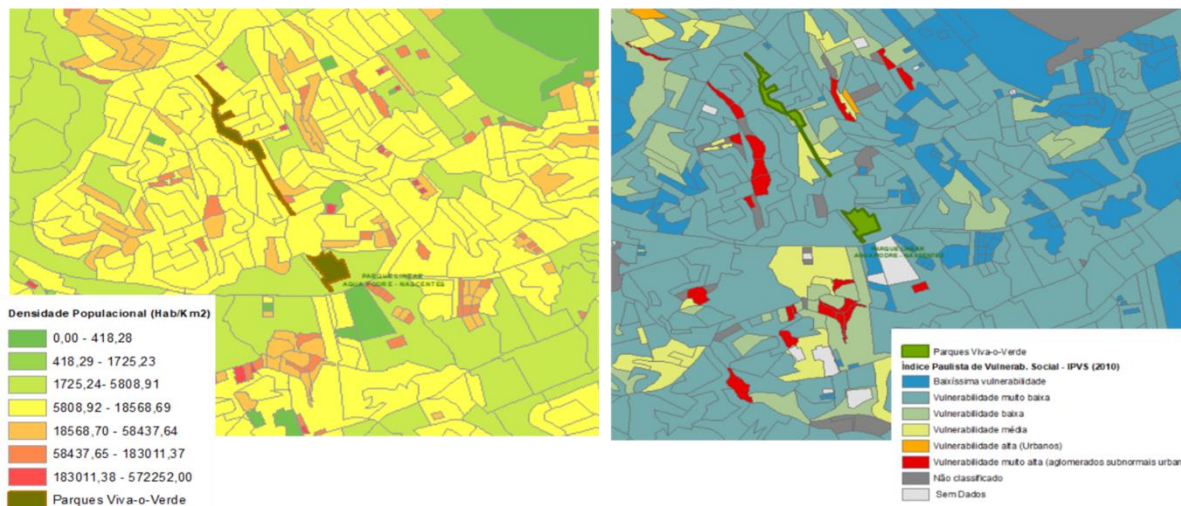
5.2. Estrutura socioeconômica

Para as análises das características socioeconômicas do entorno do parque foram utilizados os dados de Densidade Demográfica do Censo 2010⁹ e os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)¹⁰, também de 2010.

A região em que se localiza o parque apresenta densidade demográfica de média-baixa a média, entre 418 e 18,5 mil habitantes por quilômetro quadrado (Figura 10), com enclaves de alta densidade, provavelmente correspondentes a áreas verticalizadas. Com relação à vulnerabilidade Social, predominam setores de vulnerabilidade muito baixa, com poucos setores de vulnerabilidade muito alta (que correspondem aos aglomerados subnormais urbanos, conforme dados e nomenclatura do Censo 2010) e alguns destes setores correspondem a áreas com alta densidade populacional.

O Distrito Rio Pequeno possui 20% dos domicílios em favela, contra 15,8% da Subprefeitura Butantã. Houve a melhoria de alguns índices sociais e urbanos na última década, como o acesso à água e esgoto na subprefeitura, atingindo cobertura de 99,9% em 2014. Aproximadamente 73% da população recebe entre 1 e 3 salários mínimos, índice superior à média municipal (63%) e da Subprefeitura Butantã (59%). Apenas 13% da população mora no raio de 1 km de algum equipamento de lazer ou esportes.

Figura 10 - Densidade Demográfica (hab/Km²) e IPVS para a área do entorno do parque



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat, 2024

⁹ Até o momento da realização deste trabalho não foram obtidos dados mais recentes agregados por setores censitários e que permitam uma análise detalhada na escala local.

¹⁰ Índice elaborado pela Fundação SEADE cuja finalidade é oferecer ao gestor público e a sociedade em geral uma visão mais detalhada das condições de vida no interior do município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.



5.3. Eixos viários e Mobilidade

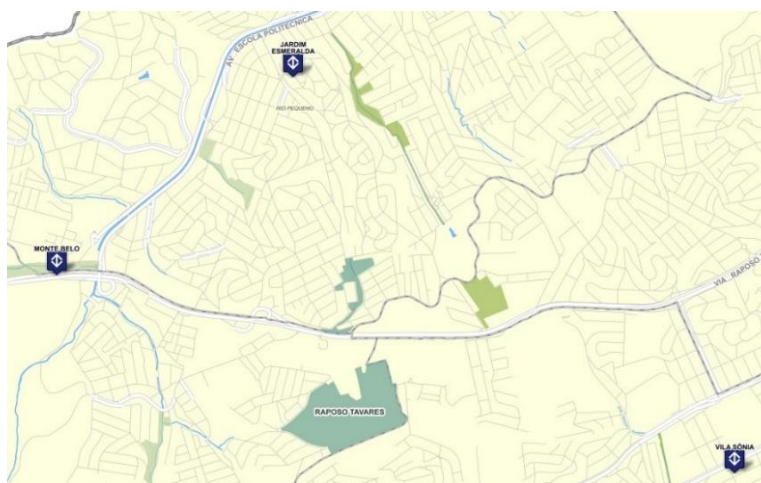
O Parque Linear Água Podre - Ypuera encontra-se entre dois eixos viários importantes: a Rodovia Raposo Tavares e a Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, uma via arterial que cruza o distrito do Rio Pequeno, o que facilita o acesso tanto via automóvel como por transporte de ônibus, já que ambas as vias apresentam pontos de ônibus nas proximidades e várias linhas servindo o local. Há também uma ciclovia que liga a Rodovia Raposo Tavares com a Av. Escola Politécnica, ao norte, cruzando a Av. Eiras Garcia.

Várias linhas de ônibus passam no entorno imediato ao parque, dentro da AI. Só na Av. Raposo Tavares passam 19 linhas de ônibus que interligam a região ao centro da cidade e a outros pontos da Região Oeste. Na Av. Eiras Garcia, onde se encontrará a principal entrada do Parque, passam três linhas: a 715M-10 (Jd. Maria Luísa - Largo da Pólvora), a 8021-10 (Jd. Maria Luísa - Butantã), e a 775A-10 (Jd. Adalgiza - Pinheiros). Estas três linhas passam próximas a estações de Metrô, tanto da Linha Amarela, que liga a região Oeste do município à região central.

Nas oficinas participativas realizadas para a elaboração do Plano de Gestão, a ausência de acessibilidade na Avenida Eiras Garcia foi um problema levantado pela população, com relação à inexistência de um fluxo seguro de pedestres para acesso ao parque. A população também citou como um dos problemas a pouca integração do parque com o entorno, o que foi reiterado pela gestão do parque, que informou que a comunidade pouco usufrui do mesmo, utilizando-o apenas como “passagem”.

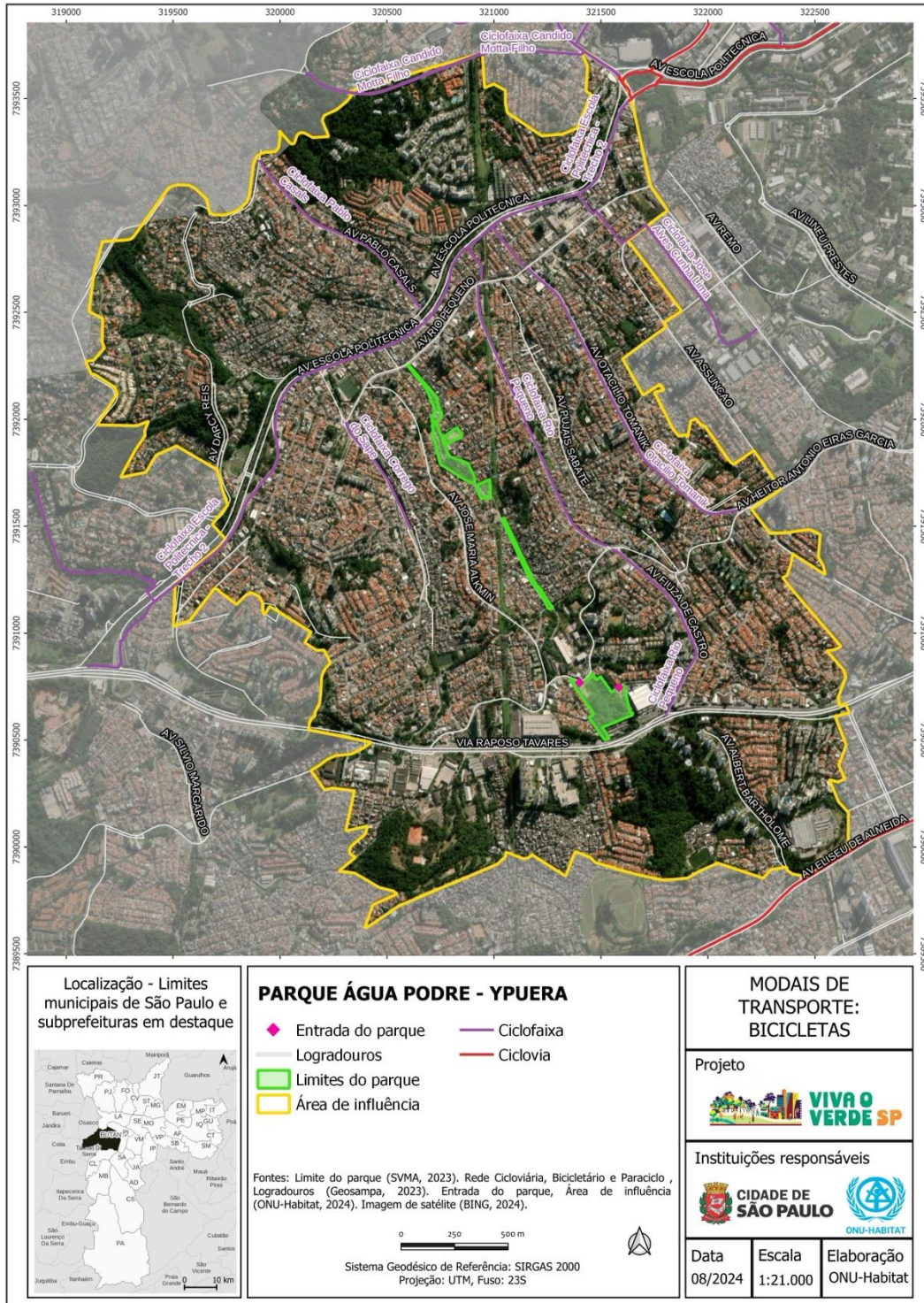
Com relação ao transporte sobre trilhos, as estações de metrô mais próximas ao parque, atualmente, são a Vila Sônia – distante a 1,6 km em linha reta da entrada Sul do Parque – e a São Paulo/Morumbi – a 2,6 Km –, ambas da Linha Amarela. Há previsão para a criação da Linha Marrom, e com ela, a estação Jardim Esmeralda também será uma possibilidade de acesso, distante a 1,6 km da entrada Norte do Parque.

Figura 11 - Estações de metrô existentes e previstas



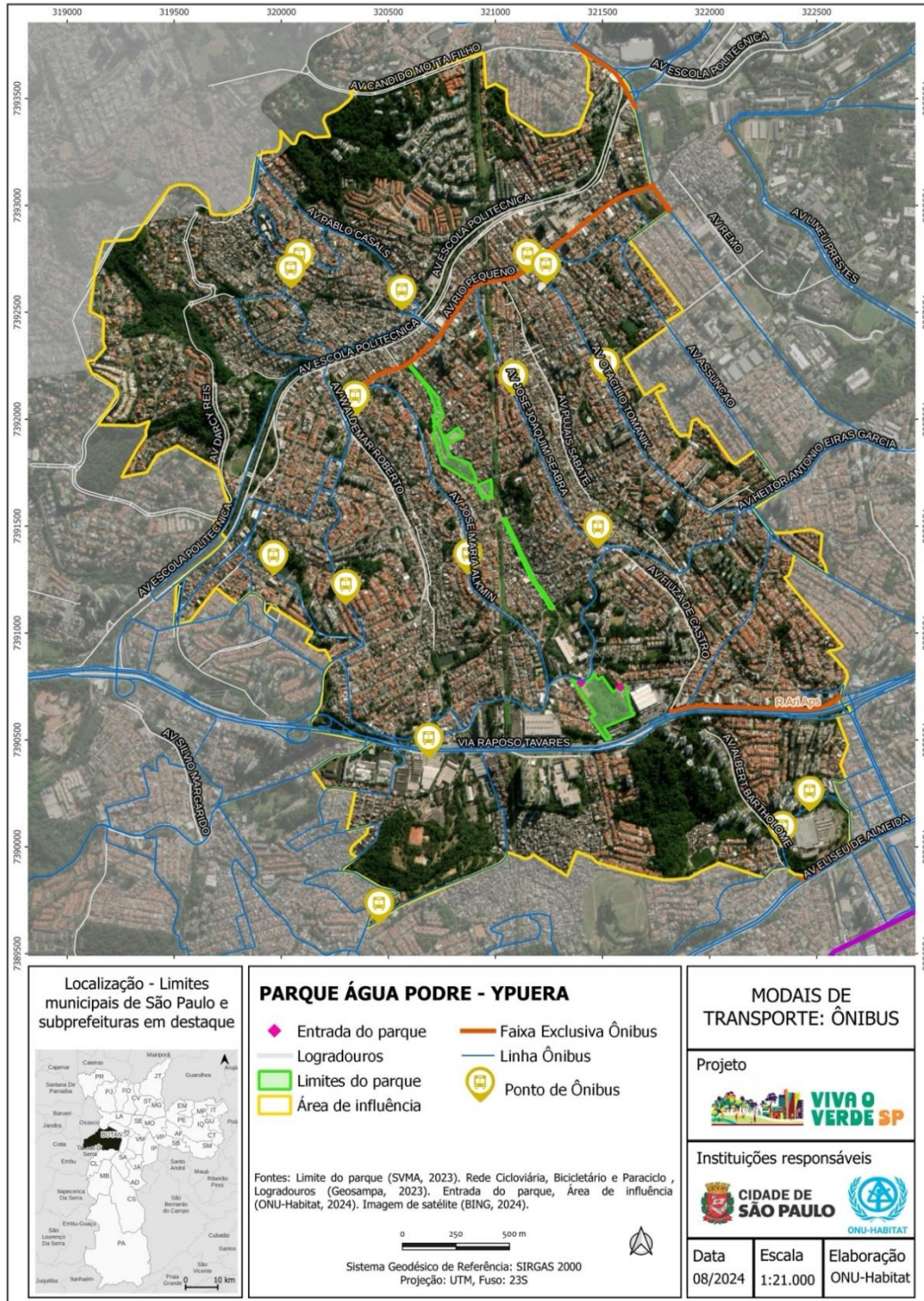
Fonte: Geosampa, 2024

Mapa 4 – Sistema viário no entorno do parque e identificação do sistema cicloviário



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 5 – Sistema viário no entorno do parque e identificação das faixas exclusivas de ônibus e pontos de ônibus



Fonte: ONU-Habitat, 2024



6. Território-Parque

O Território-Parque é uma unidade de cogestão e planejamento territorial em escala local delimitada pela Área de Influência¹¹ do Parque Linear Córrego do Bispo que estabelece um perímetro de atuação e priorização de uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções entre comunidades, conselhos, agentes e equipamentos públicos próximos ao parque, articulados por meio de uma rede socioambiental¹².

Com isso, busca-se promover uma esfera de articulação pública, entre diferentes instâncias da sociedade, que possa, ao mesmo tempo, promover ações de prevenção aos principais desafios relacionados aos territórios de entorno imediato e próximo do parque e, também, potencializar oportunidades vinculadas ao seu espaço urbano ampliado, com o qual ele se correlaciona diretamente ou indiretamente.

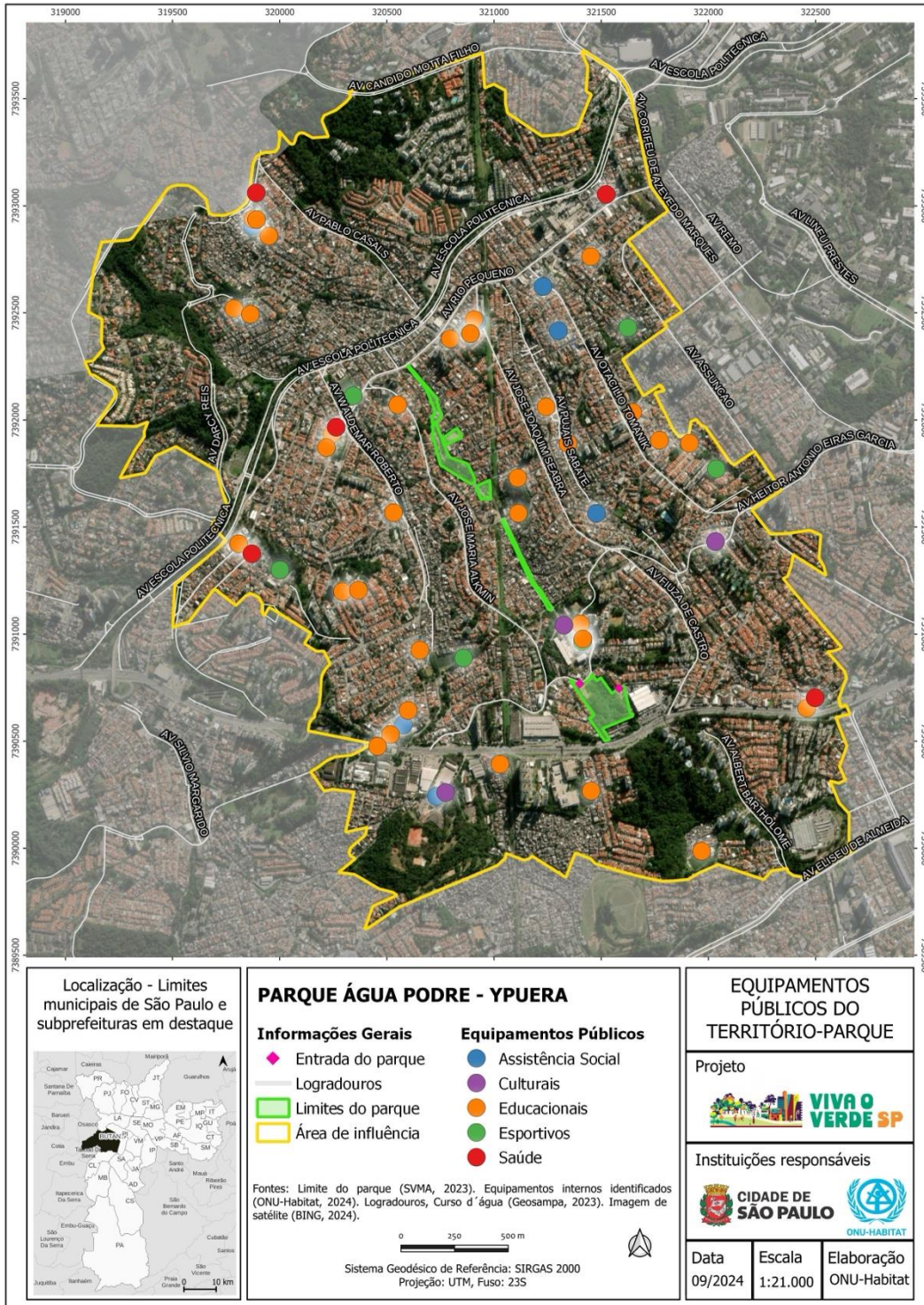
6.1. Caracterização do Território-Parque

O perímetro de atuação do Território-Parque do Parque Linear Água Podre - Ypuera e os principais equipamentos públicos municipais ali relacionados, estão definidos, mapeados e destacados no Mapa 6. Na sequência, podem ser verificados separadamente o mapeamento dos diferentes equipamentos públicos deste território nos Mapas 7, 8, 9, 10 e 11.

¹¹ As Áreas de Influência dos parques foram definidas com base na mobilidade ativa do pedestre e a partir de um critério temporal. Dessa forma, foi calculado um raio sobre a malha viária delimitando o território atendido em uma caminhada de até 15 minutos entre um acesso do parque e suas ruas adjacentes. A área resultante é entendida como adequada para que as pessoas se sintam estimuladas a frequentar o parque mais próximo, seja de sua residência ou trabalho. Para o cálculo, foi considerado o tempo de caminhada de, no máximo, 15 minutos para pessoas adultas sem restrições de mobilidade, considerando variações de velocidade conforme declividade do terreno. Adicionou-se a isso a abrangência territorial de 15 minutos de caminhada para crianças e idosos, bem como para pessoas com restrições de mobilidade, visto que são grupos com deslocamentos mais lentos.

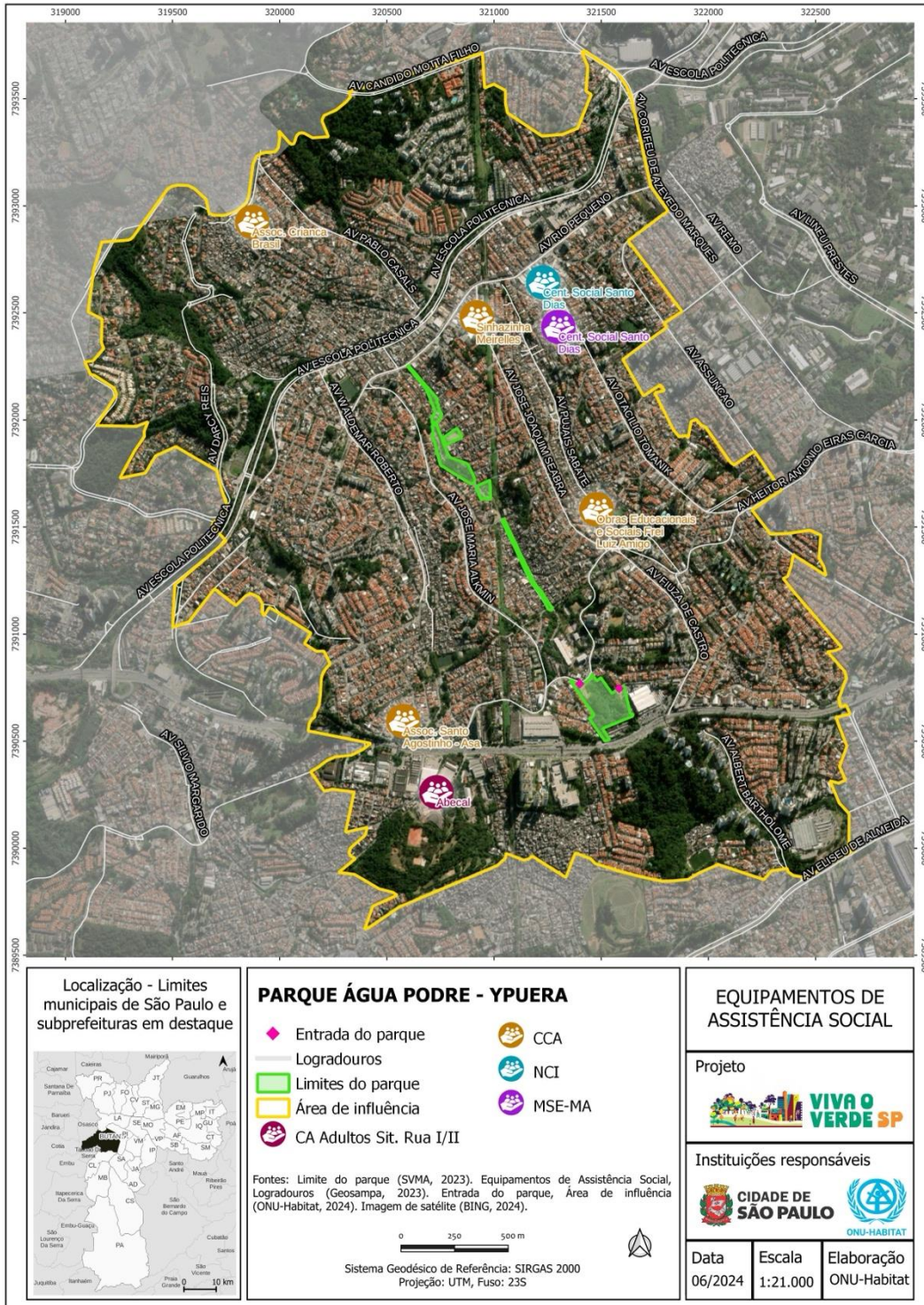
¹² Para a articulação de rede socioambiental vinculada ao Território-Parque, recomenda-se a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização desta instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque, articulando, assim, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes em tal território.

Mapa 6 – Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 7 – Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque

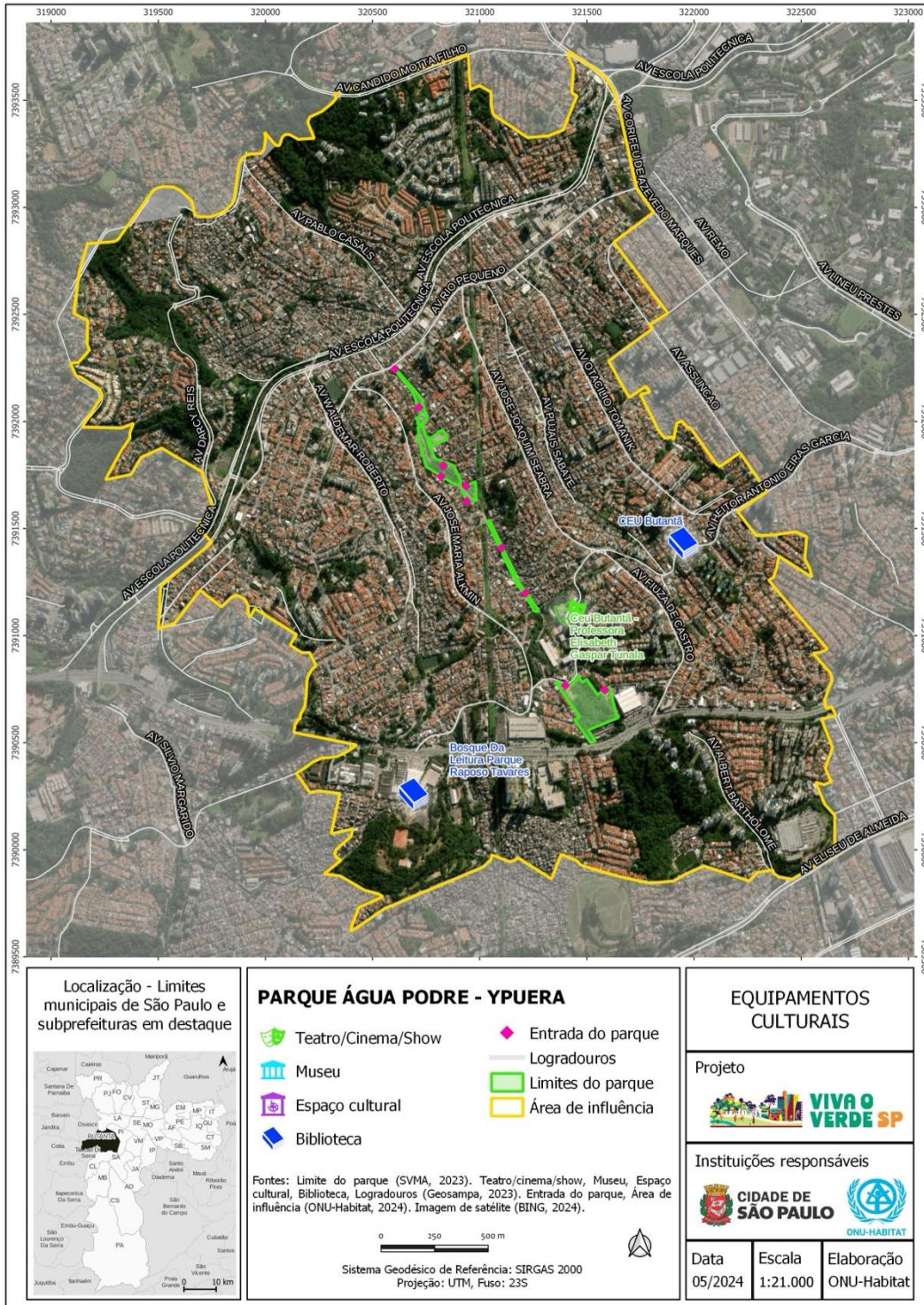


Fonte: ONU-Habitat, 2024



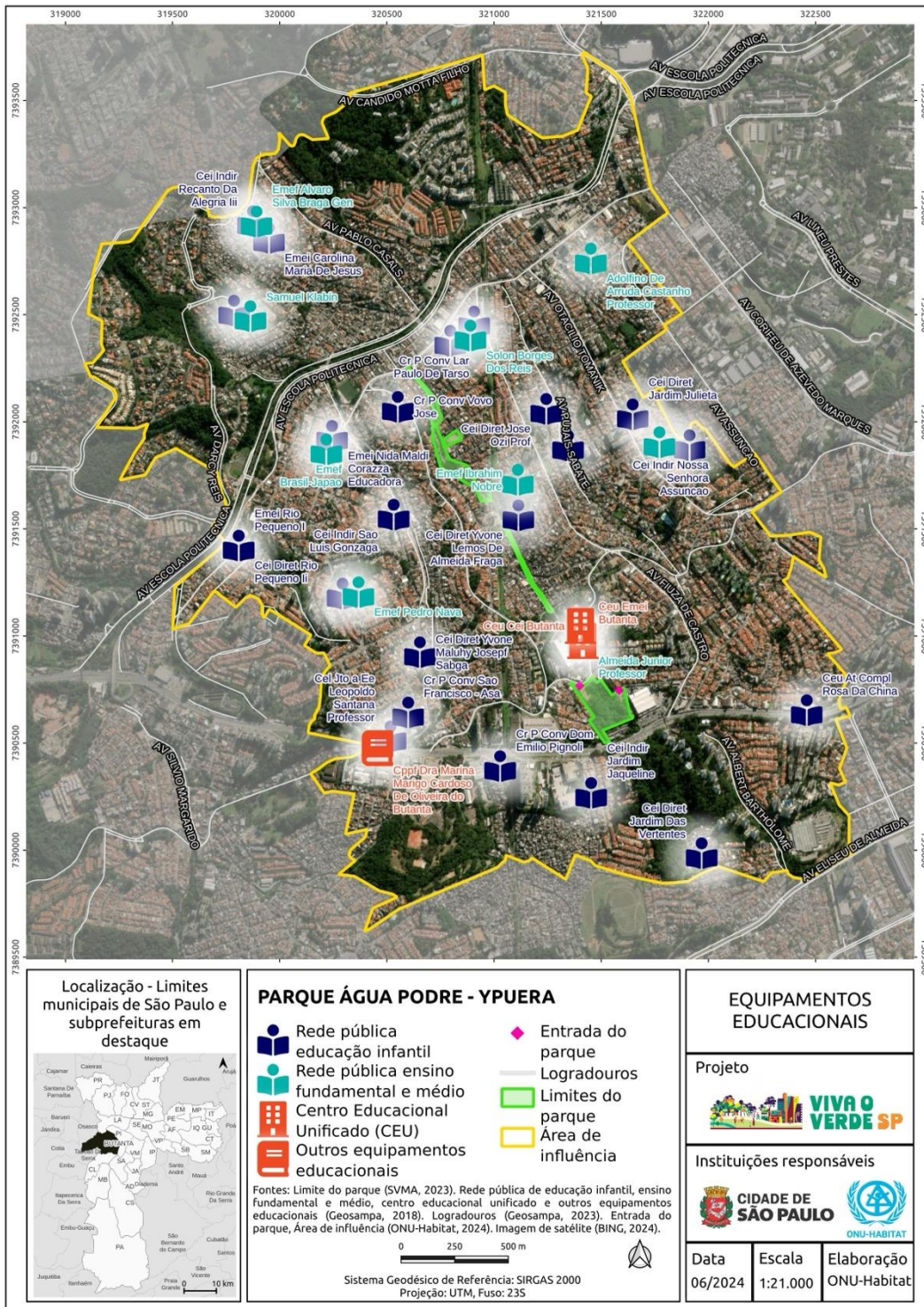
VIVA O VERDE SP

Mapa 8- Equipamentos Culturais do Território-Parque



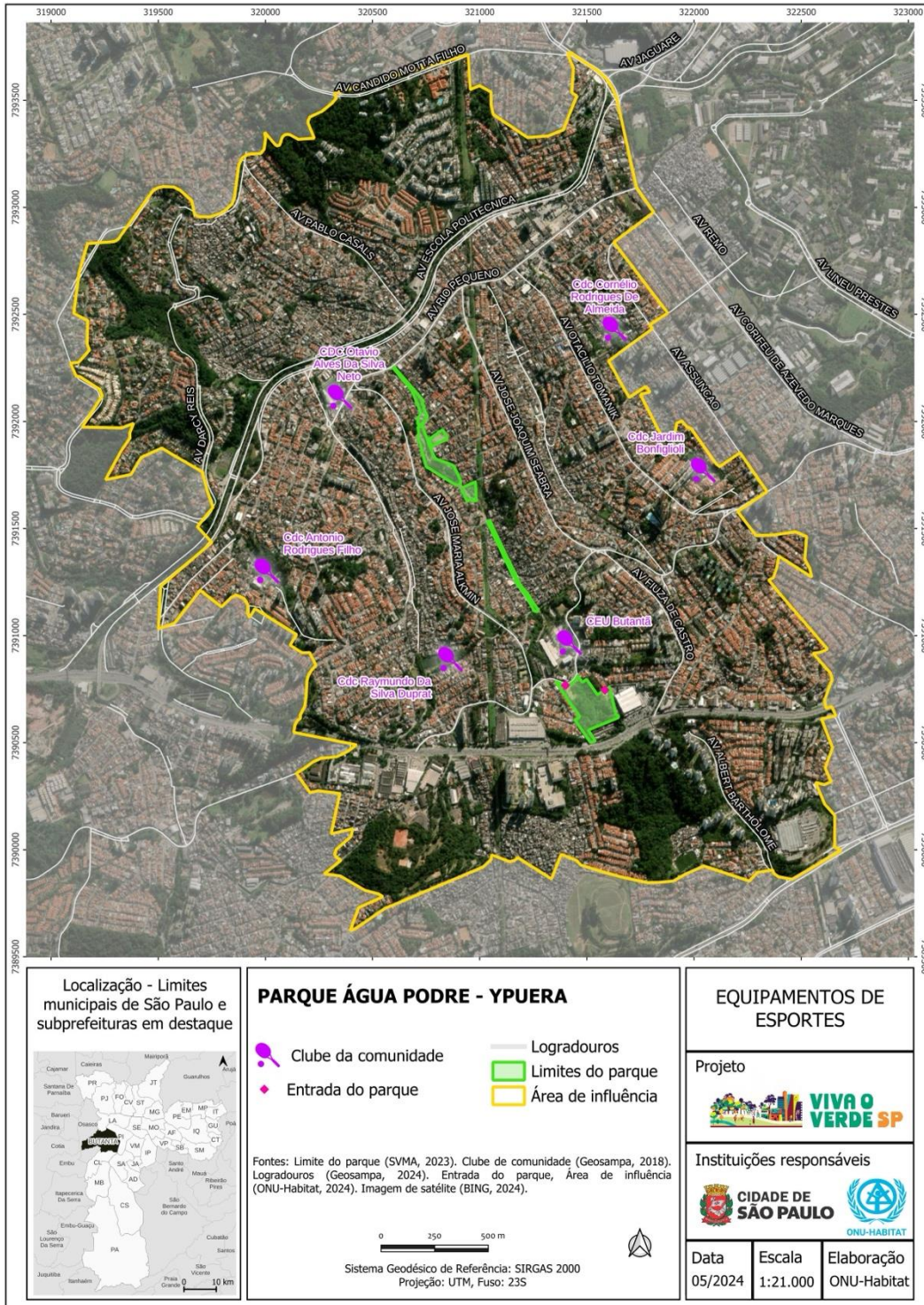
Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 9 – Equipamentos Educacionais do Território-Parque



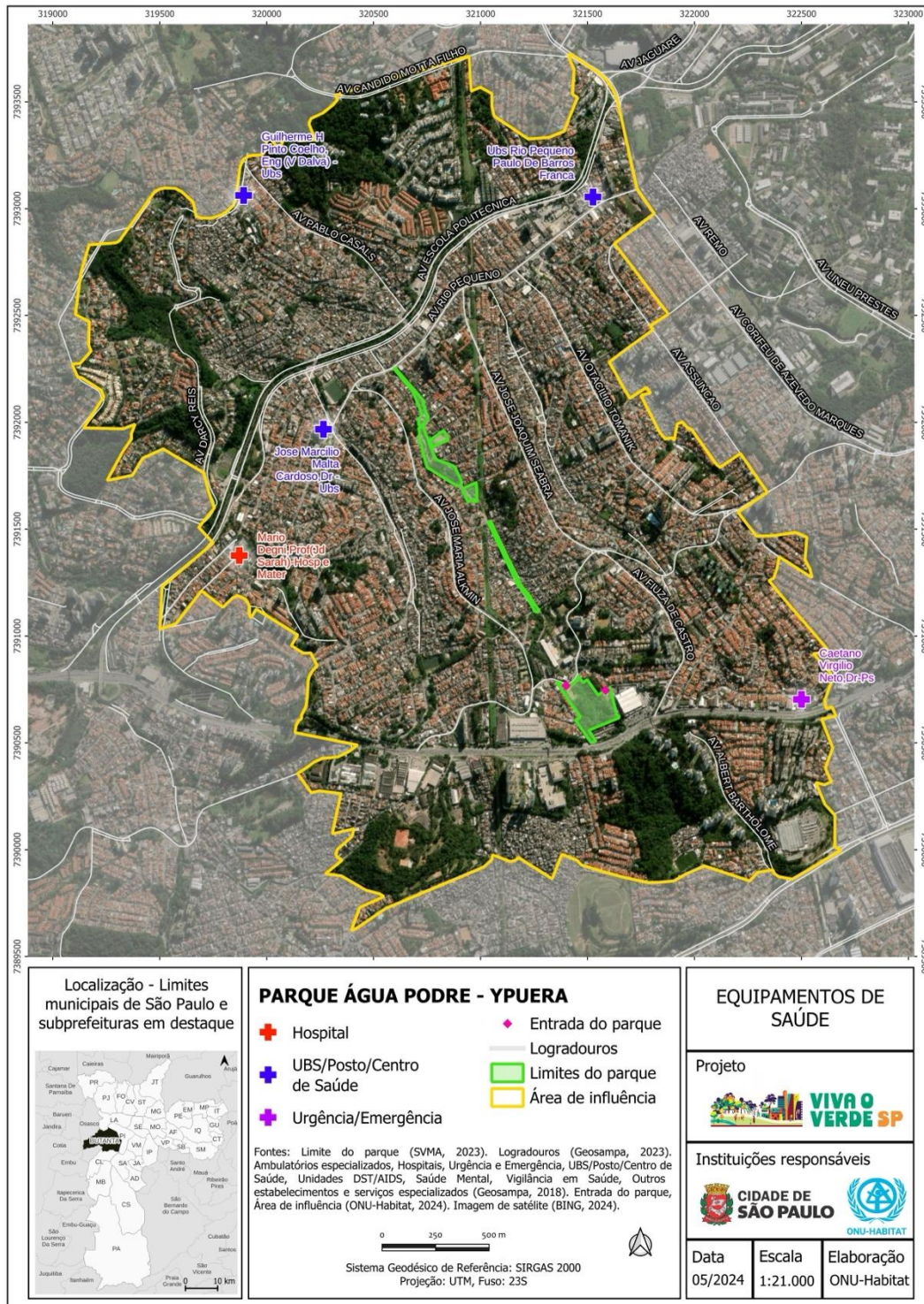
Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 10 – Equipamentos de Esportes do Território-Parque



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 11 – Equipamentos de Saúde do Território-Parque



Fonte: ONU-Habitat, 2024



6.2. Desafios e oportunidades do Território-Parque

Entre os desafios vinculados ao Território-Parque do Parque Linear Água Podre – Ypuera, destacam-se:

- Falta de integração do núcleo implementado do parque (Núcleo Nascentes) com o restante do conjunto do parque linear, ainda em processo de implantação, especialmente na área em que está localizado o Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã;
- Conexão perigosa entre as áreas do parque linear, separada por via em curva, situada em área escolar, com possibilidade de acidentes entre automóveis em alta velocidade e crianças;
- Área pública da Praça Ypuera com pouca integração com o parque e apresentando questões relativas ao abandono de animais, uso de materiais para cerimônias religiosas e pessoas em situação de rua;
- Ausência de sinalização indicativa da nova área do parque nas áreas existentes do parque linear vinculadas ao CEU Butantã;
- Emissão de ruído intenso originada pela edificação do mercado Assaí, vizinha ao parque;
- Falta de equipamentos de segurança evocando a necessidade de atividades voltadas para a segurança comunitária em parceria com os equipamentos de educação e cultura existentes.

Entre as oportunidades vinculadas ao Território-Parque do Parque Linear Água Podre – Ypuera, destacam-se:

- Presença de equipamentos de educação voltados para o público infantil e juvenil, reforçando as possibilidades de parceria para atividade de educação ambiental;
- Equipamentos esportivos de maior uso, como quadras, já estão presentes e se apresentam em boa quantidade em áreas próximas ao núcleo implementado do parque;
- Presença de equipamentos de saúde e a possibilidade de parcerias junto às ações promovidas por agentes de promoção ambiental e de saúde comunitária;
- Oportunidade de oferta de atividades para idosos que não contam com equipamentos municipais específicos para sua faixa etária;
- Possibilidade de integração de ações e atividades entre áreas verdes próximas, como Parque Municipal Linear Sapé e Parque Municipal Raposo Tavares e da iniciativa comunitária Parque da Joia.

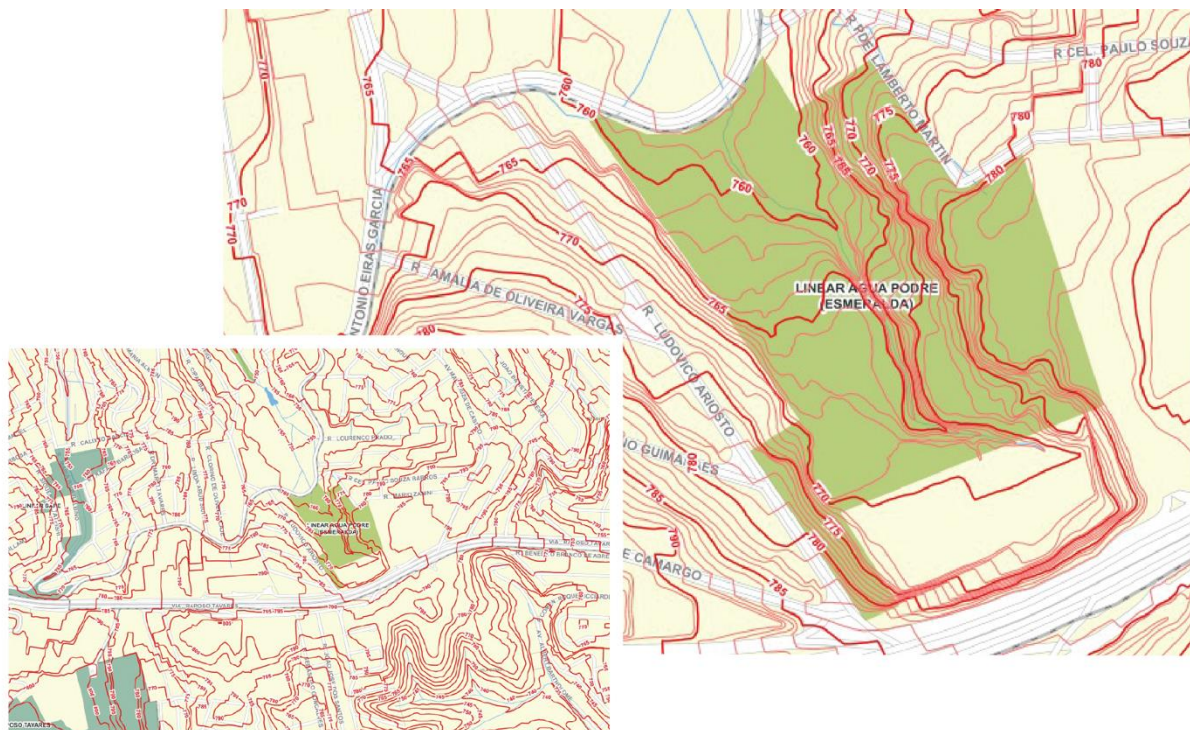
7. Caracterização do Parque Linear Água Podre - Ypuera

Na sequência da avaliação do contexto urbano e da consolidação do plano de ação do Território-Parque, este capítulo concentra-se na caracterização do Parque Linear Água Podre - Ypuera e visa proporcionar uma visão abrangente e sistemática dos atributos naturais e das dinâmicas de uso do parque, de forma a complementar a compreensão geral decorrente da análise do entorno.

7.1. Atributos naturais

Este item abordará os atributos naturais do parque, apresentando uma visão sobre o relevo, solo, recursos hídricos, vegetação e fauna presentes no território. Além disso, a análise desses atributos permitirá a compreensão do papel do parque para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima e a preservação da biodiversidade.

Figura 12 - Hipsometria do Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes) e seu entorno



Fonte: Geosampa, 2024

7.1.1. Relevo

Segundo a Carta Geotécnica do Município de São Paulo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT (GEOSAMPA, 2024), o parque encontra-se em sua totalidade sobre uma área de gnaisses, com alta suscetibilidade a erosão dos solos subsuperficiais induzidas por movimentos de terra. Localiza-se na encosta norte do interflúvio da Rodovia Raposo Tavares (Figura 12), com cota altimétrica variando entre 785 m e 756 m. Apresenta altas declividades no canal do córrego contribuinte do Água Podre e em toda região centro-leste e sudoeste do Parque, com a área a oeste apresentando um relevo menos dissecado.

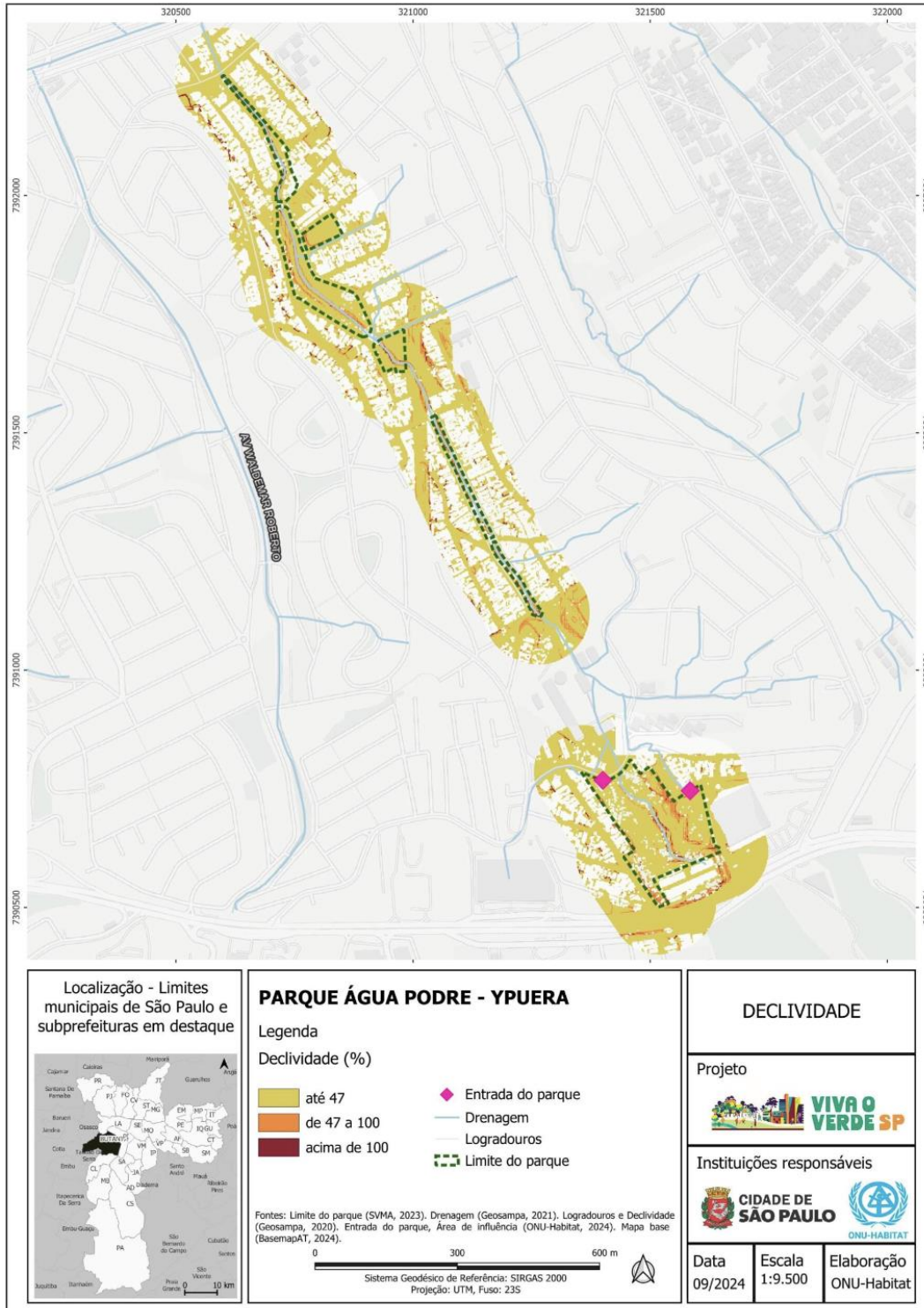
As altas declividades das vertentes mostradas na hipsometria se comprovam no mapa de declividades: vertentes com declividade acima de 30% formando um vale encaixado, situado no centro do parque. Declividades acima de 30% também são encontradas à leste, logo após um platô onde se encontra a entrada leste do parque, ao lado da Praça Ypuera, na Rua Mario Zanini.

Figura 133 – Mirante no ponto mais alto do parque no núcleo nascentes



Fonte: SVMA, 2024

Mapa 12 – Declividades no Parque Linear Água Podre – Ypuera e entorno



Fonte: ONU-Habitat, 2024



7.1.2. Solo

Os solos do Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes) são heterogêneos e antropizados, resultado de anos de ocupação do local antes da delimitação do perímetro do parque e das desapropriações realizadas. Sobre o embasamento de gnaisses ocorrem lajes de cimento e cerâmica, entulhos e ruínas de construções. As observações apresentadas a seguir foram realizadas em visitas de campo entre os meses de novembro de 2023 e junho de 2024.

No setor sul há presença de solos argilosos e lixiviados, que formam fendas quando secos. Na área alta do parque, na divisa com o mercado Assaí, foram verificadas áreas de solo com baixa drenagem, que acabam empoçando água pluvial, formando pequenas lagoas de água parada que persistem por dias, quando da incidência de chuvas mais intensas. Conforme relatado durante o processo participativo, tais empoçamentos constituem potenciais criadouros de mosquito-da-dengue (*Aedes aegypti*), espécie associada à transmissão de diversas doenças e que deve, portanto, ser manejada durante a gestão do parque. Os motivos da ocorrência destas poças devem ser estudados por meio de uma análise de substrato e de solo para verificar porque a água não permeia, e se não há resquícios de uma laje de cimento por baixo destes locais.

As áreas permeáveis do parque são compostas por gramados, canteiros ajardinados, áreas úmidas e bosques heterogêneos. As áreas úmidas, em especial, merecem destaque pela sua importância na prestação de serviços ecossistêmicos, regulação climática, conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, devendo ser manejadas de forma a minimizar potenciais impactos. Caminhos, estares e edificações, necessários ao correto funcionamento do parque, constituem a parcela impermeável do solo.

Nota-se presença de resquícios de ocupações irregulares, como lonas plásticas, entulhos, restos de construção e resíduos diversos. Subsolo apresentando trechos de asfalto, fundações e lajes de concreto de antigas construções em diversos pontos, embora não haja mapeamento exato da sua localização.

Foram verificados trechos com solo exposto apresentando processos erosivos ao longo das encostas de maior inclinação, principalmente nos locais onde foram realizadas as obras de instalação da passarela/deck elevado, no Núcleo Nascentes.

Figura 144 - Áreas do Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes) apresentando entulho, restos de construções e lajes de cimento, e as áreas alagadas.

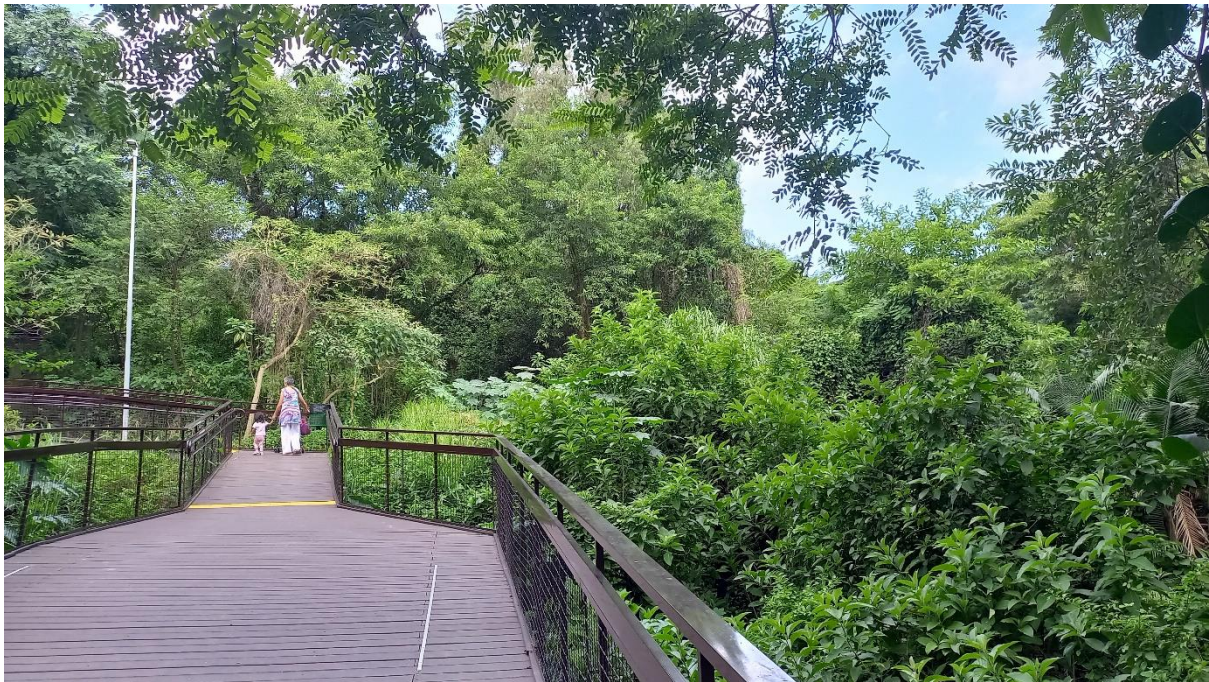


Fonte: Adriana Quedas/ONU-Habitat, 2024

7.1.3. Água

O Parque Linear Água Podre - Ypuera está localizado na Bacia do Córrego Jaguaré, uma sub-bacia do Córrego Água Podre (Mapa 13). A Bacia do Córrego Água Podre tem 1,25 km², correspondente a 4,4% da Bacia do Ribeirão Jaguaré (28,122 km²). Da nascente junto à Rodovia Raposo Tavares até a foz no Ribeirão Jaguaré o córrego tem 2,2 km de extensão, dos quais 480 metros são tamponados, sendo 350 m pelo CEU Butantã e 130 m pela Rua Raimundo de Castro Maia.

Figura 15 – Passarela na nascente do Córrego Água Podre

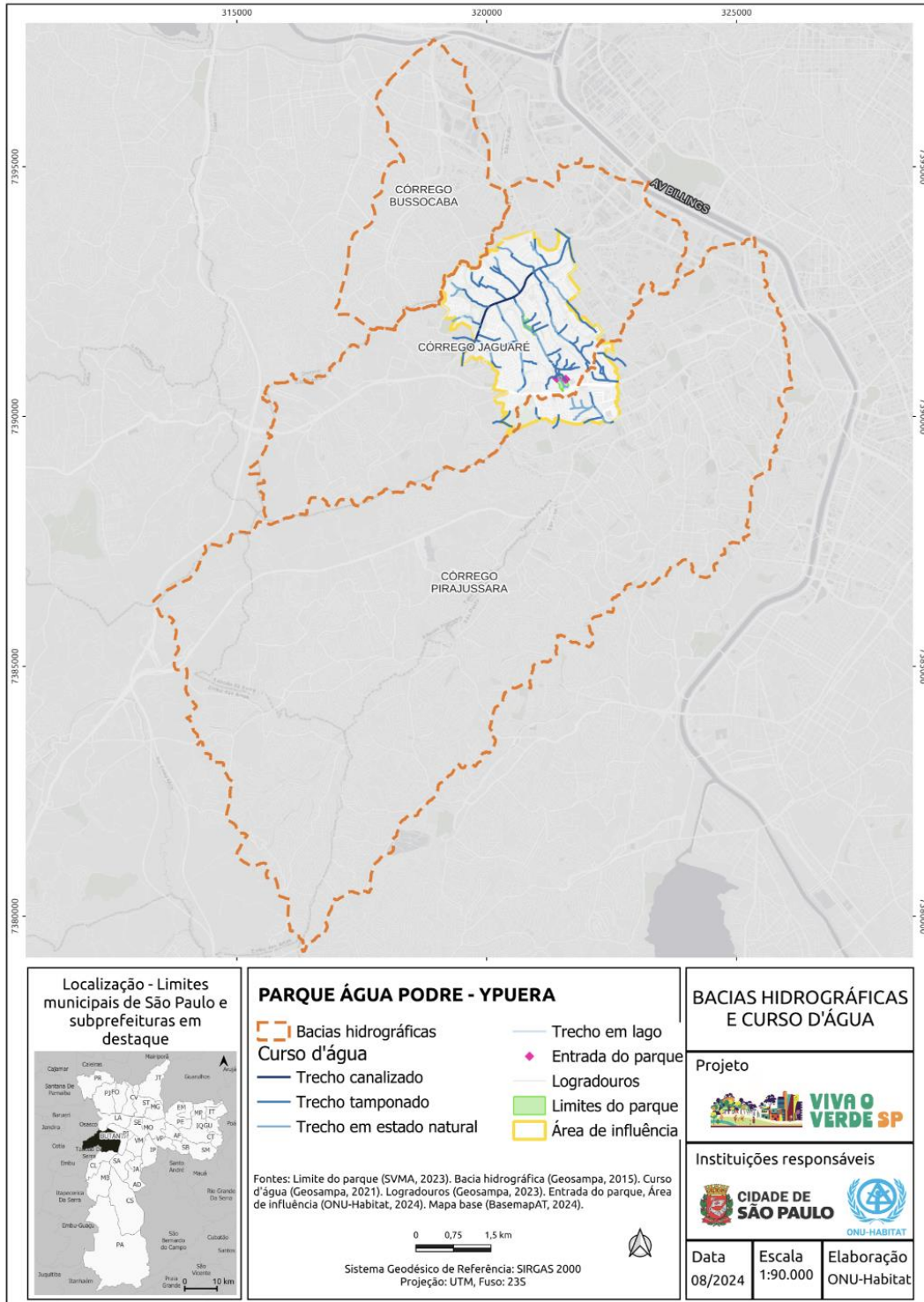


Fonte: SVMA, 2024



**VIVA O
VERDE SP**

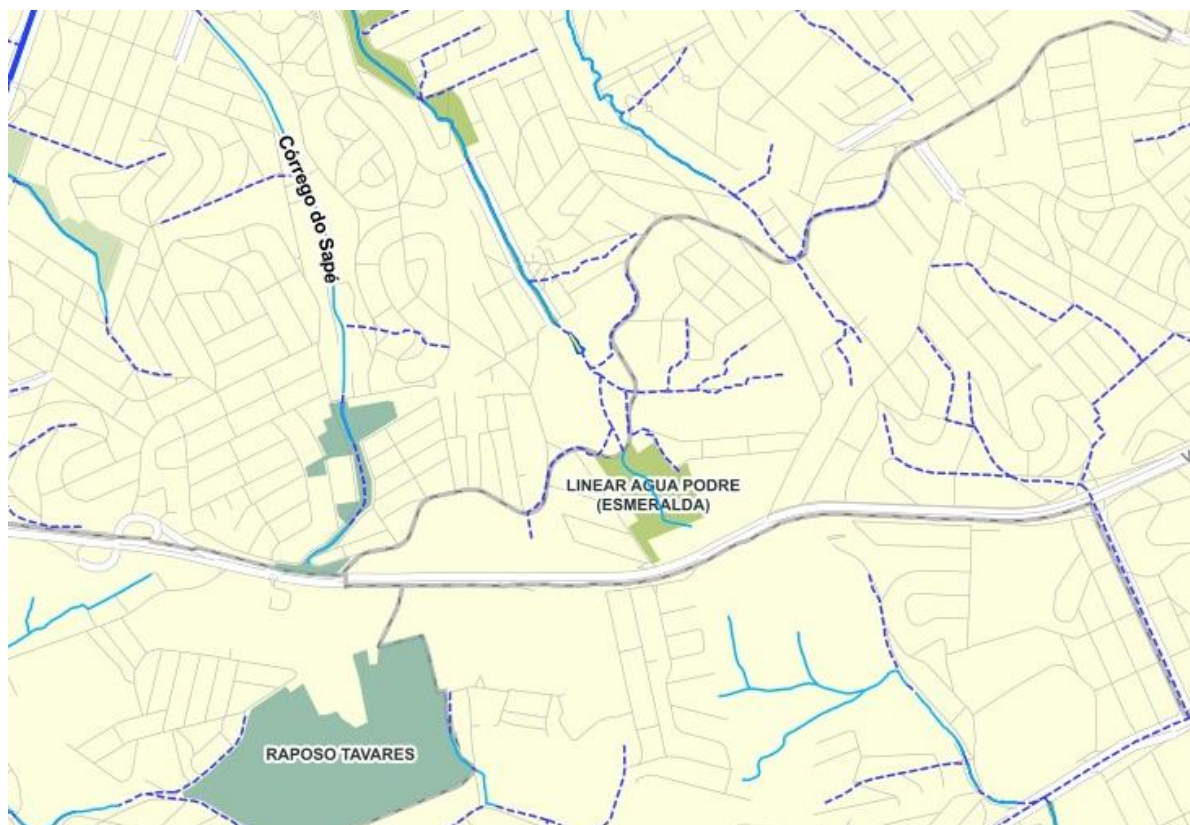
Mapa 13 - Bacia hidrográfica do Córrego Jaguaré



Fonte: ONU-Habitat, 2024

A drenagem principal que atravessa o parque é um afluente do Córrego Água Podre e suas nascentes encontram-se na área verde localizada entre o CEU Butantã e a Rodovia Raposo Tavares com acesso via da Av. Eng. Heitor Antônio Eiras García, altura do número 2.035, porém há indícios de outras nascentes, vertedouros e olhos-d'água dentro do parque, como áreas de alagados e solos bastante encharcados, e indicações de rios e córregos subterrâneos.

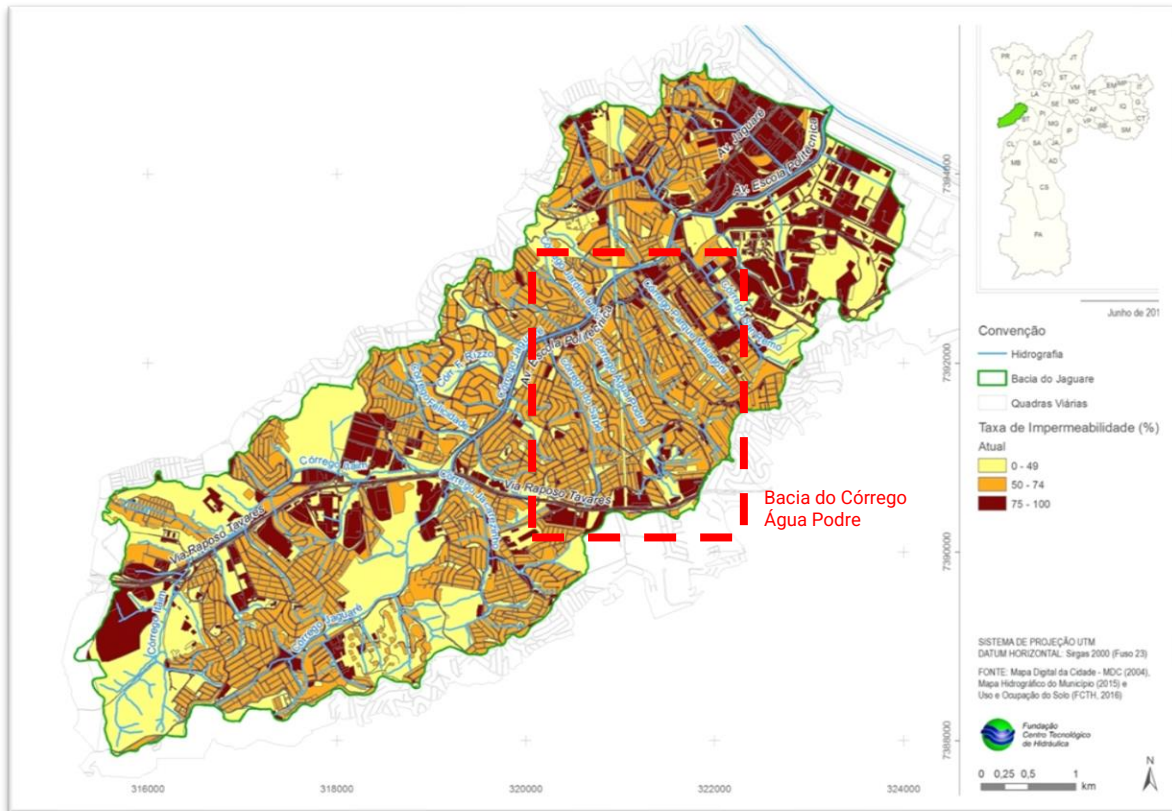
Figura 156 – Rede hidrográfica do Parque Linear Água Podre – Ypuera e seu entorno



Fonte: Geosampa, 2024

O Caderno de Drenagem da Bacia do Córrego Jaguaré (PMSP, 2021) analisa a Taxa de Permeabilidade existente, segundo parâmetros de escoamento superficial, permeabilidade dos solos e áreas impermeáveis, e a máxima permitida para a Bacia, a partir dos dados da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo - LPUOS (SÃO PAULO, 2016). As taxas de permeabilidade existentes no entorno do parque são acima de 50%, chegando a ser acima de 75% nas áreas de grandes centros de comércio e serviços. Porém, a alta permeabilidade da vertente do córrego provavelmente absorve qualquer fluxo de água mais intenso vindo das cotas mais altas, impedindo a sobrecarga do córrego – pelo menos à montante. Ao norte, à jusante, as áreas permeáveis praticamente desaparecem, o que tende a se agravar caso as diretrizes da LPUOS sejam seguidas ao máximo: a taxa de permeabilidade permitida para o entorno do Córrego Água Podre é de 75% a 100%.

Figura 17 - Taxas de Permeabilidade existentes Bacía Hidrográfica do Córrego Jaguaré



Fonte: PMSP, 2021

O Córrego Água Podre, após nascer dentro do parque, passa por baixo do CEU Butantã, onde forma uma lagoa, e será canalizado no seu trecho após o CEU, em sua saída para a superfície. Nestas áreas que estão indicadas haverá a incorporação de mais áreas ao Parque Linear Água Podre - Ypuera, conforme pudemos ver anteriormente, na Figura 5.

Na Figura 16 vemos a Lagoa formada pelo Córrego Água Podre dentro do CEU Butantã e a Placa indicativa de Área de Mananciais dentro dele.

Figura 168 - Lagoa formada pelo Córrego Água Podre e a Placa indicativa de Área de Mananciais



Fonte: Adriana Quedas/ONU-Habitat, 2024

As moradias limítrofes ao parque, no setor oeste, lançam esgoto nos cursos d'água e na área brejosa existentes dentro do parque, questão cuja resolução está prevista nas Diretrizes de Ação do Plano Regional da Subprefeitura do Butantã (PMSP, 2016), conforme apresentado no item 5.1. Enquanto a questão de saneamento básico do entorno não é resolvida, será necessário o monitoramento da qualidade da água dentro do parque para orientar o manejo e uso adequado dos sistemas aquáticos e brejosos.

7.1.4. Vegetação

Para o desenvolvimento do Plano de Gestão, a análise da vegetação existente na região que cerca o parque também é importante, pois assim é possível identificar a existência de possíveis corredores urbanos de fauna e flora, ou se o parque se comporta como uma área isolada de verde urbano. Para isso, analisou-se três dados disponíveis na plataforma Geosampa: o Mapeamento da Vegetação Significativa 2023¹³, o Mapeamento de Remanescentes da Mata Atlântica¹⁴ e o Mapeamento da Cobertura Vegetal 2020¹⁵. O mapa 14 mostra os Remanescentes de Mata Atlântica, o mapa 15 indica a Vegetação Significativa no entorno do Parque e o mapa 16 apresenta o Mapeamento da Cobertura Vegetal.

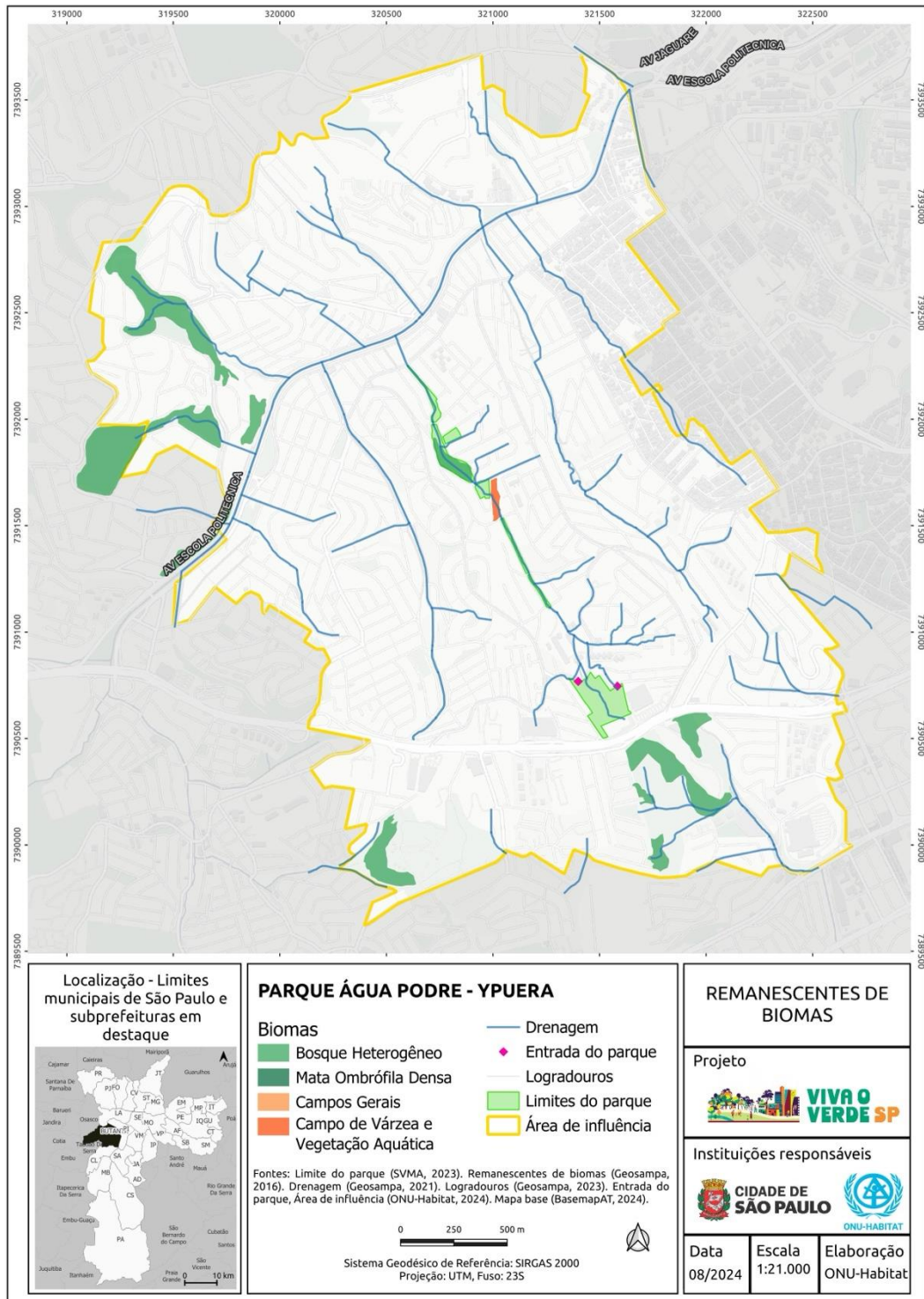
¹³ Disponível em:

<<https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/fa7525ad-a831-4167-b096-7f5550f18b0f>>

¹⁴ O Mapeamento dos Remanescentes de Mata Atlântica no Município de São Paulo é um dos produtos do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) São Paulo. Integrante do Diagnóstico da situação atual da Mata Atlântica, no município, configura-se como elemento obrigatório do Plano conforme Art. 43 do Decreto Federal 6.660/2008

¹⁵ O mapeamento da cobertura vegetal compreendeu a vetorização de 15 categorias classificadas por meio de fotointerpretação de imagens aéreas ortoretificadas do ano de 2017/2018.

Mapa 14 – Remanescentes de Biomas no entorno do Parque Linear Água Podre - Ypuera

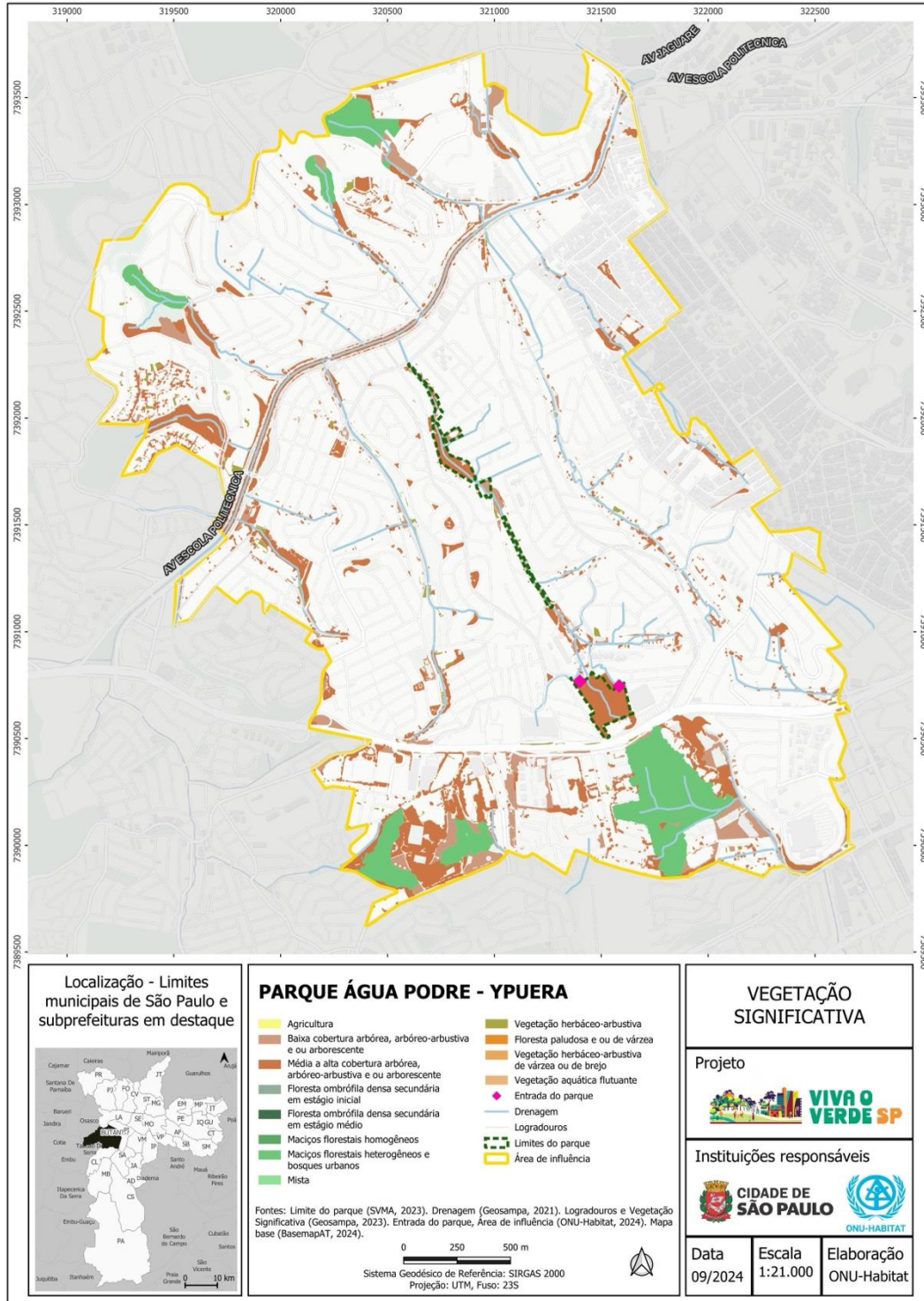


Fonte: ONU-Habitat, 2024



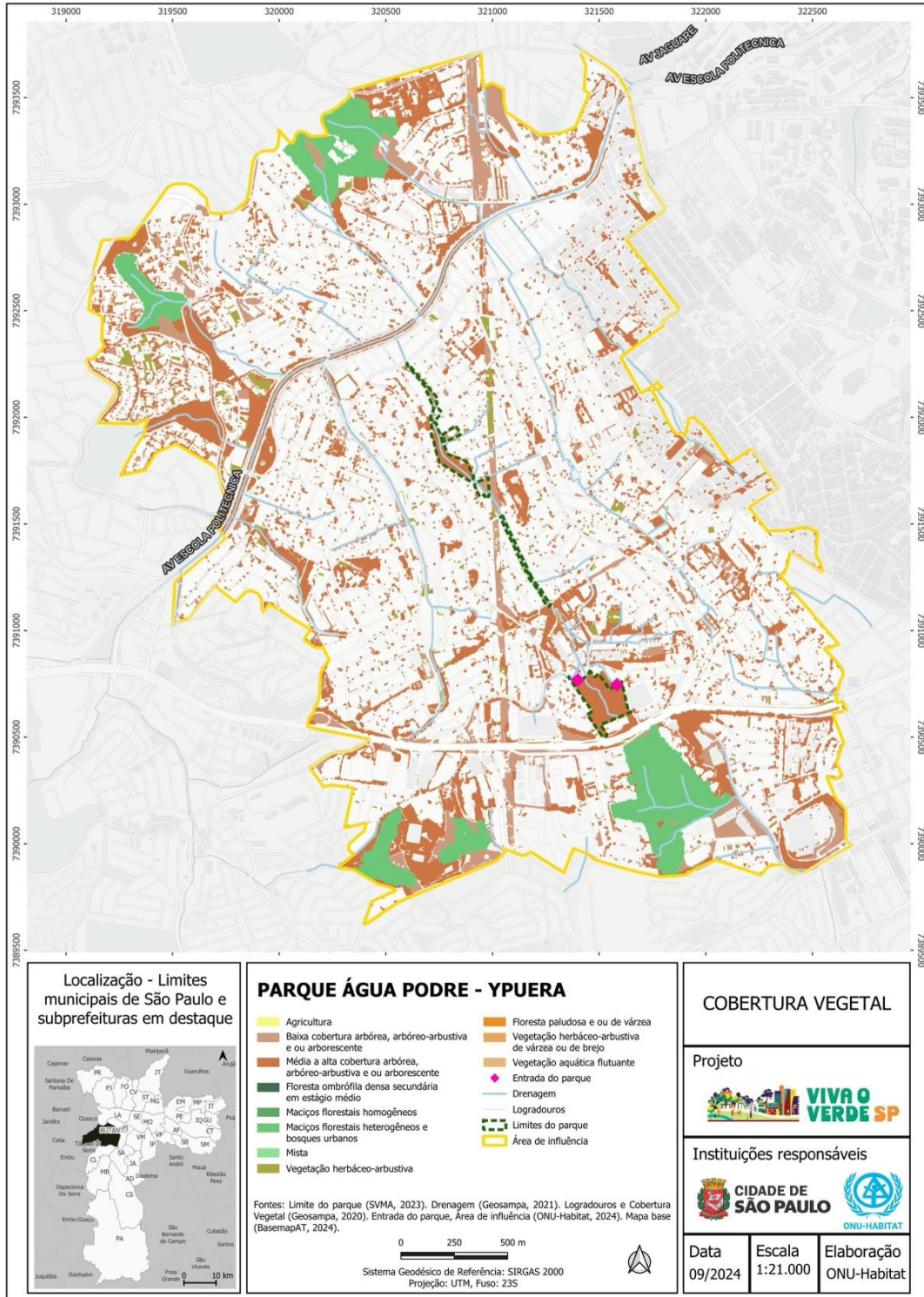
VIVA O VERDE SP

Mapa 15- Vegetação significativa no entorno do Parque Linear Água Podre - Ypuera



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 16 – Mapeamento da cobertura vegetal no entorno do Parque Linear Água Podre - Ypuera



Fonte: ONU-Habitat

Além do parque, no entorno existem várias áreas e lotes com vegetação significativa, principalmente ao sul, após a Raposo Tavares, sendo que ao Norte a principal ocorrência de vegetação é o outro núcleo do Parque Linear Água Podre - Ypuera, ainda a ser implantado. Há várias áreas com média a alta cobertura arbórea, arbóreo-arbustiva ou arborescente, e duas áreas ao sul de maciços Florestais Heterogêneos e Bosques Urbanos. Na Figura 05, é possível observar que há um parque proposto ao norte: o Parque Urbano Joia.

O Parque Linear Água Podre - Ypuera pode ser subdividido em sete trechos, com configurações distintas, a saber: Escola Politécnica, Rio Pequeno, Esmeralda, Linha de Transmissão, da Adutora, CEU e Raposo Tavares.

Figura 17 - Imagem aérea com delimitação dos trechos do Parque Linear Água Podre – Ypuera



Fonte: ONU-Habitat, 2024

O córrego se apresenta tamponado no trecho Escola Politécnica e parcialmente no CEU Butantã. No trecho Rio Pequeno, onde o córrego foi canalizado sem tamponamento, e no Trecho Adutora, de configuração linear, a margem de intervenção é pequena, impossibilitando a reconversão do córrego para feições mais naturais. Nesses locais a vegetação tem destaque na identificação da água e na conjunção de interesses da comunidade do entorno.

Nos compartimentos mais amplos, é possível considerar a potencialidade de usos públicos de maior concentração. Os trechos Esmeralda e Linha de Transmissão configuram os locais mais adequados ao uso de parque de pequeno porte, invertendo a paisagem urbana num momento de recanto. A vegetação existente, em quase sua totalidade exótica, traduz a manifestação da população no tratamento da área como um jardim coletivo, local de plantio de diversas espécies úteis e ornamentais.

O trecho Raposo Tavares (Núcleo Nascentes) é o mais ao sul do Parque Linear Água Podre - Ypuera, com área de aproximados 38.833 m². Trata-se de área com grande variação de topografia, onde estão as nascentes com anfiteatros bem pronunciados, além de vegetação diversa, contendo desde formações mais abertas/campestres, até formações florestais e áreas úmidas.

Figura 18 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Núcleo Nascentes (Raposo Tavares)



Fonte: ONU-Habitat, 2024

A vegetação existente no Núcleo Nascentes é de Preservação Permanente conforme a [Lei nº 17.794/2022](#), por estar assim indicada no Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – PLANPAVEL.



Próximo ao portão 1, em área mais baixa do parque, estendendo-se pela lateral do terreno acompanhando os fundos das residências à Rua Ludovico Ariosto, encontra-se vegetação campestre característica de solos encharcados, com presença das herbáceas taboa (*Typha* sp.), cruz-de-malta (*Ludwigia elegans*), taioba (*Xanthosoma* sp.) e vedélia (*Sphagneticola trilobata*), das invasoras lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*) e mamona (*Ricinus comunis*), além das arbustivas coerana (*Cestrum axillare*), jaborandi (*Piper* sp.), papiroba (*Piper umbelatum*) e jurubeba (*Solanum* sp.).

Na outra extremidade, em área mais elevada próxima ao portão 2 e ao longo da divisa com o mercado Assaí, também encontramos vegetação campestre, mas característica de solo seco, além de árvores e arbustos esparsos. Predomínio de gramíneas invasoras como o capim-braquiarião (*Urochloa brizantha*), capim-colônião (*Megathyrsus maximus*) e capim-elefante (*Cenchrus purpureus*), além das herbáceas ruderais oficial-de-sala (*Asclepias curassavica*), rapistro (*Rapistrum rugosum*), maria-pretinha (*Solanum americanum*) e as arbustivas fruta-de-sabiá (*Acnistus arborescens*), cambaí (*Sesbania virgata*) e canudo-de-pito (*Senna pendula*).

Na maior parte do parque, em especial na região central adjacente ao curso d'água, encontramos formação florestal heterogênea, com dossel atingindo até 20 m de altura. Destacam-se pela frequência as espécies exóticas tipuana (*Tipuana tipu*) e eucalipto (*Eucalyptus* sp.), as invasoras cinamomo (*Melia azedarach*), uva-japonesa (*Hovenia dulcis*), palmeira-seafórtia (*Archontophoenix cunninghamiana*), leucena (*Leucena leucocephala*), alfenerio (*Ligustrum lucidum*), abacateiro (*Persea americana*) e palmeira-leque-da-china (*Livistona chinensis*), além das nativas jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), tapiá-guaçu (*Alchornea sidifolia*), embaúba (*Cecropia pachystachya*), aroeira-mansa (*Schinus terebinthifolia*) e suinã (*Erythrina speciosa*).

Destacam-se pela floração e frutificação abundantes, que prestam apoio à fauna, as espécies nativas pau-pólvora (*Trema micranta*), tarumã-branco (*Citharexylum myrianthum*) e fruta-de-sabiá (*Acnistus arborescens*), bastante frequentes no parque.

Por ocasião da implantação do parque, foram realizadas ações de plantio de mudas arbóreas nativas da Mata Atlântica, para reforço da arborização e sombreamento junto às áreas de estar. No paisagismo vemos a utilização de espécies ornamentais nativas (como íris-da-praia, cana-do-brejo, gengibre-azul, ruélia-azul) e exóticas (como bulbine, moreia, agapanto, clorofito, dianela) formando canteiros ajardinados ao logo dos caminhos e áreas de estar.

Até o momento foram registradas 184 espécies vegetais no parque, sendo 93 nativas e 91 exóticas, muito embora a frequência de indivíduos de espécies exóticas (cultivadas, espontâneas ou invasoras) seja dominante. Não foram encontradas espécies em perigo de extinção. Considerando-se o total de espécies já registradas para a cidade de São Paulo, o parque abriga aproximadamente 3,6% da diversidade vegetal do município.

Como principal ameaça à conservação dessa importante área verde, destaca-se a presença de muitas espécies exóticas com potencial invasor, como: mamona (*Ricinus communis*), amoreira (*Morus nigra*), nespereira (*Eriobotrya japonica*), jambo (*Syzygium jambos*), pau-d'água (*Dracaena fragans*), bambu-de-jardim (*Phyllostachys aurea*), ipêzinho-de-jardim

(*Tecoma stans*), malvaisco (*Malvaviscus arboreus*), maria-sem-vergonha (*Impatiens walleriana*), jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*) e árvore-polvo (*Schefflera actinophylla*). Essas espécies, sem o devido manejo, podem acabar por dominar as áreas úmidas, campestres e formações florestais do parque, dificultando a germinação e estabelecimento de espécies nativas, a ampliação da biodiversidade e, por fim, a regeneração da fisionomia de floresta Atlântica original.

Adicionalmente, foi verificada a presença de ervas-de-passarinho, espécie parasita que se aloja na copa das árvores e arbustos, além de trepadeiras variadas nas clareiras e faces da floresta com maior insolação. Embora as ervas-de-passarinho e as trepadeiras possam ser prejudiciais à vegetação arbórea, pelo parasitismo, sobrepeso e abafamento, o plano de gestão deve considerar também sua importância como recurso alimentar para a fauna silvestre.

Como contribuições do processo participativo, no tocante à vegetação, foram relatados ainda uma falta de manejo adequado da vegetação, especialmente com relação à poda das árvores, presença de áreas de estar/convívio com pouco sombreamento, baixa conexão com outras áreas verdes e falta de placas de identificação nas árvores existentes no parque. Tais tópicos seguem contemplados também nas diretrizes, dentro do Plano de Ação (ver itens 6.3 e 10.3).

7.1.5. Fauna

Até o momento foram identificadas 59 espécies de animais silvestres no parque, sendo 58 aves e um primata, o sagui (*Callithrix* sp.). Considerando-se o total de espécies já registradas para a cidade de São Paulo, o parque abriga aproximadamente 4,6% da diversidade animal do município (SÃO PAULO, 2021).

Figura 19- Tiê-preto (*Tachyphonus coronatus*) em registro no Parque Linear Água Podre



Figura 22 - Jacuguaçu (*Penelope obscura*) em registro no Parque Linear Água Podre



Fonte: Sylvia Hiromi e Anelisa Magalhães - Divisão de Fauna Silvestre (DFS-SVMA).



Entre as aves observadas destacam-se quatro endêmicas, com distribuição restrita à Mata Atlântica: a saracura-do-mato (*Aramides saracura*), o periquito-rico (*Brotogeris tirica*), o tiê-preto (*Tachyphonus coronatus*) e o pichororé (*Synallaxis ruficapilla*) (SÃO PAULO, 2022).

Dentre aquelas que possuem algum grau de ameaça, destacam-se o beija-flor-tesoura (*Eupetomena macroura*), beija-flor-de-peito-azul (*Chionomesa lactea*), carcará (*Caracara plancus*), periquitão (*Psittacara leucophthalmus*) e o tuim (*Forpus xanthopterygius*), todas aves que podem ser extintas num futuro próximo caso o comércio não seja regulado (CITES, 2022).

Além das aves residentes, estão presentes ainda visitantes, com hábitos migratórios, como o suiriri (*Tyrannus melancholicus*), tesourinha (*Tyrannus savana*), andorinhão-do-temporal (*Chaetura meridionalis*) e guaracava-grande (*Elaenia spectabilis*), que podem ser visualizados somente na primavera e verão (SÃO PAULO, 2022).

Algumas espécies de hábito tipicamente florestal, por serem sensíveis às variações no ambiente, principalmente aquele urbano, costumam ser boas indicadoras da qualidade ambiental. Esse é o caso do pula-pula (*Basileuterus culicivorus*), juriti-de-testa-branca (*Leptotila rufaxilla*) e jacuguaçu (*Penelope obscura*), por exemplo. Sua presença no parque parece ser resultado da existência de outras áreas verdes significativas no entorno próximo – como parques, praças e lotes particulares –, além da existência de certa conectividade entre os diferentes fragmentos nesse bairro, que é considerado bem arborizado. Assim, acredita-se que o Parque Linear Água Podre - Ypuera funcione como importante trampolim ecológico, fornecendo áreas de descanso, alimentação e reprodução para a fauna silvestre regional.

Ademais, o registro de espécies endêmicas da Mata Atlântica, ou seja, que são encontradas somente neste bioma, de espécies ameaçadas e de espécies migratórias, evidenciam a importância ecológica e de preservação da área.

Como principal ameaça à conservação da fauna silvestre estão os gatos domésticos (*Felis catus*), que foram visualizados de forma frequente dentro da área do parque. Foi observada também a existência de pequena estrutura, coberta, onde são deixados potes de ração pela comunidade do entorno. De fato, os gatos são felinos predadores que os humanos introduziram globalmente, sendo inclusive listados entre as 100 piores espécies invasoras do mundo (LOWE, S. et al, 2009).

Estimativas recentes mostram que eles predam de 1,3 a 4,0 bilhões de aves, de 6,3 a 22,3 bilhões de mamíferos, de 228 a 871 milhões de répteis e entre 86 e 320 milhões de anfíbios anualmente somente nos Estados Unidos (LOSS, S. et al, 2013). Infelizmente não há dados dessa natureza para o Brasil ou São Paulo, embora sejam frequentes os relatos de predação de aves como a rolinha-roxa, sabiá-laranjeira, periquito-verde, bem-te-vi, corruíra, sanhaço-do-coqueiro e tico-tico, além de mamíferos como o saruê, marmosa e rato-do-arroz. Além da atividade predatória, esses animais são potenciais transmissores de parasitas (pulgas e carrapatos) e de doenças contagiosas como a raiva, toxoplasmose e leptospirose. Seus dejetos, assim como aqueles dos cães, cuja presença foi relatada durante o processo participativo, constituem problema adicional a ser solucionado durante a gestão do parque.



Resíduos sólidos como garrafas, sacos plásticos, embalagens, baterias, pilhas e até restos de comida, além de poluírem o ambiente, propiciando a proliferação de animais sinantrópicos que são transmissores de inúmeras doenças - como ratos, baratas e mosquito -, também colocam a fauna silvestre em risco, já que podem se ferir em materiais cortantes, sofrer sufocamento/estrangulamento ou mesmo ingerir os materiais descartados de forma indevida.

7.1.6. Serviços ecossistêmicos

Áreas verdes, como o Parque Linear Água Podre - Ypuera, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, que muitas vezes são desconhecidos ou mesmo subvalorizados, especialmente no contexto urbano.

De acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA), estudo patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os serviços ecossistêmicos podem ser definidos como “os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas”, podendo ser subdivididos em quatro categorias, a saber: provisão, regulação, suporte e cultural (MEA, 2005).

Os serviços de provisão são os bens que os ecossistemas fornecem diretamente, como os alimentos, matéria-prima para a geração de energia, fibras, plantas ornamentais e água. Os serviços reguladores são obtidos a partir dos processos naturais que regulam as condições ambientais, como a purificação do ar, a regulação do clima e o controle de erosão. Os serviços culturais estão relacionados com os benefícios recreacionais e educacionais e, por fim, os serviços de suporte são os processos naturais necessários para que os outros serviços existam, como a ciclagem de nutrientes, a formação de solos, a polinização e a dispersão de sementes (MEA, 2005).

Esses serviços têm sido considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas, na medida em que minimizam eventos extremos, como chuvas intensas e concentradas, alagamentos, enchentes, inundações e deslizamentos de terra, eventos que geram perdas materiais e ameaçam a integridade física da população (PBMC, 2016).

Assim, considerando o estágio de emergência climática em que se encontra o planeta, é fundamental enxergar os parques enquanto provedores de serviços de regulação climática. Todos os parques oferecem, em maior ou menor grau, os serviços de regulação citados no e na atenuação das ameaças indicadas no Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PLANCLIMA SP) 2020-2050, que são: inundações, ondas de calor, secas meteorológicas. Abaixo seguem as informações que o PlanClimaSP dá sobre a importância das áreas verdes urbanas para remediação ou atenuação dos impactos das ameaças climáticas na cidade de São Paulo e sua população.



Inundações

As áreas verdes urbanas, incluindo as áreas de amortecimento, parques lineares, maciços florestais e remanescentes urbanos funcionam como “esponjas” que absorvem a água da chuva, conduzindo-a para os lençóis freáticos ou mesmo a armazenando no solo. Quanto maior a área permeável, a quantidade de árvores e vegetação e a capacidade de absorção de água (por m³), maior será o serviço fornecido por aquela área verde quanto ao controle e diminuição de inundações. Assim, áreas menores, mas com boa cobertura arbórea e arbustiva por vezes absorvem mais água da chuva e prestam melhores serviços ecossistêmicos que áreas maiores, mas com solo argiloso exposto, ressecado e pouco permeável.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) também devem estar preservadas para conter as enchentes existentes nos períodos de chuvas intensas que, de acordo com o PlanClimaSP, devem ser cada vez mais recorrentes. Com a revegetação das margens dos córregos, as APPs contribuem para a biodiversidade, para a melhoria da qualidade da água, além de controlar as cheias dos rios e córregos.

Secas Meteorológicas

As áreas verdes urbanas reduzem os efeitos das secas meteorológicas, já que contribuem para que as redes de abastecimento e aquíferos mantenham-se em níveis adequados, agem diretamente na redução da temperatura e na velocidade dos ventos e influenciam no balanço hídrico por meio da evapotranspiração, aumentando a umidade do ar. O Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClimaSP) afirma:

As áreas verdes presentes no Município, por sua vez, são relevantes para a biodiversidade, promovem o aumento da permeabilidade facultando a recarga dos aquíferos e reduzindo os alagamentos e enchentes, contribuem para a manutenção das temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e cursos d'água, o que permite o armazenamento nos reservatórios para abastecimento. (PlanClimaSP, p. 24).

Altas Temperaturas e Ondas de Calor

Um dos problemas climáticos das grandes cidades e regiões metropolitanas é o microclima adverso gerado pelas chamadas ilhas de calor. Áreas com predomínio de alvenaria, asfalto e concreto produzem áreas com temperaturas maiores que as circundantes, já que há concentração de materiais que absorvem mais calor e possuem baixa capacidade reflexiva. O adensamento de prédios, que bloqueiam o fluxo de ar e o vento de superfície, e as áreas com grande tráfego de veículos que emitem gases de efeito estufa também contribuem para o aumento de temperatura e para a formação das ilhas de calor.

Nesse sentido, as áreas verdes urbanas são fundamentais para redução das ilhas de calor e de seus efeitos, já que criam áreas sombreadas e de maior umidade que diminuem a temperatura da superfície e favorecem a circulação do ar e de brisas frescas e úmidas. Além



disso, as áreas vegetadas absorvem os poluentes atmosféricos por meio do sequestro de carbono.

“Áreas verdes contribuem tanto para a manutenção da qualidade de vida dos residentes da cidade, ao diminuir efeitos como ilha de calor urbana e a poluição atmosférica, quanto para a diminuição de riscos de eventos extremos. Os fragmentos de Mata Atlântica presentes no território da cidade são responsáveis por manter as temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e permitem o armazenamento nos reservatórios para consumo, geração de energia, irrigação agrícola e pesca, entre outras atividades” (JOLY, 2019, *apud* PlanClimaSP, p. 77)

Estudo recente revela que, se um fragmento de Mata Atlântica de aproximadamente 1ha (10.000 m²) tiver 25% de sua área desmatada, a temperatura local aumenta 1 °C. Se todo o pequeno remanescente for desflorestado, o impacto na temperatura máxima local pode chegar a 4°C (ALISSON, 2020), evidenciando que o desmatamento promove o aquecimento do ar em escala local. Como forma de minimizar e evitar a formação de ilhas de calor, recomenda-se o aumento das áreas verdes na cidade, aumentando o conforto térmico humano nas áreas urbanizadas.

A presença de áreas verdes, embora não elimine as ondas de calor em grandes centros urbanos, pode minimizar seu impacto e agir como medida de adaptação, se aplicada em larga escala, além de apoiar a diminuição de emissões de Gases Efeito Estufa (GEE) decorrentes do consumo de energia elétrica para refrigeração.

“Na perspectiva da mudança do clima, a rede de áreas verdes e a rede hídrica, denominada infraestrutura verde-azul, é tão importante quanto a rede de água, energia, esgotamento sanitário e transporte” (DUARTE, 2015 *apud* PlanClimaSP, p. 77, 78).

Nos últimos anos, as políticas públicas vêm abordando o tema serviços ecossistêmicos, principalmente com o intuito de propor instrumentos para colaborar com a diminuição das taxas de perda desses serviços. Em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico (SÃO PAULO, 2014), a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, e o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA, 2024) elencam um conjunto de áreas na cidade consideradas prioritárias para conservação e recuperação dos serviços ecossistêmicos. Mais recentemente, o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA, 2020) apresenta ainda áreas complementares, como Áreas de Preservação Permanente, áreas de risco com declividade acentuada, Áreas de soltura e monitoramento da fauna nativa, entre outras, como os parques existentes e previstos e suas áreas envoltórias.

O Parque Linear Água Podre - Ypuera pode ser considerado, de acordo com o Plano Municipal de Serviços Ambientais (PMSA), como uma área de importância local, cujos benefícios prestados impactam positivamente a região onde se localizam. Dentre os serviços ecossistêmicos prestados predominam os serviços de regulação, tais como a atenuação microclimática e das ilhas de calor, a contenção de processos erosivos e assoreamento dos



cursos hídricos, aumento da permeabilidade e infiltração da água no solo, minimização de enchentes, controle da poluição sonora e melhoria da qualidade do ar.

Como serviço de suporte, destaca-se o favorecimento à movimentação de aves e outros animais no território, funcionando o parque como corredor ecológico, fornecendo áreas de descanso, alimentação e reprodução para a fauna silvestre regional.

Finalmente, mas não menos importante, o parque fornece também serviços culturais, contribuindo com as funções de lazer, recreação e educação ambiental, constituindo-se espaço importante para o convívio social e para a saúde física e mental da população.

7.2. Usos identificados

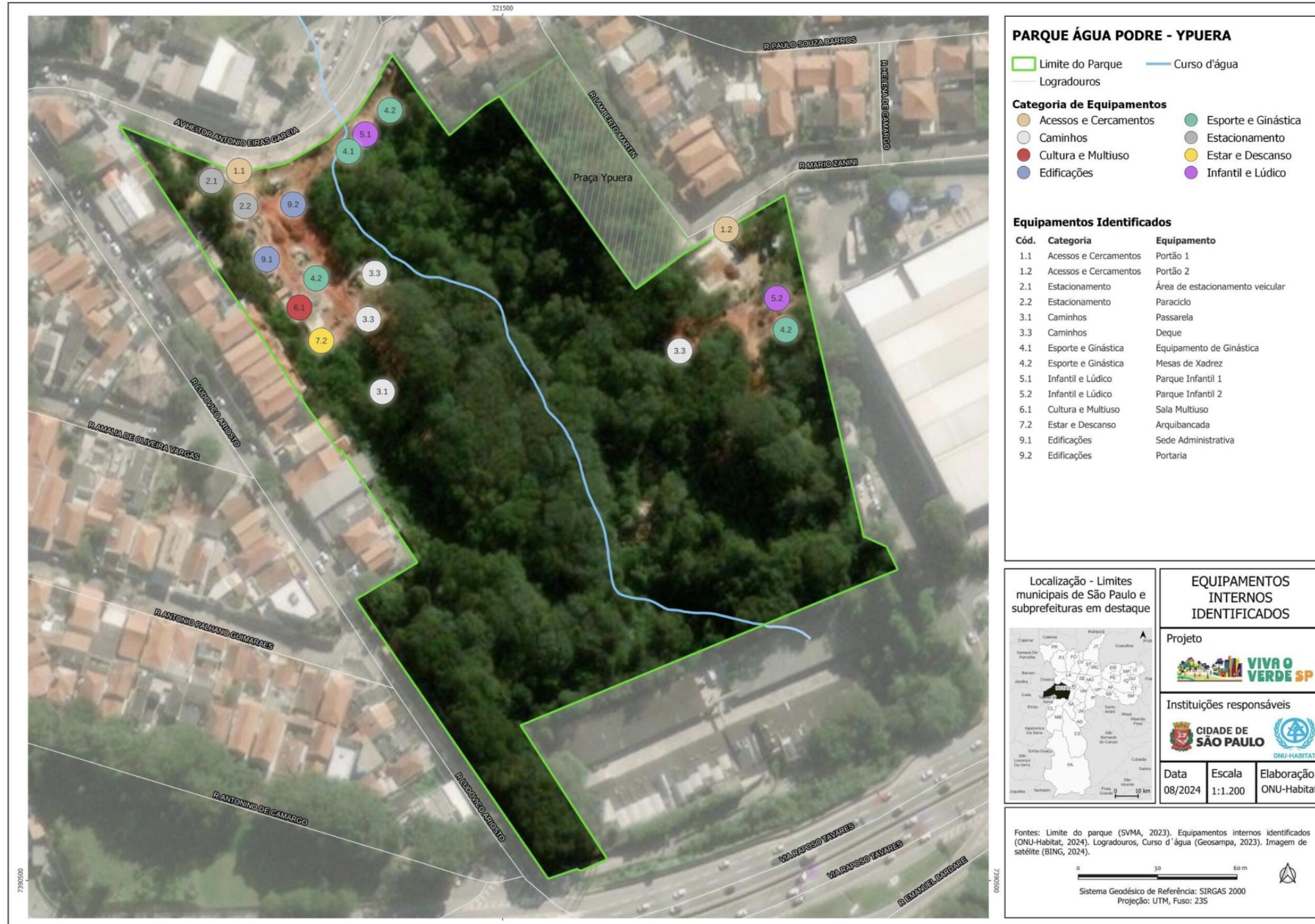
A seguir, estão apresentados os principais usos identificados no Parque Linear Água Podre - Ypuera, com a descrição e mapeamento de seus principais equipamentos e espaços internos, a leitura de questões relativas ao regulamento de uso e avaliação de usuários, além de análise dos usos atuais, em que estão detalhados pontos relativos à observação e à avaliação do estado atual do parque.

7.2.1. Equipamentos e Espaços Internos

Para a caracterização interna do Parque Linear Água Podre - Ypuera, subdivide-se seus principais equipamentos e espaços internos conforme descrição abaixo e como disposto no Mapa 17:

- Acessos e cercamentos;
- Estacionamento;
- Caminhos;
- Esporte e Ginástica;
- Infantil e Lúdico;
- Cultura e Multiuso;
- Estar e Descanso;
- Animais Domésticos;
- Edificações

Mapa 17 - Equipamentos e espaços internos no Parque Água Podre – Núcleo Nascentes



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Tabela 3 – Acessos e Cercamentos (1)

Os acessos e cercamentos do parque estão delimitados por estruturas específicas.		
1.1	Portão 1	<u>Descrição:</u> Portão de entrada principal do parque, relacionado ao edifício da Sede Administrativa, com acesso para pedestres e veículos, localizado na Rua Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia.
1.2	Portão 2	<u>Descrição:</u> Portão de entrada do parque exclusivo para pedestres, localizado na Rua Mário Zanini e próximo à Praça Ypuera..
1.3	Gradil	<u>Descrição:</u> Gradil metálico referente ao cercamento do perímetro do parque.
1.4	Fundos de lote	<u>Descrição:</u> Lateral das edificações vizinhas que fazem divisa com o parque.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 4 – Estacionamento (2)

As áreas de estacionamento estão delimitadas a locais e equipamentos específicos.		
2.1	Área de estacionamento Veicular	<u>Descrição:</u> O parque apresenta área de estacionamento interna para automóveis vinculada ao Portão 1, junto à edificação da Sede Administrativa.
2.2	Paraciclo	<u>Descrição:</u> Elemento sem fixação no solo, em área ensolarada junto ao Portão 1, para a fixação de bicicletas.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 5 – Caminhos (3)

A rede de caminhos do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, delimita caminhos específicos e se compõe com outras áreas para o uso e travessia não direcionados.		
3.1	Passarela	<u>Descrição:</u> Estrutura elevada em passarela que funciona como passeio e estabelece conexão entre os diferentes níveis do parque, realizando a transposição entre a cota mais baixa, onde está o Portão 1, e a mais alta, em que se localiza o Portão 2.
3.2	Passeios	<u>Descrição:</u> Pisos em cimento liso.
3.3	Deques	<u>Descrição:</u> Estruturas de passeio em deques de madeira plástica.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 6 – Esporte e Ginástica (4)

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para a prática de atividades físicas, havendo, também, equipamentos de esporte e ginástica direcionados para práticas específicas.		
4.1	Equipamento de Ginástica	<u>Descrição:</u> Equipamentos de ginástica localizados sobre deque em área ensolarada na modalidade Academia da Terceira Idade (ATI).
4.2	Mesas de Xadrez	<u>Descrição:</u> Conjuntos de mesas de xadrez localizados em área coberta, junto à edificação da Sede Administrativa, e em área ensolarada, junto ao Parque Infantil 1 e 2.
4.3	Áreas Esportivas externas ao Núcleo Nascentes	<u>Descrição:</u> Áreas do parque linear junto ao Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã que apresentam quadras esportivas.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 7 - Infantil e Lúdico (5)

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para o brincar e para a prática de atividades infantis e lúdicas, havendo, também, equipamentos infantis e lúdicos direcionados para práticas específicas.

5.1	Parque Infantil 1	<u>Descrição:</u> Área com brinquedos infantis variados, próxima ao Portão 1 e à edificação da Sede Administrativa, em área ensolarada e de piso emborrachado.
5.2	Parque Infantil 2	<u>Descrição:</u> Área com brinquedos infantis, como gangorra e jogos lúdicos, próxima ao Portão 2, em área sombreada e de piso gramado.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 8 – Cultura e Multiuso (6)

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para a prática de atividades culturais e de múltiplos usos, havendo, também, equipamentos culturais e multiuso direcionados para práticas específicas.

6.1	Sala Multiuso	<u>Descrição:</u> Sala incluída no conjunto do edifício da Sede Administrativa do parque, em espaço coberto e com fechamento em janelas de vidro, flexível à distintas programações, que se relaciona com área de arquibancadas externa.
-----	---------------	--

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 9- Estar e Descanso (7)

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para o estar e descanso de seus usuários, havendo, também, áreas e mobiliários específicos para tais práticas.

7.1	Bancos	<u>Descrição:</u> Mobiliário em concreto sem encosto.
7.2	Arquibancada	<u>Descrição:</u> Estrutura de arquibancada que acompanha o deque de madeira plástica junto à edificação da Sede Administrativa.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 10 - Animais Domésticos (8)

O parque não possui áreas destinadas exclusivamente aos animais domésticos.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 11 – Edificações (9)

Principais edificações do parque.

9.1	Sede Administrativa	<u>Descrição:</u> Edificação principal do parque que apresenta múltiplos usos, se destacando o uso administrativo, com escritório e sala de reuniões, de manutenção e sanitários. Há ainda Sala Multiuso e ampla área sombreada para permanência e jogos.
9.2	Portaria	<u>Descrição:</u> Portaria coberta junto ao Portão 1.

Fonte: ONU-Habitat



7.2.2. Regulamento de Uso

O Regulamento de Uso de um parque é o instrumento que, instituído por portaria da SVMA, disciplina e regula os usos dos parques municipais da cidade de São Paulo, devendo ser obrigatoriamente cumprido por todos os servidores, trabalhadores, prestadores de serviço e pessoas frequentadoras visando a melhor gestão e operação do parque.

No caso do Parque Linear Água Podre - Ypuera, seu Regulamento de Uso ainda não está instituído por meio de Portaria Municipal.

7.2.3. Avaliação das pessoas usuárias

Para a realização e análise de entrevistas com pessoas usuárias do Parque Linear Água Podre - Ypuera, indica-se a aplicação de mesma metodologia de entrevista realizada pela ação "Avaliação de Espaços Públicos da Cidade" do projeto "Viva o Verde – ONU-Habitat" em parques municipais da cidade de São Paulo.

7.2.4 Análise dos usos atuais

Análise realizada pela equipe de consultores ONU-Habitat, entre os meses de fevereiro e março de 2024, por meio de roteiro metodológico de observação e avaliação de espaços públicos para parques com uso público¹⁶. Para isso, foram avaliados os seguintes tópicos: Perfil de pessoas usuárias; Parceiros existentes e potenciais; Meios de informação; Condições gerais; Práticas espontâneas negativas;

Perfil de pessoas usuárias

Palavras-chave: Contemplação e caminhada.

Percepção geral: Crianças acompanhadas de adultos, principalmente no início da manhã e final da tarde, idosos fazendo caminhada e tutores em passeio com cachorros.

Público estimado pela gestão: Até 200 pessoas no final de semana e menor número em dias de semana.

Parcerias existentes e potenciais

O parque, recém-aberto ao público na época de desenvolvimento do presente plano, ainda possui poucas estratégias de parcerias. Foi relatada a procura por parcerias e uso do parque por equipe de escoteiros presentes no Parque Previdência. O Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã, vizinho ao parque, aparece como um dos principais parceiros potenciais na região, além de outros equipamentos municipais, como já indicado no tópico anterior a respeito do Território-Parque.

¹⁶ A metodologia aplicada segue parâmetros vinculados às pesquisas de avaliação de espaços públicos de lazer e parques urbanos elaboradas pelo professor Reinaldo Pacheco (EACH-USP Leste), integrante do Grupo de Referência do projeto Viva o Verde/ONU-Habitat.

Meios de informação

Sinalização Externa: Banner com o regramento do parque (Figura 23a), fixado junto ao portão, posicionado como principal elemento de sinalização externa, não tendo sido encontrados outros elementos indicadores de informações na área externa imediata ao parque.

Sinalização Interna: O parque não apresenta projeto de comunicação visual, tendo apenas alguns elementos de sinalização, como informativos em placas provisórias (Figura 23b) e elemento de identificação do parque (Figura 23c).

Figura 20 – Elementos de sinalização do parque



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Atendimento ao visitante: Não há ainda projeto de atendimento aos visitantes, cabendo às equipes não especializadas do parque o diálogo com as pessoas frequentadoras.

Instrumentos de comunicação interna e externa: O parque apresenta comunicação com os públicos apenas através dos canais de comunicação oficiais da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA).

Acesso à internet: Não foi verificado.

Condições gerais

Lixeiras: O parque apresenta quantidade suficiente de lixeiras, em modelo único vazado e sem fechamento (Figura 24), com estrutura fixa, e em modelo plástico, com fechamento, em menor número (Figura 24d), sem fixação permanente. A aplicação do modelo de lixeira do parque nas passarelas (Figura 24b) parece ter uma adaptação improvisada, podendo haver conflito de uso e, além disso, apresenta choque elétrico. Os modelos de lixeiras utilizados não dispõem de separação adequada de resíduos.

Figura 21 – Registro de colocação das principais lixeiras do parque



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Bebedouros: Foi identificado apenas um bebedouro no parque (Figura 23), em área sombreada junto ao edifício principal da administração do parque. O equipamento apresenta problemas relacionados à pintura, execução e apresentação. Há a necessidade de ampliação do número de bebedouros e substituição do atual modelo.

Figura 22 – Registro do bebedouro existente



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Edificações: O parque possui edificação principal com múltiplos usos, especialmente para o uso administrativo, sala de reuniões, manutenção e sanitários, em que há também uma área sombreada para permanência e jogos. Destaca-se, ainda, edificação de portaria e estrutura de passarelas que unificam as duas principais áreas do parque. Nota-se a má execução das pilastras da passarela, podendo ocasionar problemas futuros, além da constatação de que tal estrutura está apresentando choque elétrico aos usuários e deve ser interditada.

Figura 23 – Visuais da portaria e edificação principal, e seus elementos vazados marcantes



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Figura 24 – Estrutura da passarela do parque e destaque para má execução do encontro entre o piso da passarela e os pilares de sustentação



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Equipamentos de uso esportivo e ginástica: Estão presentes no parque mesas de xadrez, tanto em área sombreada (Figura 26a) quanto ao sol, e também equipamentos de ginástica em modelo de Academia da Terceira Idade (ATI). Vale notar a complementariedade deste núcleo do parque linear, de caráter voltado para a proteção das nascentes, com a área contígua, junto ao Centro de Educação Unificada (CEU) Butantã, em que há grande número de quadras, piscinas e outros equipamentos esportivos.

Figura 25 – Registro dos principais equipamentos esportivos do parque



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Equipamentos de uso infantil e lúdico: Estão dispostas no parque duas áreas principais com equipamentos infantis, sendo uma delas junto ao portão principal do parque, em que há a edificação da **Sede Administrativa**, com alguma variedade de brinquedos (Figura 28) em área ensolarada e piso emborrachado, e outra, na área superior do parque, com um número reduzido de brinquedos (Figura 27) em área sombreada com piso gramado. Os brinquedos parecem pouco atraentes para diferentes idades de crianças e há a necessidade de sombreamento para dias ensolarados, já que não foi verificado no local o uso dos equipamentos infantis apesar da proximidade com equipamentos educativos.

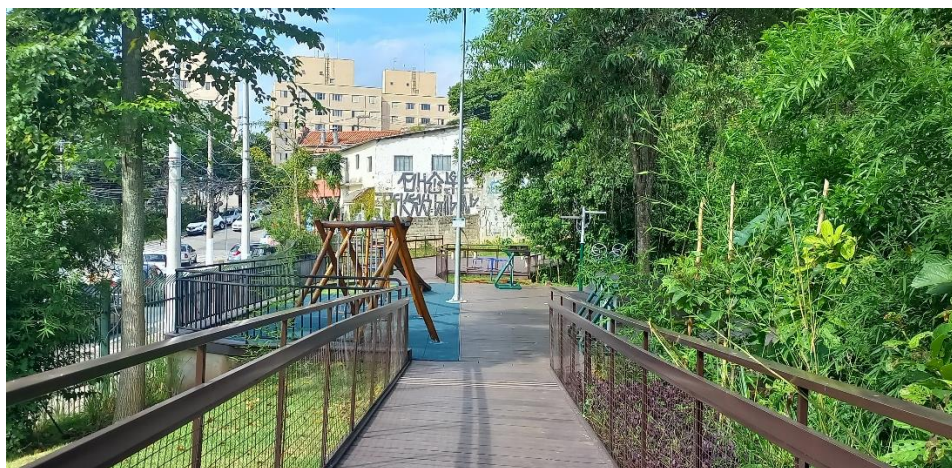


Figura 26 – Área superior com a vista dos brinquedos infantis



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Figura 30 – Área junto à edificação da administração com brinquedos infantis



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Iluminação: O parque apresenta modelo de poste de iluminação com direcionamento de luz, que é menos prejudicial à fauna local, porém, por acompanhar área da passarela - estrutura localizada na região de maior sombreamento e massa arbórea do parque - pode haver interferência na fauna local durante o período noturno.

Figura 31 – Registros de elementos de iluminação do parque



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Equipamentos de estar e descanso: O parque apresenta mobiliário em concreto sem encosto (Figura 30 a) como principal equipamento de repouso, além de estrutura de arquibancada que acompanha o deque de madeira plástica, junto à edificação da administração (Figura 30 d). Nota-se a ausência de elementos de repouso mais confortáveis, para além dos existentes que se direcionam para períodos de curta permanência.

Figura 27 – Registros dos principais equipamentos de repouso do parque





c)



d)

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Equipamentos de Educação Ambiental: Não há.

Estacionamento: O parque apresenta área de estacionamento interna, junto à edificação da administração, que não possui marcação de vaga ou de prioridade (Figura 31a), e pequeno paraciclo fora do padrão dos outros parques (Figura 31d).

Figura 28 – Elementos de estacionamento de carros e bicicletas



a)



b)



c)



d)

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Práticas espontâneas negativas

O parque apresenta grande quantidade de gatos abandonados, problema que já existia e segue existindo na Praça Ypuera, junto a sua área superior, o que interfere na fauna local. Há um gatil que tem sua manutenção realizada por doações e por moradores da vizinhança.

8. Setorização

Para a setorização do Parque Linear Água Podre - Ypuera, foram definidos distintos setores e subsetores do parque considerando, com igual importância, o grau de conservação dos elementos naturais, ou seja, a quão preservada ou modificada se apresenta uma área, e as possibilidades de uso dos públicos visitantes, indo do uso mais intensivo até o mais restritivo.

Sendo assim, definem-se:

Setor 1 – Uso público intensivo

Interferência muito significativa no ambiente natural e uso intensivo dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que se concentram os principais equipamentos, usos e atividades do parque, com grande circulação e presença de pessoas, em que há grande interferência com o ambiente natural.

Pode ser, ainda, subdividido em subsetores, como Setor 1A – Administrativo, Setor 1B – Convivência, Setor 1C – Esportivo e Setor 1D – Institucional.



Exemplos: Áreas administrativas, quadras esportivas, playgrounds, cachorródromos, atividades e eventos culturais, feiras de artesanato, entre outros.

No Parque Linear Água Podre - Ypuera inclui toda extensão linear do parque e, no Núcleo Nascentes, as áreas próximas aos portões de acesso.

Setor 2 – Uso moderado

Interferência pouco significativa no ambiente natural e uso semi-intensivo (leia-se moderado) dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que há equipamentos, usos e atividades de menor impacto no ambiente construído, com menor circulação e permanência de pessoas, sendo área de transição entre setor de uso mais intensivo (Setor 1) e aquele mais restritivo (Setor 3). Pode ser, ainda, subdividido em subsetores, como Setor 2A – Contemplativo e Setor 2B – Lazer Ambiental.

Exemplos: Áreas de descanso, trilhas, passarelas e estruturas elevadas, entre outros.

No Parque Linear Água Podre - Ypuera inclui a passarela, mirantes e parte do bosque adjacente do Núcleo Nascentes e toda extensão do parque em seu trecho linear.

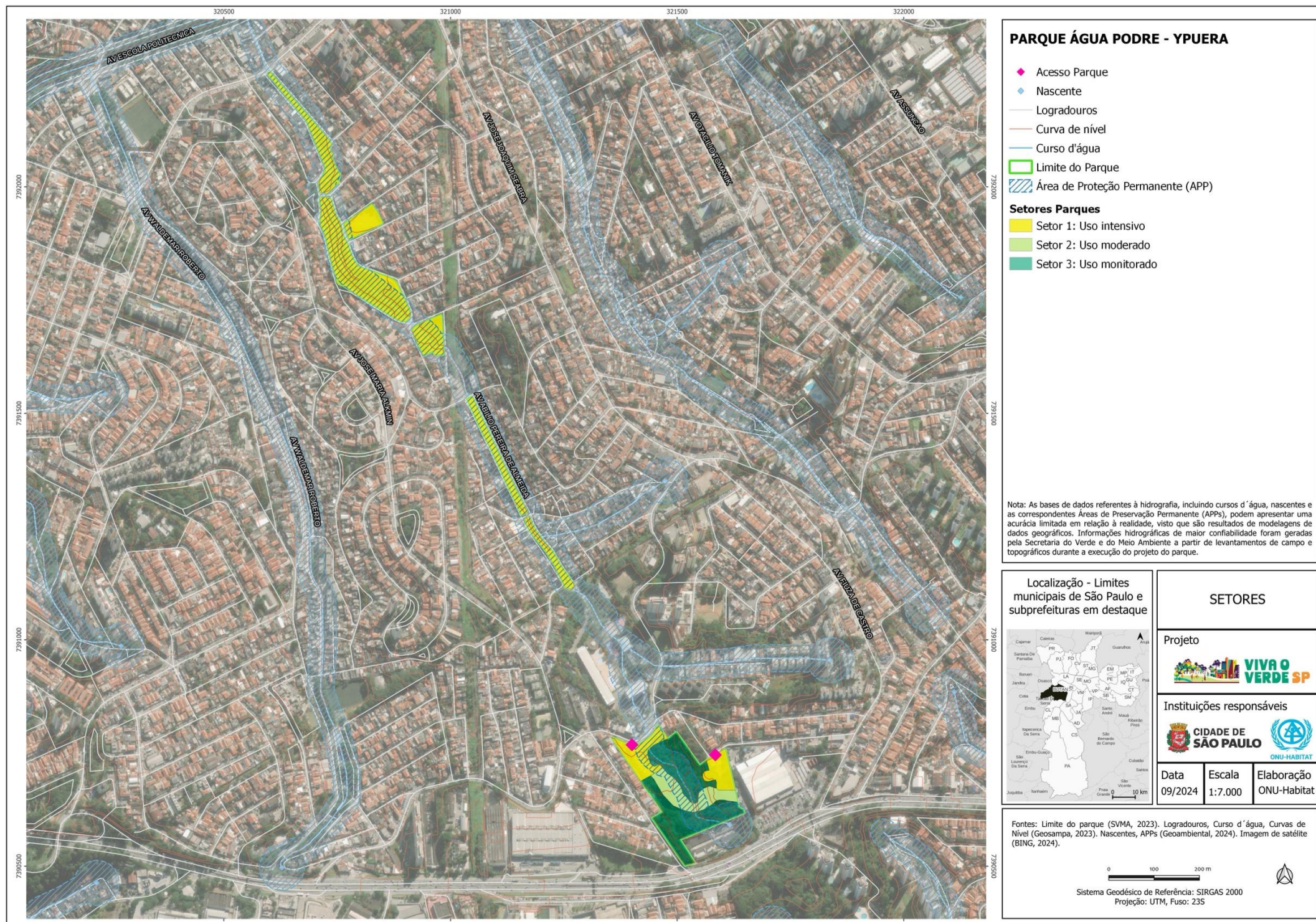
Setor 3 – Uso monitorado

Pouca ou nenhuma interferência no ambiente natural, com uso público monitorado. Caracteriza-se por áreas em que há poucos ou nenhum equipamento, uso e atividades públicas, com restrição de circulação e permanência de pessoas. Permitidas atividades de baixíssimo impacto e acesso limitado, com monitoramento e privilegiando a conservação ambiental.

Exemplos: Nascentes, córregos, áreas de mata preservada, atividades monitoradas e de pesquisa etc.

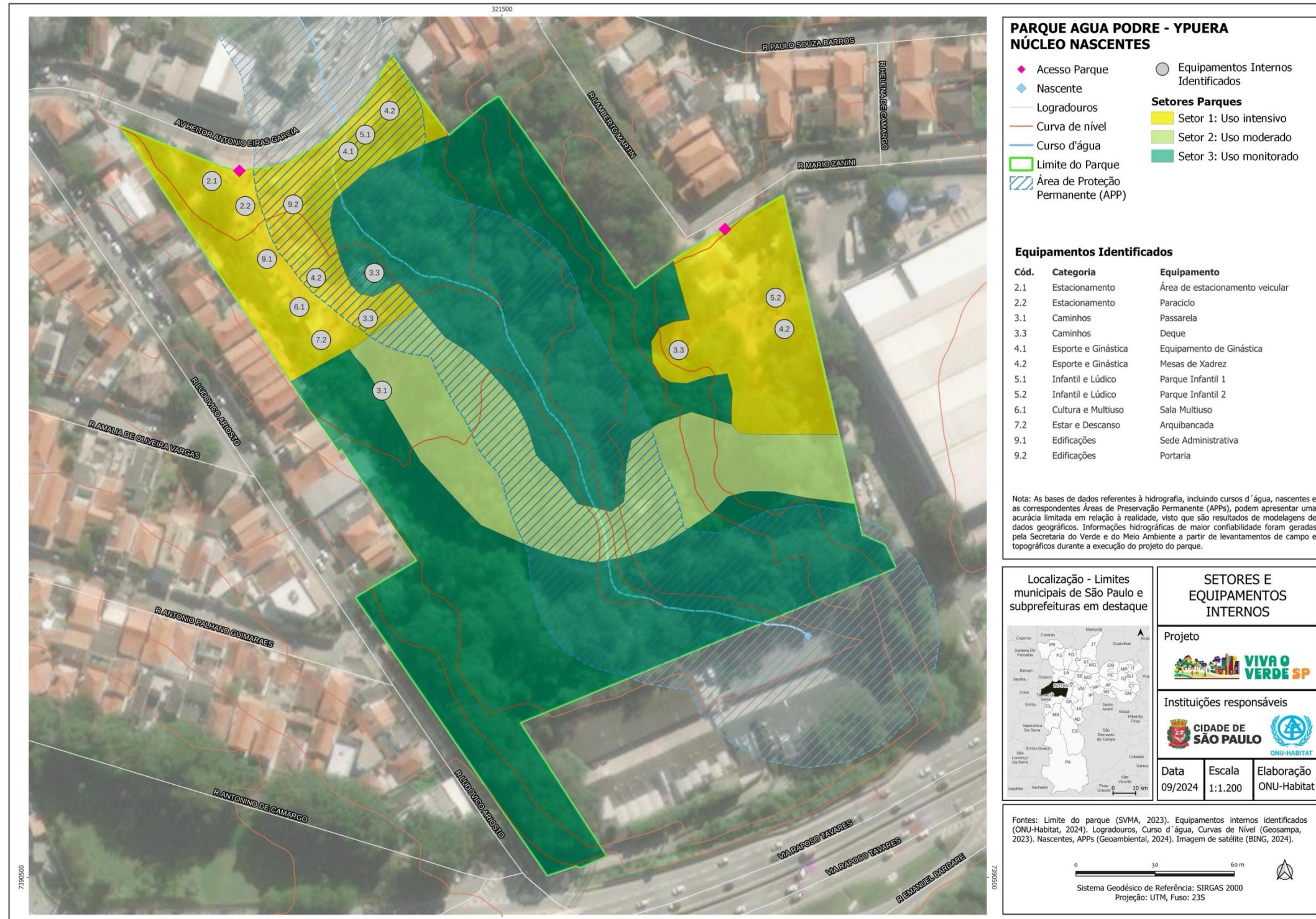
No Parque Linear Água Podre - Ypuera, deve ser verificado que as áreas de passarela, apesar de incluídas no setor 2 pelo impacto moderado da implantação de suas estruturas e circulação de pessoas, apresentam suas áreas inferiores, junto ao solo, inseridas no setor 3, de circulação monitorada e restrita à manutenção e manejo, ou seja, sem a circulação livre de visitantes.

Mapa 18- Setorização do Parque Linear Água Podre - Ypuera



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 19 – Setorização do Parque Linear Água Podre – Ypuera (Núcleo Nascentes)



Fonte: ONU-Habitat, 2024



9. Gestão

A gestão pública é orientada por uma série de preceitos que visam garantir que os recursos públicos sejam administrados de forma eficiente, transparente e em benefício do bem comum e interesse público.

Dado que as pessoas “interessadas e impactadas” (em inglês, *stakeholders*) na e pela gestão pública são os habitantes da cidade e a própria sociedade civil em geral, os instrumentos que facilitam a participação social na concepção, construção e avaliação de políticas públicas contribui diretamente para que a gestão cumpra com a sua função social de maneira qualificada.

Tal forma de interagir nos seus processos internos em comunicação com partes externas à instituição pode também dar corpo ao que conhecemos como governança: à governança confere-se um conjunto de processos, políticas, leis e instituições que asseguram a direção, controle e prestação de contas de uma organização (ARAGÃO, 2006).

Durante a elaboração deste plano de gestão, apareceu em destaque a necessidade de detalhar o fluxograma entre as demandas dos conselhos gestores dos parques bem como dos meios de comunicação institucionais para informar, registrar e armazenar informações dos parques em questão.

9.1. Os Conselhos de Meio Ambiente

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Municipais e Regionais e os Conselhos Gestores de Parques são instâncias importantes de participação social e democrática na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável na cidade de São Paulo. Ambos estão vinculados à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), embora o primeiro se reúna na Subprefeitura e tenha como presidente o subprefeito do respectivo território onde atua o conselho.

A atuação dos Conselhos Gestores nos Parques Municipais está prevista na Lei Municipal nº 15.910/2023. São compostos por representantes da comunidade, dos trabalhadores locais e de instituições públicas e privadas, e são responsáveis pela instância participativa mais próxima da população. Na ausência de quórum para a implantação do Conselho Gestor de Parque, o CADES Regional é a instância adequada para assumir a pauta relativa às questões que tangem os parques urbanos.

Em ambos os conselhos, os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos e contribuem de forma consultiva com as políticas públicas da SVMA. A Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), é aliada à Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC), da Divisão de Planejamento e Apoio aos Colegiados (DPAC) na condução dos conselhos gestores de parques.



Processo de Eleição dos CADES Regionais

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Regionais são conselhos consultivos, que atuam nas subprefeituras de São Paulo, com o objetivo de promover a participação da sociedade na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável (PMSP, 2024). Cada subprefeitura possui um CADES, e os conselheiros são eleitos por um processo que inclui:

- **Publicação de Edital:** a SVMA publica um edital convocando a eleição para o CADES em cada subprefeitura. O edital contém informações sobre as vagas, cronograma, requisitos para candidatura e local da votação;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em participar como conselheiros devem se inscrever como candidatos. Normalmente, é necessário ser residente ou ter vínculo com a subprefeitura onde se deseja candidatar;
- **Requisitos:** as pessoas candidatas devem atender a requisitos específicos, como ter mais de 18 anos e ser eleitora no município de São Paulo. Além disso, precisam apresentar um plano de trabalho ou proposta que justifique sua candidatura;
- **Votação:** a eleição é aberta à participação popular. As pessoas moradoras da região da subprefeitura podem votar nas candidatas, geralmente em um local indicado pelo edital. A votação é direta e secreta;
- **Apuração e Resultado:** após a votação, os votos são apurados, e as pessoas mais votadas são eleitas como conselheiros titulares e suplentes. Os mandatos geralmente têm a duração de dois anos;
- **Posse:** as pessoas eleitas são empossadas em cerimônia oficial e passam a compor o conselho, participando de reuniões periódicas e contribuindo com sugestões, análises e propostas para o meio ambiente mais equilibrado a partir da realidade local, do que se apresenta de desafios e oportunidades em cada território da subprefeitura.

Processo de Eleição dos Conselhos Gestores de Parques

Os Conselhos Gestores de Parques são formados por representantes da sociedade civil e do poder público, com o objetivo de discutir e decidir sobre questões relacionadas à gestão e manutenção dos parques municipais de São Paulo.

- **Convocação:** a eleição dos Conselhos Gestores de Parques é convocada pela SVMA, que publica um edital especificando as vagas disponíveis, o cronograma, e os procedimentos para a eleição.;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em ser membros do conselho devem se candidatar, atendendo aos critérios estabelecidos no edital. Normalmente, precisam ser frequentadoras do parque ou representantes de organizações relacionadas ao meio ambiente e lazer;
- **Votação:** a eleição das pessoas conselheiras é realizada em um evento aberto à comunidade para votação;



- **Apuração e Resultado:** as pessoas candidatas mais votadas se tornam conselheiros titulares ou suplentes, conforme o número de vagas. A apuração dos votos é feita no próprio evento eleitoral;
- **Posse e Atuação:** as pessoas eleitas são empossadas e começam a participar das reuniões do conselho, onde discutem questões como a conservação do parque, a promoção de atividades culturais e educativas, e a fiscalização de serviços prestados no local.

Tanto os CADES quanto os Conselhos Gestores de Parques funcionam como espaços de participação democrática, onde representantes da sociedade civil e do poder público discutem e colaboram na gestão das políticas ambientais, a conservação e a melhoria dos espaços públicos.

Esses conselhos são fundamentais para a promoção de uma gestão participativa e para o fortalecimento da democracia no âmbito local, permitindo que os cidadãos tenham voz ativa nas questões que afetam as suas dinâmicas territoriais e o seu cotidiano em relação à cidade como um todo.

Os fluxogramas de comunicação entre a gestão e as partes interessadas foram redefinidos pela SVMA, paralelamente à elaboração deste documento. Essa reformulação visa fortalecer a transparência, garantir a impessoalidade – por meio de um procedimento que trate todos de maneira equitativa – e assegurar a responsabilidade do poder público em relação às demandas, respostas e contribuições provenientes das instâncias de participação.

Nesse sentido, foi criada uma Portaria (a ser publicada) cujo Art. 7º aborda sobre os requerimentos de informação do conselho gestor sobre assuntos que não compete à pessoa coordenadora do conselho responder instantaneamente, mas uma divisão técnica específica da gestão da SVMA ou de outra Secretaria.

Esta portaria estabelece que:

Art. 7º. Requerimentos de Informação: Processo que deverá ser vinculado ao processo-mãe.

§ 1º Para cada Requerimento de Informação deverá ser autuado um processo próprio em até 5 (cinco) dias após a reunião.

§ 2º A denominação do processo deve conter a seguinte inscrição: "Parque XXXXX - Conselho Gestor - Requerimento nº XX/20XX".

§ 3º Quando do encaminhamento do processo, o prazo de 30 dias deverá ser informado, conforme previsto no artigo 7º, §6º da Lei Municipal nº 15.910/2013;

§ 4º O processo deverá seguir o seguinte fluxo:

I - O Gestor autua e instrui processo próprio do requerimento, informando o prazo de 30 dias para resposta, a partir do encaminhamento;

II - O Gestor encaminha o processo para SVMA/CGPABI/DGPU;



- III - SVMA/CGPABI/DGPU encaminha o processo à SVMA/CGPABI solicitando envio às unidades competentes;
- IV - SVMA/CGPABI encaminha o processo às unidades competentes;
- V - As Unidades devem responder o processo e devolver à SVMA/CGPABI, dentro do prazo de 30 dias, que devolverá à SVMA/CGPABI/DGPU, retornando-o ao respectivo parque com as informações;
- VI - Quando do retorno com as informações, o Gestor deve apresentar as respostas ao conselho.

No caso da difusão de informações e comunicação da gestão da SVMA, perante a população, atualmente essa acontece de maneira acordada com o Conselho Gestor sobre os melhores veículos de comunicação, sendo o WhatsApp o mais utilizado.

As atas que desdobram das reuniões do conselho são publicadas no site da própria Secretaria. Contudo, a gestão possui a plataforma WebParques (2024) pensada para que seja um fórum contendo informações e recursos sistematizados para potencializar e aprimorar a administração desses equipamentos.

9.2. Custos de manutenção

Este item apresenta a distribuição dos custos associados à manutenção e operação do parque, ao longo do ano de 2023. O objetivo é fornecer uma referência inicial que permita o planejamento estratégico para alocação dos recursos e investimentos de maneira eficiente e alinhada às necessidades do parque. A distribuição dos custos está categorizada da seguinte forma:

1. Contratos de vigilância patrimonial desarmada: despesas relacionadas aos serviços de segurança e atendimento ao público, orientação e informações às pessoas frequentadoras, bem como rondas regulares visando a manutenção e conservação da infraestrutura, instalações, equipamentos e patrimônio;
2. Contratos de manejo e conservação de áreas verdes: investimentos destinados à limpeza, conservação e zeladoria predial, englobando atividades como jardinagem dos canteiros e gramados, conservação do patrimônio arbóreo, e conservação geral da vegetação e das áreas do parque. Além disso, abrange varrição, limpeza de instalações e zeladoria de sanitários;
3. Contratos de manutenção civil: despesas associadas à conservação e reparo das infraestruturas e edificações, abrangendo serviços de pintura, hidráulica, serralheria e alvenaria, conforme as necessidades identificadas;
4. Custos administrativos: incluem os salários da equipe administrativa;
5. Custos de água e energia: gastos contínuos com serviços essenciais.

A Tabela 13 fornece os custos mensais referentes à cada categoria indicada acima. As informações foram obtidas junto à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) e à



Coordenação de Administração e Finanças (CAF). A ausência de alguns valores é atribuída à falta de dados disponíveis.

A partir dos dados apresentados, é possível verificar que o custo global de operação e manutenção do Parque Linear Água Podre – Ypuera no ano de 2023 foi de R\$ 3.313.123,03 (três milhões, trezentos e treze mil, cento e vinte e três reais e três centavos).

Tabela 12 - Distribuição dos custos (R\$) de manutenção e operação do Parque Linear Água Podre – Ypuera

Mês / Custo	Vigilância	Manejo e Conservação	Manutenção Civil	Admin.	Água	Energia	Total Geral
Janeiro	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Fevereiro	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Março	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Abril	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Maio	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Junho	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Julho	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Agosto	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Setembro	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Outubro	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Novembro	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Dezembro	124.563,94	134.845,95	11.321,69	5.362,00	-	-	276.093,58
Custo Anual	1.494.767,28	1.618.151,45	135.860,28	64.344,00	-	-	3.313.123,03

Fonte: Adaptado de DGPU e CAF / ONU-Habitat, 2023

10. Plano de Ação

O Plano de Ação está dividido em dois quadros, um referente às diretrizes e outro às ações. A origem das diretrizes e das ações pode ser de base técnica, introduzidas pelas equipes da SVMA e do ONU-Habitat, ou de base participativa, demandas levantadas nas oficinas realizadas com a população (Anexo I) e pelos Conselhos Gestores e CADES Regionais durante o processo de elaboração do Plano de Gestão. Os quadros apresentam diretrizes e ações para o parque e seu entorno (Território-Parque).

Esse conjunto de diretrizes e ações estão acompanhadas por uma estimativa de prazo e prioridade e, eventualmente ainda, de potencial parceria que a gestão da SVMA pode firmar para fortalecer ou viabilizar a sua execução. Observa-se que não foi estimado um prazo para as diretrizes e ações do Território-Parque, uma vez que sua realização dependerá da articulação da gestão do parque com outras instâncias da SVMA, entidades ou secretarias.



A definição dos responsáveis deve integrar o procedimento relatado acima: a pessoa coordenadora do Conselho Gestor do parque, ao formalizar a demanda ou requerimento de informação, deve solicitar o encaminhamento à unidade competente de acordo com a anuência da Coordenação de Gestão de Parques Urbano e Biodiversidade (CGPABI).

Com base nisso, a validade do presente Plano de Gestão é de cinco anos. Neste período estão contidas as diretrizes e ações de até dois anos, intituladas diretrizes de curto prazo, e as diretrizes e ações de até cinco anos intituladas de médio prazo.

Além disso, estão incluídos os “desejos de futuro” que não são necessariamente diretrizes ou ações de longo prazo, mas aquelas que podem acontecer no decorrer dos cinco anos a partir da articulação, relevância e vontade política envolvidas.

10.1. Definição de Prazo e Prioridade

Para a execução eficiente das ações e diretrizes indicadas, foi estabelecida uma estrutura de prazos e prioridades que orientam a implementação do plano de ação, bem como asseguram que os recursos sejam alocados de maneira estratégica para atender às necessidades mais prementes.

Os prazos categorizam as atividades e ações conforme sua urgência e complexidade, visando garantir que os objetivos sejam atingidos em tempo hábil. Sua classificação em "curto", "médio" e "ações recorrentes" permite uma abordagem que distingue o que precisa de atenção imediata e o que pode ser abordado de maneira gradual.

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a definição dos prazos e prioridades está orientada pelos seguintes critérios:
Prazo

Curto Prazo: Ações que possuem prioridade alta e que são resolutivas em dois anos.

Médio Prazo: Refere-se a um período intermediário de cinco anos, quando será realizado um balanço das diretrizes e ações implementadas. Este prazo requer um estudo de viabilidade. Levam um tempo para ser planejadas antes de implementadas.

Ação recorrente: Ações de manutenção, que já ocorrem e que cotidianamente podem ser monitoradas.

Periodicidade ou vigência do Plano: dez anos e revisão intermediária (balanço) cada cinco anos.



Prioridade

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis. Os critérios geralmente incluem:

Prioridade zero: Diretrizes e ações que precisam ser realizadas imediatamente para evitar problemas maiores. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um risco alto para a população e que, no prazo de um ano, devem ser executadas ou encaminhadas antes das demais ações – inclusive de curto prazo.

Prioridade alta: Diretrizes e ações que devem priorizar áreas que comprometem o uso e função socioambiental do parque. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um impacto grande na percepção de uso da população.

Prioridade média: Diretrizes e ações que conferem benefícios à qualidade ambiental ou de uso para as pessoas frequentadoras do parque. Deve-se considerar a viabilidade técnica, financeira e política das ações ou projetos.

Contudo, recomenda-se ainda que as ações e projetos sejam distribuídos de forma justa entre diferentes grupos da sociedade, especialmente os mais vulnerabilizados.

10.2. Desejos de futuro

Referem-se a ações, propostas ou aspirações que demandam um estudo de viabilidade e não estão em concordância com o projeto atual, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente. Essas questões são frequentemente complexas e envolvem a elaboração de novos projetos, a necessidade de orçamentos adicionais.

Ademais, incluem-se nessa categoria aspectos que envolvem a dimensão do “sonho”, ou seja, desejos não estritamente necessários para o correto funcionamento do parque, mas que são relevantes e requerem estudo de viabilidade.

Esse entendimento se alinha com a perspectiva de que o “desejo de futuro” aqui será entendido como algo que difere de uma ação recorrente ou de uma diretriz, dada a sua complexidade de articulação e execução.

10.3. Quadro de diretrizes

SOLO (SO)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
SO2	Técnica	Evitar impermeabilizar o solo em área maior do que a prevista no projeto arquitetônico original; quando necessária instalação de pisos diversos, avaliar a possibilidade de priorizar materiais permeáveis e/ou drenantes, de acordo com a Lei Municipal nº 11.509 de 1994.	Alta	Recorrente
SO4	Técnica	Manter camada de serrapilheira ou plantar forrações, evitando exposição do solo, para proteção contra erosão, compactação, diminuição da variabilidade térmica, evaporação e lixiviação de nutrientes.	Alta	Recorrente
SO5	Técnica	Promover a drenagem onde ocorrer empoçamento de água pluvial, através da melhoria dos aspectos físicos do solo (por exemplo, incorporação de areia), utilização de tubos drenantes ou outras técnicas que possibilitem a infiltração e/ou escoamento da água.	Média	Médio
RECURSOS HÍDRICOS (RH)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
RH9	Técnica	Minimizar potenciais impactos e zelar pela integridade de áreas úmidas e brejosas, que merecem destaque pela sua importância na prestação de serviços ecossistêmicos, regulação climática, conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.	Alta	Recorrente
VEGETAÇÃO (VE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
FRAGMENTOS FLORESTAIS				
VE8	Técnica	Eliminar a prática do bosqueamento, ou seja, roçada do sub-bosque nas áreas florestais, de forma a proteger e permitir o desenvolvimento da vegetação arbóreo-arbustiva em processo de regeneração/sucessão ecológica.	Alta	Recorrente
VE11	Técnica	Novos plantios poderão seguir as proporções de espécies pioneiras, secundárias e climáticas indicadas na Resolução SMA 08/08, sempre com orientação da equipe técnica da SVMA.	Média	Recorrente
VE12	Técnica	No enriquecimento, incluir espécies vegetais nos mais variados estratos (herbáceo, arbustivo, arbóreo e epifítico), diversificando os recursos e nichos ecológicos possíveis para a fauna.	Média	Recorrente
VE13	Técnica	Considerar a possibilidade de substituição gradativa de espécies exóticas, que vierem a adoecer e/ou morrer, por espécies nativas do bioma regional.	URGENTE	Recorrente
ÁREAS AJARDINADAS				
VE14	Técnica	Limitar as áreas gramadas, que consomem muitos recursos e demandam manejo constante, àqueles locais onde ocorram atividades físicas, recreativas e esportivas que justifiquem sua existência.	Média	Médio
VE15	Técnica	Havendo gramado, reduzir a frequência das roçadas, de forma a possibilitar a produção e dispersão de sementes, maximizando a biodiversidade de fauna silvestre, especialmente de aves granívoras como o papa-capim, bico-de-lacre, coleirinha e canário-da-terra.	Alta	Recorrente

VE16	Técnica	Observar a altura de corte recomendada para cada espécie de grama, por exemplo grama bermudas (manter tamanho mínimo de folha de 3cm acima do nível do solo), esmeralda (4 a 5 cm) e são-carlos (5 a 7 cm), e a frequência diferencial de roçadas em cada estação do ano.	Média	Recorrente
VE17	Técnica	Não realizar cortes muito baixos e/ou frequentes que possam danificar o rizoma do gramado, gerar áreas falhas e ocasionar a exposição do solo.	Alta	Recorrente
VE18	Técnica	Em áreas de gramado úmidas, com presença de musgos superficiais, promover a aeração periódica através da escarificação, corte vertical e retirada de cama de palhada seca.	Alta	Recorrente
VE19	Técnica	Em áreas de gramado falho, com solo compactado, realizar cobertura fina de areia média lavada e composto orgânico na proporção 1:1, especialmente no começo da primavera.	Alta	Recorrente
VE20	Técnica	Manter período de repouso para recuperação de gramados com intenso pisoteio, através da delimitação, cercamento e sinalização da área para conhecimento da população.	Alta	Recorrente
VE21	Técnica	Estabelecer locais de menor intervenção, como por exemplo grandes áreas que raramente são roçadas/manejadas, ou mesmo realizar a retirada do gramado e plantio (direto ou por semeadura) de espécies herbáceas nativas, formando um relvado biodiverso atrativo à polinizadores, dispersores e herbívoros diversos. Esses locais devem ser sinalizados evidenciando a relevância de sua manutenção como forma de maximizar a biodiversidade do parque.	Alta	Médio
VE22	Técnica	Zelar pela integridade dos canteiros ajardinados, monitorando a presença de áreas falhas e necessidade de realizar adubação, replantios e podas de renovação periódicos.	Alta	Recorrente
VE23	Técnica	Realizar rega diferencial de acordo com as estações do ano, insolação (áreas ensolaradas/sombreadas) e necessidades hídricas de cada espécie, de modo a garantir sua sanidade e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE24	Técnica	Fiscalizar e coibir práticas como o pisoteamento dos canteiros, descarte de resíduos sólidos ou líquidos, assim como dejetos de animais domésticos, ou outras atividades que possam danificar as mudas existentes.	Alta	Recorrente
VE25	Técnica	Realizar delimitação dos canteiros herbáceos através da instalação de limitadores (plásticos ou de outros materiais) onde houver encontro com o gramado, evitando assim a invasão pela grama (competição e enfraquecimento das mudas herbáceas), facilitando a manutenção periódica e mantendo o desenho original do canteiro (proposto em projeto).	Média	Médio
VE26	Técnica	Incentivar o plantio de herbáceas e arbustivas nativas que sejam atrativas a borboletas, beija-flores, abelhas e outros polinizadores, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Alta	Recorrente
VE27	Técnica	Avaliar a possibilidade de substituir a vegetação exótica implantada no paisagismo por espécies nativas ornamentais, mantendo o layout do projeto original, mas ampliando a oferta de recursos para a fauna silvestre, reestabelecendo as interações ecológicas, e favorecendo o conhecimento e valorização da flora nativa pela população.	Média	Média

ÁRVORES				
VE29	Técnica	Contratar ou treinar profissionais para realização periódica de diagnóstico e análise de risco de queda das árvores, bem como para indicação de tratamentos fitossanitários quando pertinente, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, praças, playgrounds, estacionamentos e áreas esportivas.	Alta	Curto
VE30	Técnica	Realizar poda e supressão de árvores sempre com autorização do órgão ambiental competente, e somente em casos de risco de queda e risco de acidentes envolvendo pessoas e patrimônio. Para árvores com risco iminente, contatar Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros.	Alta	Recorrente
VE31	Técnica	Realizar podas de equilíbrio, formação, condução e limpeza sempre respeitando a arquitetura e forma intrínseca de cada espécie. Evitar a qualquer custo poda de raízes, pelo seu potencial de desestabilizar a árvore, aumentando o risco de tombamentos. Seguir orientações contidas no Manual Técnica de Poda de Árvores da Prefeitura.	Alta	Recorrente
VE32	Técnica	Manter árvores mortas e galhos secos que não estejam oferecendo risco direto de acidentes, especialmente nas áreas florestais. Quando em pé, a madeira morta serve de local para construção de ninhos de besouros, abelhas solitárias e aves (como os pica-paus, corujas, tucanos, periquitos e papagaios); quando já caída, serve de esconderijo e local de vida ocasional para muitos animais, além de alimentar uma diversidade enorme de seres xilófagos e saprófitos, como cupins, besouros, traças, fungos e outros microrganismos, fundamentais para a saúde do solo.	Alta	Recorrente
VE33	Técnica	Em árvores isoladas, especialmente aquelas em áreas gramadas, manter coroamento de 40 a 50cm de distância do colo ou aplicar outras técnicas/materiais que protejam o caule delas para evitar ferimentos por ocasião da roçada do gramado.	Alta	Recorrente
VE34	Técnica	Evitar a instalação de canteiros elevados ou adição de camadas de solo que encubram a base do tronco das árvores existentes, evitando assim o soterramento de colo, situação que pode levar ao definhamento e morte das mesmas.	Alta	Recorrente
VE35	Técnica	Evitar, a qualquer custo, a pintura dos troncos (inclusive caiação), fixação de pregos, placas, arames, cordas, balanços, tecidos ou bordados que possam causar ferimentos, estrangulamento ou trazer umidade excessiva que facilite a instalação pragas e doenças.	Alta	Recorrente
VE36	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de anelamento, seja por corte ou instalação de cordas/arames apertados, assim como a realização de quaisquer outros ferimentos na casca das árvores, como inscrições de nomes, por exemplo.	Alta	Recorrente
VE37	Técnica	Manter, na base das árvores, área permeável, na forma de canteiro ou faixa, que permita a infiltração de água e aeração do solo. As dimensões mínimas recomendadas para essas áreas não impermeabilizadas são de 2,0m ² para árvores de copa pequena (diâmetro de até 4,0 m) e de 3,0 m ² para árvores de copa média ou grande (diâmetro acima de 4,0 m).	Alta	Recorrente

NOVOS PLANTIOS				
VE38	Técnica	Novos plantios, de espécies arbóreas, arbustivas e ornamentais, devem ser realizados apenas pela equipe interna do parque ou por outras equipes desde que autorizadas pela Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), não sendo permitido à população efetuar plantios de forma espontânea.	Alta	Recorrente
VE40	Técnica	Realizar plantios e transplantes preferencialmente no período das chuvas (primavera e verão), para minimizar estresses, facilitar o pegamento e maximizar a taxa de sobrevivência das mudas.	Alta	Recorrente
VE41	Técnica	Quando do plantio de canteiros de forrações e arbustivas, cobrir sempre o solo ao redor das mudas com folhas secas, aparas de grama ou material particulado (resíduos vegetais triturados), protegendo o solo contra compactação, aquecimento e ressecamento, facilitando assim o pegamento das mudas.	Alta	Recorrente
VE42	Técnica	Para o plantio de árvores, seguir orientações contidas no Manual Técnico de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo, quanto à abertura de berços, plantio e tutoramento das mudas.	Alta	Recorrente
VE43	Técnica	Empregar diversidade de plantas com épocas de floração e frutificação espalhadas ao longo do ano, garantido assim apelo visual/paisagístico constante, além de recursos alimentares para a fauna silvestre nas diferentes estações.	Alta	Recorrente
VE44	Participativa	Avaliar a possibilidade de plantio de árvores frutíferas, de espécies nativas, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, favorecendo assim maior interação, reconhecimento e valorização da flora nativa regional.	Alta	Recorrente
VE45	Técnica	Empregar preferencialmente espécies nativas regionais, que exigem menor manutenção, fornecem serviços ecossistêmicos e sustentam espécies da fauna nativa com hábitos especializados.	Alta	Recorrente
VE46	Técnica	Estudar o plantio de espécies que reconhecidamente façam parte da dieta dos animais ameaçados de extinção e/ou raros presentes no parque, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Média	Médio
VE47	Técnica	Utilizar espécies nativas do município de São Paulo baseando-se na Portaria SVMA 60/2011, que publica a Lista de Espécies Vegetais Vasculares Nativas do município de São Paulo, e Portaria SVMA 61/2011, que publica a Lista de espécies arbóreas nativas do município de São Paulo sugeridas para utilização em termos de ajustamento de conduta e projetos de recuperação florestal, de enriquecimento florístico, paisagístico, de compensação ambiental, de arborização urbana, entre outros.	Alta	Recorrente
VE50	Técnica	Canalizar recursos de compensações ambientais no município, ou eventos de empresas que queiram/necessitem neutralizar emissões de Carbono, com ações de plantio e manutenção na área interna do parque e seu entorno.	Alta	Recorrente
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
VE51	Técnica	Novos plantios, inclusive de ornamentais em áreas ajardinadas, devem evitar a utilização de espécies exóticas, principalmente aquelas com potencial invasor ou dominante, que possam alterar a dinâmica e equilíbrio do ecossistema, seja por abafamento, competição, alelopatia ou sombreamento excessivo.	Alta	Recorrente

VE52	Técnica	Evitar igualmente o plantio de espécies que possuam estruturas subterrâneas de propagação vegetativa (ex.: bambu, espada-de-são-jorge, curculigo) ou crescimento estolonífero (ex.: lambari, tostão), que se alastram com facilidade e tendem a formar populações dominantes, especialmente nas proximidades de áreas de preservação.	Alta	Recorrente
VE53	Técnica	Evitar o despejo de resíduos vegetais nas áreas de mata, especialmente aqueles contendo restos de poda de grama e espécies ornamentais exóticas (como lambari, agapanto, singônio), minimizando assim o risco de invasão biológica.	Alta	Recorrente
VE55	Técnica	Identificar focos de ocorrência de espécies exóticas invasoras no entorno do parque de forma a minimizar o risco de introdução e/ou reintrodução através de vetores bióticos e outras vias de dispersão.	Alta	Recorrente
VE57	Técnica	No caso de espécies invasoras já estabelecidas no interior do parque, orientar funcionários para identificar e realizar o monitoramento periódico de propágulos, retirada de sementes no solo e arranquio de plântulas (com sistema radicular), visando o controle da sua população.	URGENTE	Curto
VE60	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Alta	Recorrente
TREPADEIRAS, EPIFITAS E PARASITAS				
VE61	Técnica	Aproveitar as epífitas de galhos caídos (ex.: orquídeas, bromélias, samambaias etc.), recolocando-as em outros troncos, preferencialmente através da utilização de barbantes de material biodegradável, sem apertar demasiado o caule da árvore, permitindo seu correto desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE62	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de hemiepífitas lenhosas como figueiras mata-pau (gênero <i>Ficus</i>) e brassaias (gênero <i>Schefflera</i>), que podem causar estrangulamento mecânico ao não permitir a continuidade do crescimento da árvore hospedeira.	Alta	Recorrente
VE63	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de epífitas do gênero <i>Tillandsia</i> , pela possibilidade de atuarem como parasitas estruturais, causando efeitos adversos na árvore hospedeira, como desfolha, redução da capacidade fotossintética e da movimentação de seiva, declínio e morte de galhos.	Alta	Recorrente
VE64	Técnica	Realizar controle de ervas-de-passarinho apenas quando detectado alto grau de infestação ou quando estiverem causando danos às árvores que possam estabelecer risco de acidentes, tendo em vista que as mesmas constituem importante fonte de néctar para beija-flores e outros polinizadores devido ao longo período de floração, além de fonte alimentar para diversas espécies de aves, inclusive durante o inverno.	Alta	Recorrente
VE65	Técnica	Realizar monitoramento de trepadeiras nas clareiras e bordas de fragmentos florestais, removendo-se somente o excesso para evitar sobrepeso e sufocamento dos exemplares arbóreos.	Alta	Recorrente
VE66	Técnica	Executar o manejo sempre sob orientação de profissional técnico que analisará a eventual necessidade de poda da árvore hospedeira visando o controle da infestação.	Alta	Recorrente

PRAGAS E DOENÇAS				
VE67	Participativa	Na manutenção das áreas verdes, aplicar princípios ecológicos que priorizem a proteção e regeneração da flora, fauna e recursos naturais (como solo e água), maximizando assim a potencialidade do parque de funcionar como refúgio urbano, inclusive climático, e sua prestação de serviços ecossistêmicos.	Alta	Recorrente
VE68	Técnica	Evitar a utilização de adubos minerais e outras substâncias químicas como pesticidas, inseticidas e herbicidas durante a manutenção das áreas verdes do parque, reduzindo impactos diretos e indiretos aos funcionários, visitantes e meio ambiente.	Alta	Recorrente
	Participativa	Seguir o estabelecido na Nota Técnica 04/16 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que presta esclarecimentos sobre capina química em ambiente urbano de intersecção com outros ambientes.	Alta	Recorrente
VE69	Técnica	Quando necessário controle de pragas e doenças, dar preferência à catação manual, utilização de armadilhas, repelentes, caldas e produtos orgânicos, e ao controle biológico por predadores naturais.	Alta	Recorrente
VE70	Técnica	Em caso de infestações permanentes e/ou massivas, buscar parceria com instituições de pesquisa, como universidades, através de Termo de Cooperação Técnica.	Alta	Médio
PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
VE71	Técnica	Evitar o plantio de árvores com frutos grandes e/ou pesados, espécies dotadas de espinhos, princípios alergênicos ou tóxicos, próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, playgrounds, estacionamentos, praças e áreas esportivas.	Alta	Recorrente
VE72	Técnica	Árvores com frutos grandes e/ou pesados devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE73	Técnica	Árvores que produzam flores e/ou frutos que possam estabelecer superfícies escorregadias quando da sua queda, devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de floração/frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE74	Técnica	Atentar-se para a presença de raízes superficiais que possam estabelecer obstáculos ao longo de trilhas ou vias de circulação preferencial de pessoas; nesse caso, deve-se avaliar a possibilidade de mudança de trajeto e/ou adequação das trilhas/caminhos, evitando-se ao máximo a realização de podas nas raízes.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS				
VE76	Técnica	Avaliar a necessidade de instalação de aceiros, que são faixas onde o solo é mantido exposto, principalmente ao longo de divisas, cercas e áreas de vegetação nativa. Os aceiros devem ser estrategicamente planejados e mantidos livres de qualquer vegetação, galhos e folhas secas que possam funcionar como combustível para a propagação do fogo. Seguir as orientações contidas no Decreto Estadual 47.700/2003.	Alta	Médio
	Participativa	Sempre realizar a retirada e destinação adequada de resíduos de poda e/ou roçagem do gramado, para evitar que possam funcionar como combustível para a propagação de incêndios.	Alta	Recorrente

VE77	Técnica	Avaliar, em conjunto com o Corpo de Bombeiros, a necessidade de criação de uma brigada de incêndio, treinada periodicamente e munida com os equipamentos adequados, para lidar com incêndios, de origem natural ou antrópica, especialmente no período de seca (outono/inverno).	Alta	Curto
VE78	Técnica	Conscientizar a população do entorno e visitantes do parque sobre os perigos de soltar balão, despejar bitucas de cigarro acessas, atear fogo a lixo ou outros resíduos e o risco decorrente de incêndios, assim como informar sobre a legislação ambiental incidente.	Alta	Curto
COLETA E PESQUISA				
VE79	Técnica	Coibir e fiscalizar a coleta de folhas, flores, mudas e sementes pela população.	Alta	Recorrente
VE80	Técnica	Permitir a coleta de amostras para pesquisa à equipe do Herbário Municipal; demais interessados devem apresentar projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente
FAUNA (FA)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
FAUNA SILVESTRE				
FA1	Técnica	Zelar pelo bem-estar, integridade e segurança dos animais silvestres existentes no parque.	Alta	Recorrente
FA6	Técnica	Evitar a fragmentação das áreas verdes existentes através da instalação de gradis, alamedas, passarelas, muros e/ou edificações que possam dificultar o livre trânsito da fauna silvestre, promover seu encurralamento, aprisionamento e/ou ferimentos de qualquer natureza.	Alta	Recorrente
FA7	Técnica	Quando da existência de fragmentos significativos, que estejam desconectados, avaliar a possibilidade de conexão através de plantio direto de mudas ou então avaliar a possibilidade de instalação de passagens de fauna ou outras estratégias que possibilitem a movimentação dos animais.	Alta	Recorrente
FA8	Técnica	Preservar locais para reprodução das espécies silvestres, como vegetação na margem de corpos hídricos, ocos de árvore e árvores mortas (que não ofereçam risco aos usuários) e maciços de vegetação arbustiva, arbórea e relvados.	Alta	Médio
FA9	Técnica	Interromper imediatamente toda e qualquer atividade que potencialmente perturbe ou destrua ninhos e demais criadouros de animais silvestres. Pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98), a fauna silvestre e seus ninhos ou criadouros naturais estão protegidos e, portanto, não podem ser removidos.	Alta	Recorrente
FA10	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos de aves em árvores cuja supressão ou poda esteja autorizada, realizar o monitoramento do ninho e aguardar até que os filhotes voem e abandonem o ninho por conta própria, para então retomar as atividades.	Alta	Recorrente
FA11	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos no solo (gramados), o que é esperado para o quero-quero (<i>Vanellus chilensis</i>) por exemplo, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebra) considerando uma margem de segurança de aproximadamente 2,0 metros de raio	Alta	Recorrente

		a partir do centro do ninho, visando evitar o estresse dos animais e garantir seu sucesso reprodutivo.		
FA12	Técnica	Caso constate-se a presença de criadouro natural de outras espécies silvestres, a exemplo do gambá-de-orelha-preta (<i>Didelphis aurita</i>), em ocos de árvores, arbustos densos ou em edificações, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebra, por exemplo), monitorar o criadouro e aguardar o animal abandonar o local por conta própria para proceder com qualquer intervenção.	Alta	Recorrente
FA13	Técnica	Autorizar a realização de estudos e pesquisas, incluindo a coleta de material biológico, aos Técnicos e pesquisadores da SVMA. Demais pesquisas no interior do Parque poderão ser realizadas mediante apresentação e aprovação de projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS				
FA14	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex.: atropelamento, caça e captura, pesca predatória, ferimentos causados por linhas de pipa, eletrocussões etc.) incidentes sobre os animais silvestres e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção da biodiversidade do parque.	Alta	Recorrente
FA15	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna silvestre, bem como quaisquer atividades que venham a afetar a vida animal em seu meio natural.	Alta	Recorrente
FA16	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como caça, pesca, depósito de resíduos, construção irregular, etc.	Média	Recorrente
FA17	Técnica	Fiscalizar e coibir a soltura de pipas que utilizem linhas cortantes na área interna do parque, em conformidade com a Lei Estadual nº 17.201 de 2019, e com a Portaria SVMA/CGPABI nº 14 de 2021.	Média	Recorrente
FA18	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, ou a que vier substituí-la, principalmente no tocante à iluminação artificial, emissão de som e/ou ruído, instalação de superfícies transparentes ou reflexivas, uso de drones, instalação de apetrechos em corpo hídrico, destinação de resíduos sólidos entre outros.	Alta	Recorrente
FA19	Técnica	Minimizar a poluição luminosa, especialmente deletéria à animais noturnos, aves migratórias e insetos, através da utilização de lâmpadas especiais, com foco direcionado ao solo, em altura mais baixa que a copa das árvores e com sensores de movimento, que deverão ser deixadas desligadas durante o período em que o parque estiver fechado, principalmente próximo aos fragmentos florestais.	Alta	Recorrente
FA22	Técnica	Fiscalizar e coibir a utilização de fogos de artifício sonoros, pelo seu reconhecido impacto à fauna; no caso de fogos de artifícios não sonoros, sua utilização fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Alta	Recorrente
FA23	Técnica	Fiscalizar a utilização de drones, principalmente durante os períodos de reprodução e/ou migração, pelo risco de interferência por	Alta	Recorrente



		estímulos sonoros e visuais e colisão com aves, causando óbitos. A utilização de drones fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS), sendo proibido uso recreacional e particular.		
FA24	Técnica	Minimizar o uso de vidraças, superfícies translúcidas ou reflexivas nas edificações, ou adequar as existentes, de modo a reduzir os riscos de colisão direta e mortalidade das aves.	Alta	Recorrente
FA25	Técnica	Comedouros, bebedouros e “banheiras” para aves, quando existentes, devem ser instalados longe de vidraças, superfícies translúcidas ou refletivas, pois ao disputarem alimento certas aves podem colidir com estas estruturas. Devem também ser higienizados diariamente para reduzir o risco de transmissão de doenças e parasitas entre os indivíduos visitantes.	Alta	Recorrente
FA26	Técnica	Monitorar locais que contenham painéis fotovoltaicos e solares, pela possibilidade de ocorrência do “efeito lago”, que é quando as aves pousam nas placas acreditando se tratar de um lago e podem sofrer lesões ou mesmo vir a óbito.	Alta	Recorrente
FA27	Técnica	Evitar a utilização de sopradores de folhas, principalmente aqueles movidos a gasolina, não só pela poluição sonora e atmosférica, e riscos associados à saúde humana, mas principalmente pelos danos causados aos insetos e outros artrópodes residentes na serrapilheira.	Alta	Recorrente
FA28	Técnica	Prevenir o contato físico entre a população e os animais silvestres, por meio de sinalização e fiscalização, devido ao risco de acidentes e transmissão de doenças.	Alta	Recorrente
FA29	Técnica	Explicitar em placas as proibições de introduzir animais nos parques e de alimentar animais silvestres e fazer parte do treinamento dos funcionários da vigilância para que possam coibi-las adequadamente.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
FA33	Técnica	Os animais silvestres eventualmente encontrados na área do Parque devem ser capturados somente quando estiverem fora do seu ambiente natural, estiverem machucados ou de alguma forma presos (imobilizados ou contidos em determinado local) e oferecerem risco iminente às pessoas.	Alta	Recorrente
FA35	Técnica	Encaminhar animais silvestres feridos, doentes ou mortos, tão logo seja possível, para a Divisão da Fauna Silvestre (DFS) para identificação da espécie, necropsia ou tratamento adequado, reabilitação e soltura.	Alta	Recorrente
FA36	Técnica	Adotar as medidas necessárias para o manejo da fauna sinantrópica (ex.: abelha africanizada, aranha, barata, barbeiro, caramujo-africano, carrapato, escorpião, formigas, lacraias e centopeias, morcegos, ratos, moscas, mosquitos, percevejos, pernilongos, pombos, pulgas, taturanas e vespas) eventualmente ocorrente no Parque, tendo em vista a possibilidade de transmissão de doenças, agravos à saúde do homem e animais.	Alta	Recorrente
FA37	Técnica	Tanto para os casos de abrigos instalados (colmeias ou vespeiros), como para os casos de enxames viajantes de abelhas africanizadas (<i>Apis mellifera</i>), vespas ou marimbondos, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente

FA38	Técnica	No caso de abelhas sem ferrão e vespas nativas, que não oferecem riscos à saúde pública, as ações de manejo devem se pautar na legislação vigente.	Alta	Recorrente
FA39	Técnica	Evitar a retirada de lagartas de borboletas e mariposas, que embora possam causar danos pontuais à vegetação, constituem elemento-chave nas cadeias tróficas, pois transferem mais energia das plantas para outros animais do que todos os outros herbívoros combinados. No caso de lagartas venenosas, como aquelas do gênero <i>Lonomia</i> por exemplo, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA40	Técnica	Em caso de emergência, contatar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) ou o Corpo de Bombeiros (193) e seguir o protocolo de emergências.	Alta	Recorrente
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
FA42	Técnica	Monitorar a presença do sagui (<i>Callithrix</i> sp.), espécie considerada exótica e introduzida na região sudeste do Brasil, devido ao risco de invasão, competição e hibridização com as populações de saguis nativos, que enfrentam ameaça de extinção.	Alta	Recorrente
FA43	Técnica	Consultar a Deliberação nº 30/2011, que reconhece a lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo, e a Deliberação Normativa nº 2/2011, que dispõe sobre a elaboração e a atualização de lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo e dá outras providências.	Alta	Recorrente
FA44	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Média	Médio
FAUNA DOMÉSTICA				
FA45	Gestão/ operação	Orientar os funcionários para fiscalizar a entrada de cães acompanhados de seus tutores no Parque, garantindo seu livre acesso ao local, desde que sejam mantidos com os devidos equipamentos de segurança exigidos por lei (coleiras, guias e eventualmente focinheiras), de acordo com a Portaria SVMA nº 79 de 2023.	Alta	Recorrente
FA46	Participativa	Fiscalizar e orientar a população sobre a necessidade de recolher os dejetos dos animais domésticos, assim como avaliar a possibilidade de instalar dispensador de sacos higiênicos e lixeiras nos locais de maior concentração e passagem de animais.	Alta	Recorrente
FA47	Participativa	Monitorar a população de animais domésticos abandonados no parque, com vistas a promover a redução populacional e o acompanhamento da condição sanitária dos mesmos por meio da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA48	Participativa	Firmar, caso necessário, parcerias com entidades que promovam ações de adoção e castração de animais domésticos.	Média	Médio
FA49	Técnica	Não realizar eventos de venda e adoção de animais no parque, visando não estimular o abandono de novos indivíduos, de acordo com a Portaria SVMA nº 73 de 2020.	Alta	Recorrente

FA50	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno direto do parque para que animais domiciliados, em especial cães e gatos, sejam contidos para evitar sua entrada desacompanhada no parque e sejam castrados, marcados (coleira, chip etc.) e identificados, ficando sob posse responsável.	Alta	Recorrente
ACESSOS E CERCAMENTOS (AC)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
PORTÕES E PORTARIA				
AC1	Técnica	O Portão 1 deve permanecer aberto para o acesso público de pedestres em horário estabelecido pelo Regulamento de Uso do Parque. O Portão 1 permanece fechado para o acesso de veículos, sendo aberto apenas para a entrada de veículos autorizados.	Alta	Recorrente
AC2	Técnica	O Portão 2 deve permanecer aberto ao acesso público de pedestres em horário estabelecido pelo Regulamento de Uso do Parque.	Alta	Recorrente
AC3	Técnica	A edificação da Portaria junto ao Portão 1 deve contar com o revezamento da equipe de vigilância e ter sempre um funcionário disponível	Alta	Recorrente
GRADIL				
AC7	Técnica	Verificar a integridade do perímetro completo do gradil do parque e fazer a reposição imediata, caso seja necessário.	Média	Médio
CAMINHOS (CA)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
PASSARELA				
CA2	Participativa	Estudar a possibilidade de implantação de sistemas de piso antiderrapante e antiestática.	Média	Médio
CA3	Técnica	Evitar a realização de podas de levantamento e/ou adequação das copas das árvores que se encontram ao longo do percurso da passarela/deck elevado, de forma a favorecer contato mais íntimo entre os visitantes e a vegetação local.	Alta	Recorrente
TRILHAS				
CA9	Técnica	Quando da existência de trilhas, realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto porventura incidentes (como erosão e compactação do solo, danos à vegetação e fauna) e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
CA10	Técnica	Planejar e manter as trilhas considerando o menor impacto possível ao meio ambiente, seguindo orientações das publicações "Fundamentos do Planejamento de Trilhas" e "Manual de Sinalização de Trilhas" do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).	Alta	Recorrente
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO (EM)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CULTURA E MULTIUSO				
EM12	Técnica	Estabelecer usos distintos para a Sala Multiuso sem que haja a apropriação de uma função única, garantindo sua característica como espaço multiuso e flexível.	Alta	Curto
EDIFICAÇÕES (ED)				

Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
IL2	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos à fauna silvestre e ornamental nos Parques Municipais, principalmente no tocante à iluminação artificial.	Alta	Recorrente
ÁGUA E SANEAMENTO (AS)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
AS5	Técnica	Adotar equipamentos e instalações hidráulicas eficientes e economizadores.	Alta	Médio
AS6	Técnica	Minimizar a necessidade de água para irrigação através da utilização de espécies nativas no paisagismo, espécies rústicas e adaptadas ao regime hídrico da região, além da cobertura do solo com folhas secas ou outros materiais inertes, que protejam o mesmo contra aquecimento e evaporação.	Alta	Médio
AS7	Técnica	Fazer parceria com Sabesp e Polícia Ambiental para levantamento da rede de esgotamento sanitário no entorno imediato do parque, ligação adequada de esgoto ou autuação do descarte irregular.	Alta	Médio
AS11	Gestão/ operação	Realizar estudo de viabilidade para instalação de um lago com peixes, a pedido da comunidade.	Média	Médio
RESÍDUOS (RE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
RE4	Técnica	Gerir os resíduos sólidos produzidos no parque segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua expressão local, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).	Alta	Recorrente
RE6	Técnica	Gerir os resíduos sólidos de acordo com os seguintes objetivos, nesta ordem de prioridade: não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, ambientalmente adequada, apenas dos rejeitos.	Alta	Recorrente
RE8	Técnica	Destinar os resíduos secos à coleta seletiva.	Alta	Recorrente
RE9	Participativa	Destinar materiais recicláveis e reaproveitáveis para associações, cooperativas ou outras organizações que recebam o material para o tratamento adequado, se possível conjugando sua gestão à geração de renda para a comunidade do entorno.	Alta	Recorrente
RE10	Técnica	Considerar a possibilidade de aproveitar a madeira proveniente de supressão arbórea, para uso qualificado (ex.: mobiliário, artesanato, utensílios etc.).	Alta	Recorrente
RE11	Técnica	Destinar, aos pontos de entrega específicos, os resíduos obrigados à logística reversa: agrotóxicos e embalagens, pilhas e baterias, óleos lubrificantes e embalagens, pneus, produtos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e luz mista.	Alta	Recorrente
RE12	Técnica	Destinar, através da coleta pública, ao aterro sanitário, apenas os rejeitos.	Alta	Recorrente
RE13	Técnica	Manter registro quantitativo dos resíduos gerados no Parque, informando sua origem, tipo e destinação final, devendo atualizá-lo periodicamente para fins de monitoramento.	Alta	Recorrente

RE14	Técnica	Mapear as práticas religiosas desenvolvidas no interior do parque, identificando a origem dos usuários, áreas de maior incidência de práticas religiosas, tipo de resíduos gerados e possíveis impactos ao ecossistema, possibilitando a ampliação do diálogo com esses grupos, incluindo criação de oficinas e cartilhas educativas sobre o uso dos espaços naturais para atividades religiosas.	Alta	Recorrente
RE15	Participativa	Prever, caso necessário, aumento do número de lixeiras/coletores próximo aos corpos hídricos a fim de evitar que os resíduos sejam direcionados para o seu interior e margens.	Alta	Curto
RE18	Técnica	Instalar telas, grelhas e ralos do tipo "abre-fecha", assim como vedar frestas ou vãos que possam servir de porta de entrada dos animais para o ambiente interno das edificações do parque.	Alta	Recorrente
RE19	Técnica	Desenvolver campanhas de conscientização ambiental sobre descarte de resíduos.	Alta	Recorrente
RE20	Participativa	Realizar parceria com Sabesp e Guarda Civil Ambiental para fiscalização e autuação de municipais e construções do entorno que façam descarte irregular de esgoto e resíduos dentro do parque.	Alta	Recorrente
RE22	Gestão/ operação	Fiscalizar e coibir a prática de utilização do parque como local para estocagem de material reciclável ou outros insumos para venda.	Alta	Recorrente
GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
GO1	Técnica	Garantir formação periódica dos gestores e funcionários do parque em conhecimentos técnicos em educação e preservação ambiental.	Alta	Recorrente
GO2	Técnica	Garantir que funcionários tenham formações relativas às suas funções por meio de exigência contratual prevista no contrato das empresas terceirizadas.	Alta	Recorrente
GO3	Técnica	Envolver a comunidade no projeto e planejamento das estruturas, usos e atividades a serem implantados no parque.	Alta	Recorrente
GO6	Gestão/ operação	Oferecer vagas de estágio (na equipe administrativa) para o ensino superior (hoje só tem vaga para ensino médio).	MEDIA	Recorrente
GO7	Gestão/ operação	Definir indicadores e estudos que avaliem a capacidade de carga e de uso do parque, de forma a adequar a estrutura necessária para atender as demandas existente e futura.	Alta	Curto
GO8	Gestão/ operação	Priorizar Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e bioconstrução na resolução de demandas e instalação de equipamentos e construções no Parque	Alta	Recorrente
EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM				
GO16	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de jardinagem, são atividades básicas realizadas: manutenção dos canteiros (diariamente), despraguejamento, plantios (sob demanda), rega (diariamente), poda de herbáceas e arbustos (sob demanda), varrição de folhas (diariamente na área interna do parque, 1x por semana na calçada), retirada de lixo (2x por semana).	Alta	Recorrente
EQUIPE DE VIGILÂNCIA				
GO21	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de vigilância, são atividades básicas realizadas: rondas (a cada 1h, com 12 pontos de checagem/bastão), orientação dos visitantes sobre as regras e proibições do parque, contagem de visitantes, organização de achados e perdidos, prestação de primeiros socorros.	Alta	Recorrente

COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CV6	Técnica	As placas de identificação das espécies vegetais devem ser submetidas ao Herbário Municipal, para conferência antes da sua produção. Forma, fixação e projeto devem atender aos padrões estabelecidos pela Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade (CGPABI).	Alta	Médio
CV7	Técnica	Informar e sinalizar à população sobre as ações de manejo diferencial adotadas no Parque, como áreas isoladas para recuperação do gramado, áreas isoladas para reprodução dos animais, áreas isoladas devido ao risco de queda de frutos, entre outras.	Alta	Recorrente
CV10	Técnica	Integrar, por meio de projeto de comunicação visual, a nascente do Córrego Água Podre (parque) com a sua continuidade por baixo do CEU Butantã.	Alta	Curto
USO PÚBLICO (UP)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
EVENTOS				
UP9	Técnica	Por ocasião da realização de eventos, respeitar a configuração da vegetação existente, não se admitindo poda de galhos, fixação de placas, luminárias ou outros equipamentos temporários. As instalações não podem fazer demasiada sombra que prejudique o desenvolvimento natural da vegetação.	Alta	Recorrente
UP10	Técnica	Quando da realização de eventos culturais, educacionais, recreativos e outros, seguir o disposto na Portaria SVMA nº 69 de 2020, no tocante aos regulamentos, obrigações e condições necessários à sua autorização.	Alta	Recorrente
UP11	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos e/ou distúrbios à fauna silvestre e ornamental dos Parques Municipais.	Alta	Recorrente
EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
UP19	Técnica	As práticas de observação de vida silvestre devem seguir os procedimentos dispostos na Portaria SVMA nº 29 de 2019.	Alta	Recorrente
ENTORNO (EN)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CONECTIVIDADE				
EN1	Técnica	Promover a conectividade entre parques, praças, unidades de conservação, demais áreas verdes públicas e particulares e a arborização urbana, considerando as diferentes escalas de paisagem, e observado o disposto no Plano Diretor Estratégico, nos Planos Regionais, nos Planos de Bairro e no Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL).	Alta	N/A
EN3	Participativa	Promover a conexão do parque, física e administrativamente, ao sistema de áreas verdes local, facilitando o trânsito da fauna silvestre e reduzindo assim os riscos de erosão genética das populações.	Alta	N/A
EN4	Participativa	Promover a conexão de fragmentos significativos que estejam desconectados através de plantio direto de mudas e de passagens	Alta	N/A



		de fauna, ou outras estratégias que possibilitem a movimentação da fauna.		
INTEGRAÇÃO				
EN9	Participativa	Promover a integração entre o parque e as estruturas públicas do entorno, por meio de parcerias com as secretarias e órgãos responsáveis por elas.	Alta	N/A

Legenda

Desejos de Futuro

10.4. Quadro de ações e de monitoramento

SOLO (SO)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
SO1	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico de todas as áreas do parque apresentando solo exposto, compactado, com problemas de drenagem ou erosão.	Alta	Curto	
SO3	Técnica	Executar o plantio de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas em áreas de topo de morro e áreas com inclinação significativa (aclives e declives), para garantir a estabilidade do solo nos taludes e encostas.	Alta	Curto	
RECURSOS HÍDRICOS (RH)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
RH1	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico dos corpos d'água existentes no Parque, identificando sua natureza e status de conservação, para fins de definição do manejo mais adequado.	Alta	Médio	
RH2	Participativa	Mapear a existência de empoçamentos de água que possam estabelecer criadouros para animais sinantrópicos, evitando assim a proliferação de mosquitos transmissores de doenças como a dengue, por exemplo.	Alta	Curto	
RH3	Participativa	Promover, quando necessário, a infiltração e fitorremediação das águas utilizando técnicas de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) como biovaletas, canteiros pluviais, jardins de chuva, bacias de retenção etc.	Alta	Recorrente	
RH4	Técnica	Delimitar e sinalizar com placas indicativas as nascentes porventura localizadas em área interna do Parque.	Alta	Curto	
RH5	Técnica	Os corpos hídricos, incluso subterrâneos, deverão ser monitorados com relação à qualidade de suas águas, seja para aproveitamento, seja para indicação de medidas mitigatórias visando sua recuperação.	Alta	Recorrente	
RH6	Técnica	Realizar plantio de enriquecimento com espécies nativas em áreas de nascente e cursos d'água para contenção das margens, redução dos riscos de erosão, deslizamento e assoreamento, visando a conservação dos recursos hídricos.	Alta	Recorrente	
RH7	Participativa	Realizar plantio de restauração da mata ciliar nos trechos lineares do parque.	Alta	Curto	
RH8	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto incidentes sobre os corpos hídricos e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente	
RH10	Participativa	Limpar e desobstruir os corpos hídricos nos locais onde houver despejo irregular de lixo, entulho, restos de construção ou outros resíduos.	Alta	Recorrente	
RH11	Técnica	Instalar placas informativas sobre a fauna aquática, proibição de depósito de lixo e pesca predatória, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Alta	Curto	
RH12	Técnica	Instalar placas informativas sobre a qualidade da água, proibição de ingestão e banho, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Média	Curto	

VEGETAÇÃO (VE)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO					
VE1	Técnica	Realizar o mapeamento e categorização das Áreas de Preservação permanente (ou outras tipologias de áreas protegidas) existentes na área interna do parque, que deverão ser manejadas em conformidade com a legislação vigente.	Alta	Médio	
VE2	Técnica	Realizar o mapeamento de áreas degradadas, especificando ações de manejo para a recuperação – natural ou induzida – dos ambientes naturais que tiveram suas características originais alteradas.	Alta	Curto	
VE3	Técnica	Mapear a existência de áreas úmidas, ciliares, rupestres, campestres, ecotonais ou outras tipologias de vegetação singulares, assim como de vegetação tombada, que devem receber atenção especial quanto à conservação e manejo diferencial.	Alta	Curto	
VE4	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência no parque, que deverá ser monitorada visando a mitigação de impactos e restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Alta	Recorrente	
VE5	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex. espécies invasoras, vandalismo, desmatamento, coleta ilegal, incêndios, poluentes, etc.) incidentes sobre a vegetação e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente	
VE6	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como desmatamento, despejo de poluentes e resíduos, construção irregular etc.	Alta	Recorrente	
FRAGMENTOS FLORESTAIS					
VE7	Técnica	Realizar levantamento florístico, que deverá ser periodicamente atualizado, sob orientação da equipe técnica do Herbário Municipal.	Média	Recorrente	
VE9	Técnica	Realizar plantio direto e/ou estímulo à regeneração natural para promover a recuperação da vegetação nativa do bioma original, multiplicando-se as espécies já existentes e introduzindo-se aquelas não mais ocorrentes na área, visando a ampliação da biodiversidade.	Alta	Recorrente	
VE10	Técnica	Priorizar o plantio de espécies da flora em risco de extinção, minimizando a erosão genética das populações e disponibilizando germoplasma para ações futuras de recuperação de habitat e reintrodução de espécies nos ecossistemas adjacentes.	Alta	Recorrente	
ÁRVORES					
VE28	Participativa	Manter todas as árvores do Parque, zelando pela sua integridade, saúde e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente	



NOVOS PLANTIOS				
VE39	Técnica	Avaliar a possibilidade de criação de um viveiro para produção de mudas herbáceas, arbustivas e arbóreas, especialmente de espécies nativas, para enriquecimento constante das áreas verdes do parque.	Alta	Curto
VE48	Técnica	Realizar o plantio de trepadeiras nativas para encobrimento e sombreamento da área do pergolado (próximo ao portão 2), proporcionando conforto térmico aos visitantes além de recursos alimentares para a fauna silvestre. Espécies sugeridas: flor-de-são-miguel (<i>Petrea volubilis</i>), primavera (<i>Bougainvillea spectabilis</i>), cipó-tapiá (<i>Cratylia spectabilis</i>), escova-de-macaco (<i>Combretum fruticosum</i>) e cipó-de-são-joão (<i>Pyrostegia venusta</i>).	Alta	Recorrente
VE49	Participativa	Realizar plantio de árvores nativas, incluindo mudas de porte já bem formado, para aumentar disponibilidade de sombra na área do playground (próximo ao portão 1), propiciando conforto térmico e bem-estar aos visitantes.	Alta	Recorrente
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
VE54	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente
VE56	Técnica	Realizar atividades de educação ambiental para sensibilizar a população do entorno do parque para a remoção de plantas exóticas invasoras (cultivadas ou de ocorrência espontânea) em áreas privadas e sua substituição por espécies nativas ou por exóticas não invasoras	Alta	Recorrente
VE58	Técnica	Elaborar plano de manejo das espécies invasoras, contendo Estudo Ambiental e Projeto de Recuperação Ambiental, conforme orientações da Portaria nº 154/2009, que anexa também a Lista Oficial de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras do Município de São Paulo.	Alta	Curto
VE59	Técnica	Elaborar plano de manejo para as espécies exóticas com potencial invasor presentes no parque: cinamomo (<i>Melia azedarach</i>), uva-japonesa (<i>Hovenia dulcis</i>), palmeira-seafórtia (<i>Archontophoenix cunninghamiana</i>), leucena (<i>Leucena leucocephala</i>), alfenerio (<i>Ligustrum lucidum</i>), abacateiro (<i>Persea americana</i>) e palmeira-leque-da-china (<i>Livistona chinensis</i>), lírio-do-brejo (<i>Hedychium coronarium</i>), mamona (<i>Ricinus communis</i>), amoreira (<i>Morus nigra</i>), nespereira (<i>Eriobotrya japonica</i>), jambo (<i>Syzygium jambos</i>), pau-d'água (<i>Dracaena fragans</i>), bambu-de-jardim (<i>Phyllostachys aurea</i>), ipêzinho-de-jardim (<i>Tecoma stans</i>), malvaisco (<i>Malvaviscus arboreus</i>), maria-sem-vergonha (<i>Impatiens walleriana</i>), jaqueira (<i>Artocarpus heterophyllus</i>) e árvore-polvo (<i>Schefflera actinophylla</i>).	Alta	Curto
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS				
VE75	Técnica	Elaborar plano de prevenção de incêndios de acordo com a Lei Municipal nº 14.969 de 2009, a qual institui o Programa de Prevenção a Incêndios e de Proteção das Áreas de Proteção Ambiental - APAs e nos Parques Municipais e baseia a criação	Alta	Curto

		do Programa Fogo Zero, parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU).			
COLETA E PESQUISA					
FAUNA (FA)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
FAUNA SILVESTRE					
FA2	Técnica	Realizar inventário periódico da fauna silvestre, residente ou visitante, presente no Parque, sob orientação da equipe técnica da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Média	Médio	
FA3	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência preferencial, que deverá ser monitorada visando à mitigação de impactos, restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Média	Médio	
FA4	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir elemento hídrico (fontes, lagos ou bebedouros), caso inexistente, para atração de uma maior diversidade de insetos, espécies florestais e também aquelas características de ambientes aquáticos.	Média	Médio	
FA5	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir telhado verde, calçadas verdes e outras infraestruturas verdes em pequena escala como forma de atenuar a presença das edificações como elemento de bloqueio à fauna.	Média	Médio	
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS					
FA30	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno do parque sobre a importância da fauna silvestre e seus mecanismos de proteção previstos em lei, visando minimizar impactos de origem antrópica. Aves e pequenos mamíferos, assim como os não tão carismáticos insetos, aracnídeos, anfíbios e répteis, todos possuem sua importância nas cadeias tróficas, interações ecológicas e equilíbrio funcional dos ecossistemas. É preciso estabelecer metas para que a população possa conviver de forma segura e harmônica com a fauna urbana.	Alta	Recorrente	
PREVENÇÃO DE ACIDENTES					
FA31	Técnica	Treinar os funcionários e prestadores de serviço para o manejo de conflitos e prevenção de acidentes que possam envolver a fauna silvestre, sinantrópica ou doméstica existente no parque.	Alta	Médio	
FA32	Participativa	Instalar placas informativas (permanentes ou não), sobre as espécies da fauna existentes no parque, especialmente aquelas que possam estabelecer conflitos com pessoas e animais domésticos, assim como seus locais preferenciais de ocorrência, visando a prevenção de acidentes.	Média	Médio	
FA34	Técnica	Disponibilizar equipamentos de proteção individual e demais ferramentas necessárias para a segura captura dos animais, assim como abrigos onde os mesmos poderão aguardar, e gaiolas ou caixas de transporte para encaminhamento.	Alta	Recorrente	

ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS					
FA41	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente	
FAUNA DOMÉSTICA					
FA51	Técnica	Retirar estrutura coberta instalada junto ao portão 4, onde moradores do entorno deixam potes de ração para os gatos, na tentativa de minimizar a presença de animais desacompanhados no parque.	Média	Recorrente	
ACESSOS E CERCAMENTOS (AC)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ESTACIONAMENTOS (Veículos/bicicleta)					
AC4	Técnica	Realizar a marcação de pintura de vagas veiculares, especificando vagas preferenciais para Pessoas com Deficiência (PCDs) e vagas para emergência	Alta	Curto	
AC5	Técnica	Adequar o padrão do paraciclo ao dos outros parques municipais e estudar localização sombreada e segura para sua instalação.	Média	Médio	
AC6	Gestão/ operação	Realizar adequação ou abertura no guarda-corpo existente na lateral do estacionamento, para que os vigilantes possam ter acesso rápido ao local e possam orientar os visitantes/ entregadores/ colaboradores que queiram estacionar ali.	Alta	Curto	
FUNDOS DE LOTE					
AC8	Gestão/ operação	Regularizar situação de portas e janelas existentes nas residências/comércios do entorno, que dão acesso/visualização à área interna do parque.	Alta	Médio	
CAMINHOS (CA)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
PASSARELA					
CA1	Participativa	Estudar e revisar a implantação da estrutura da passarela visando a correção de possíveis erros estruturais que afetem a estrutura a médio prazo.	Média	Médio	
CA4	Técnica	Realizar o manejo de espécies exóticas invasoras nas áreas próximas à passarela e mirantes, de forma a liberar a vista e facilitar a visualização do córrego Água Podre e da paisagem do parque pelos visitantes.	Alta	Curto	
PASSEIOS					
CA5	Técnica	Verificar permanentemente a integridade dos pisos táteis e fazer a reposição imediata em caso de falta de alguma peça.	Alta	Recorrente	
CA6	Técnica	Revisar periodicamente as pistas de caminhada e/ou corrida onde haja processos erosivos, que devem ser contidos.	Alta	Recorrente	
TRILHAS					



CA8	Participativa	Realizar estudo de viabilidade da abertura de trilhas na área florestal, mesmo que limitadas à utilização guiada, permitindo maior imersão dos visitantes na natureza local além de melhor visualização do córrego Água Podre. O local que possui melhor vocação para tal encontra-se na lateral esquerda da passarela/deck elevado, próximo à administração, onde existe clareira na área florestal, comportando inclusive a instalação de área de estar de baixo impacto, como redário por exemplo.	Média	Médio	
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO (EM)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ESPORTE E GINÁSTICA					
EM1	Técnica	Incluir o Equipamento de Ginástica em atividades vinculadas ao programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental, como acompanhamento de professor de educação física para aulas de ginástica.	Alta	Médio	
EM2	Técnica	Incluir as Mesas de Xadrez em atividades vinculadas ao programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental, como acompanhamento de professor para aulas de xadrez.	Alta	Médio	
EM3	Participativa	Estudar a possibilidade de ampliar estação de esporte, academia e ginástica, a pedido da comunidade.	Alta	Médio	
EM4	Participativa	Estudar a possibilidade de instalação de cobertura em quadras já existentes do parque linear, a pedido da comunidade.	Alta	Médio	
EM5	Participativa	Estudar o uso atual da Pista de Skate existente no trecho linear e a possibilidade de substituição por nova quadra poliesportiva ou área de jogos e ginástica, a pedido da comunidade.	Alta	Médio	
INFANTIL E LÚDICO					
EM6	Técnica	Estudar e implementar alternativas para viabilizar o uso dos brinquedos em dias quentes no Parque Infantil 1 .	Média	Médio	
EM7	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalação de novos brinquedos atraentes ao público infantil no Parque Infantil 1 , a pedido da comunidade.	Alta	Médio	
EM8	Participativa	Avaliar a possibilidade de ampliar a quantidade de brinquedos no Parque Infantil 2 .	Alta	Médio	
CULTURA E MULTIUSO					
EM9	Participativa	Realizar parceria com a Secretaria Municipal e Cultura (SMC) para instalação de equipamento de cultura em área multiuso ociosa do parque.	Média	Médio	
EM10	Técnica	Estudar a possibilidade de parceria com a Casa de Cultura do Butantã (SMC) para utilização dos espaços multiuso do parque para suporte de atividades culturais.	Média	Médio	
EM11	Técnica	Garantir o uso dos espaços da Sala Multiuso para atividades do Conselho Gestor do Parque.	Alta	Curto	
ESTAR E DESCANSO					
EM13	Técnica	Estudar a possibilidade de instalação de mobiliário com encosto e em materiais de melhor conforto térmico que o concreto.	Alta	Médio	

EM14	Técnica	Incluir a Arquibancada em atividades vinculadas ao programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental, como ponto para apresentações e rodas de conversa, assim como espaço para recepção de grupos de visitantes.	Alta	Curto	
EM15	Participativa	Avaliar a possibilidade de criar espaços para atividades de convivência, a pedido da comunidade.	Alta	Médio	
EM16	Técnica	Estudar a possibilidade de implantar redário na área do sub-bosque.	Alta	Curto	
EM17	Técnica	Estudar a possibilidade de implantar mesas de piquenique na área do sub-bosque.	Alta	Médio	
EDIFICAÇÕES (ED)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ED1	Gestão/ operação	Implantar banheiros na parte de cima do parque.	Alta	Médio	
ED2	Gestão/ operação	Criar estruturas de sombreamento nas áreas de guarita, garantindo conforto térmico aos colaboradores.	Alta	Curto	
ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
IL1	Técnica	Solicitar, junto à concessionária responsável, a avaliação da rede de energia elétrica (existente na área interna e entorno do parque) visando a aplicação de medidas preventivas e mitigatórias para minimizar a ocorrência de acidentes elétricos envolvendo animais silvestres.	Alta	Recorrente	
IL3	Participativa	Estudar sistemas de energia ecoeficientes e que promovam economia de energia para o parque.	Alta	Recorrente	
ÁGUA E SANEAMENTO (AS)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
AS1	Gestão/ operação	Providenciar pontos de água para rega na parte de cima do parque (que não possui nenhum) e mais pontos na parte de baixo.	URGENTE	Curto	
AS2	Técnica	Ampliar a quantidade de bebedouros no parque, inclusive para cachorros, especialmente próximo aos portões de acesso.	Alta	Curto	
AS3	Técnica	Elaborar programa para a gestão dos recursos hídricos, assim como de plano de ação visando o consumo consciente pelos frequentadores do parque.	Alta	Curto	
AS4	Técnica	Ampliar a racionalização do uso de água: captação e aproveitamento de água da chuva e/ou de equipamentos de refrigeração e bebedouros para abastecer reservatórios que poderão ser utilizados para rega, limpeza de pátios e quadras esportivas, ou mesmo no sistema de descarga dos sanitários.	Alta	Médio	
AS8	Gestão/ operação	Identificar a origem e qualidade da água da área brejosa existente próximo à Administração, que é canalizada sob o deck elevado e deságua no córrego Água Podre, para fins de definição do manejo mais adequado; caso se trate de água cinza das casas do entorno, proceder com as medidas cabíveis.	Alta	Curto	



AS9	Participativa	Identificar a origem e qualidade da água que forma empoçamentos próximo à área de divisa com o Atacadista Assaí, para fins de definição do manejo mais adequado; caso se trate de água pluvial, elaborar projeto de drenagem, se possível incluindo Soluções Baseadas na Natureza (SBN), evitando assim a presença de água parada e possibilidade de proliferação de mosquitos transmissores de doenças.	Alta	Curto	
AS10	Participativa	Identificar a origem e qualidade da água existente próximo à divisa com o Motel Belle, para fins de definição do manejo mais adequado.	Alta	Curto	
AS11	Gestão/ operação	Realizar estudo de viabilidade para instalação de um lago com peixes, a pedido da comunidade.	Média	Médio	
RESÍDUOS (RE)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
RE1	Participativa	Ampliar a quantidade de lixeiras no parque, inclusive na passarela.	Alta	Curto	
RE2	Participativa	Instalar cicleias (coleta seletiva) junto aos acessos do parque no Portão 1 e no Portão 2 .	Alta	Curto	
RE3	Técnica	Organizar área de compostagem para o tratamento de resíduos orgânicos do parque e resíduos vegetais (restos de poda e roçada, folhas e flores caídas) e para a realização de atividades educativas com os públicos visitantes.	Alta	Curto	
RE5	Técnica	Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme legislação pertinente, a ser apresentado e aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	Alta	Recorrente	
RE7	Técnica	Segregar os resíduos em três porções: secos, orgânicos e rejeitos, sendo recomendável que os secos sejam subdivididos em categorias.	Alta	Recorrente	
RE16	Técnica	Os resíduos retirados das lixeiras devem ser acondicionados em caçambas fechadas, de preferência sobre estrado (para que não fiquem diretamente em contato com o solo), até sua destinação final, e esse ambiente deve passar por limpeza e inspeção periódicas.	Alta	Recorrente	
RE17	Técnica	Evitar deixar entulho como caixas, tambores, buracos ou vãos em paredes ocas, pneus velhos, armários, sofás e outros tipos de móveis ou qualquer material que possa servir de abrigo para animais sinantrópicos.	Alta	Recorrente	
RE21	Gestão/ operação	Disponibilizar apoio/maquinário para retirada de grandes entulhos presentes no parque, ou pensar em solução alternativa - como, por exemplo, realizar dinâmica com as crianças do CEU, para ressignificação dos entulhos e educação ambiental.	Alta	Recorrente	
GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
GO4	Técnica	Promover o Planejamento Participativo, envolvendo a comunidade para além do Conselho Gestor.	Alta	Recorrente	
GO5	Participativa	Estabelecer processos participativos de escuta comunitária para a implantação de novos equipamentos de lazer, estar e esportes.	Alta	Recorrente	

GO9	Gestão/ operação	Garantir condições de trabalho adequadas à todas as equipes, inclusive o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e ferramentas eventualmente necessários ao correto desempenho de suas atividades.	Alta	Recorrente	
GO10	Gestão/ operação	Garantir instalações e/ou local adequado para guarda de materiais, insumos e ferramentas utilizados pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	
GO11	Gestão/ operação	Garantir infraestrutura de copa, banheiros, vestiários, armários de uso pessoal e demais instalações que se fizerem necessárias pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	
MANUTENÇÃO					
GO12	Gestão/ operação	Garantir que as atividades de manutenção, realizadas sob demanda (por ordem de serviço), sejam efetivas, com a mínima burocracia possível e dentro de prazo aceitável para manter as instalações, equipamentos e edificações do parque em correto funcionamento.	Alta	Curto	
EQUIPE DE ZELADORIA					
GO13	Gestão/ operação	Contratar equipe de zeladoria composta por, pelo menos, 2 zeladores, sendo 1 zelador por turno (realizando revezamento 12-36h), para o Núcleo Nascentes.	Alta	Médio	
GO14	Gestão/ operação	Supervisionar a zeladoria na limpeza de banheiros (diariamente), reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha (sob demanda), limpeza de lixeiras (2x por dia), limpeza de vestiários, cozinha, administração, guaritas e demais edificações (sob demanda).	Alta	Recorrente	
EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM					
GO15	Gestão/ operação	Contratar equipe de jardinagem composta por, pelo menos, 1 jardineiro e 4 ajudantes de jardinagem, para o núcleo Nascentes.	Alta	Médio	
GO17	Gestão/ operação	Contar com um armário para guardarem itens pessoais, além de blusas de frio de uniforme.	Alta	Curto	
GO18	Gestão/ operação	Adquirir adubos e outro insumos necessários de forma regular, conforme requerido pela equipe de jardinagem.	Alta	Recorrente	
GO19	Participativa	Verificar, nos contratos de serviços de poda de árvores, a possibilidade de ampliar a equipe, visando a realização de intervenções que garantam a sanidade geral das árvores do parque.	Alta	Médio	
EQUIPE DE VIGILÂNCIA					
GO20	Gestão/ operação	Avaliar com a DGPU a possibilidade de contratar equipe de vigilância composta por, pelo menos, 20 vigilantes, realizando revezamento (12-36h), sendo: 10 vigilantes diurnos (cinco por dia) e 10 vigilantes noturnos (cinco por dia).	Alta	Médio	
EQUIPE DE VISITAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
GO22	Técnica	Contratar equipe técnica especializada para a realização de atividades culturais, esportivas e de educação ambiental com os usuários do parque, frequentadores de escolas ou outros parceiros existentes no entorno.	Alta	Curto	

COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
CV1	Técnica	Implementar sinalização e comunicação visual do parque com mapas de localização, totens informativos e estações educativas.	Alta	Médio	
CV2	Participativa	Realizar sinalização específica nos mirantes facilitando a visualização do córrego.	Alta	Médio	
CV3	Técnica	Elaborar plano de comunicação visual para que todos os frequentadores conheçam a unidade, sua importância para a sociedade e para a biodiversidade, mas também para indicar informações antes, durante e após a visita que melhorem a experiência durante a estadia no parque.	Alta	Médio	
CV4	Técnica	Criar um plano de comunicação que atenda eixos específicos, como quem busca pelo avistamento de fauna, contemplação de paisagens ou esportes de aventura, mas também temas amplos que interessam a todos, como educação ambiental, história e cultura local e serviços ambientais oferecidos pelo parque, como controle de enchentes, fornecimento de água potável, entre outros.	Alta	Médio	
CV5	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalar placas de identificação de espécies vegetais, especialmente aquelas nativas, de grande valor cultural e/ou paisagístico, além de placas informativas sobre o bioma regional, corpos hídricos, paisagens significativas e fauna silvestre presentes no parque.	Alta	Médio	
CV8	Técnica	Elaborar cartilhas educativas a respeito das instalações e equipamentos do Parque, assim como dos principais ecossistemas, recursos hídricos, elementos paisagísticos, fauna e flora existentes, e os regramentos voltados à sua conservação.	Alta	Curto	
CV9	Técnica	Extrapolar as iniciativas de comunicação para além dos espaços físicos do parque, utilizando-se endereços eletrônicos, redes sociais e comércio do entorno, por exemplo, de forma a alcançar não somente quem já frequenta o local, mas engajando todos os demais que ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma visita.	Alta	Curto	
USO PÚBLICO (UP)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
VISITAÇÃO					
UP1	Técnica	Permitir e incentivar as atividades desenvolvidas ao ar livre, como passeios, caminhadas, contemplação, fotografias, pinturas, piqueniques, desde que não incorram em perturbação/impacto ao solo, fauna, flora e ambiente natural do parque.	Alta	Recorrente	
PROGRAMAÇÃO E PARCERIAS					
UP2	Técnica	Implementar ações de cultura, esporte e ciência nos espaços construídos que estejam ociosos, principalmente no prédio da administração	Alta	Recorrente	
UP3	Participativa	Organizar atividades físicas e culturais voltadas para o público adolescente.	Alta	Recorrente	



UP4	Participativa	Instalar, se possível, CECCO dentro das projeções de expansão do programa junto à SMS.	Alta	Recorrente	
UP5	Participativa	Realizar atividades culturais, tais como cinema a céu aberto, contação de histórias, apresentações musicais etc.	Alta	Recorrente	
UP6	Participativa	Realizar atividades esportivas, tais como tai chi, capoeira, yoga, dança circular, alongamento etc.	Alta	Recorrente	
UP7	Técnica	Elaborar oficinas para resgate das histórias dos parques, valorizando seus principais agentes históricos.	Alta	Recorrente	
UP8	Técnica	Executar avaliação arqueológica para verificar a qualidade dos bens e ruínas existentes e definir se haverá sua retirada e qual sua destinação e elaborar um programa de Educação Ambiental, arqueológica, histórica e patrimonial com os bens que forem avaliados como interessantes	Médio	Médio	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
UP12	Técnica	Solicitar à Coordenação Regional apoio para garantir equipe técnica, instalações e recursos necessários para a realização de atividades de educação ambiental.	Alta	Médio	
UP13	Participativa	Implantar Programa de Educação Histórica e Patrimonial no Parque, evidenciando as memórias, lutas e histórias para sua criação e implantação.	Alta	Curto	
UP14	Técnica	Elaborar programa de Educação Ambiental para parque baseado no Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA), que seja pautado sob a ótica da diversidade, utilizando-se linguagem inclusiva e iconografia didática, atendendo as demandas dos mais diversos grupos sociais, para que sua experiência no parque seja a melhor e mais igualitária possível.	Alta	Curto	
UP15	Técnica	Promover atividades de sensibilização frente às necessidades prioritárias de conservação e preservação da fauna, flora e meio ambiente, incentivando a participação efetiva dos diversos atores da sociedade.	Alta	Recorrente	
UP16	Técnica	Sediar e promover palestras, oficinas, eventos e cursos de temática ambiental para os usuários do Parque, com temas como jardinagem, paisagismo, produção de mudas, compostagem, reconhecimento de espécies da fauna e flora, entre outros.	Alta	Recorrente	
UP17	Técnica	Sediar e promover atividades relacionadas à biodiversidade, como mutirões de plantio e manutenção das áreas verdes, feiras de troca de mudas e sementes, práticas em agroecologia e permacultura, dentre outros.	Alta	Recorrente	
UP18	Técnica	Estruturar uma rede de trilhas e roteiros, guiados ou não, na área interna do parque que facilitem a observação de aves e outros elementos da fauna, observação de espécies significativas, de formações vegetais singulares, conjuntos de importância paisagística e/ou histórica, dentre outros atrativos naturais existentes.	Alta	Curto	
UP20	Técnica	Implantar, caso possível, jardins temáticos (sensorial, rochoso, orquidário, representativo dos biomas, mandala de flores/ervas medicinais/PANCs), oferecendo aos usuários mais opções de lazer, desfrute da natureza e educação ambiental.	Médio	Médio	

UP21	Participativa	Implantar, caso possível, estruturas como meliponário, borboletário, horta comunitária, viveiro de mudas, centro de compostagem e coleta seletiva, dentre outros locais onde os visitantes possam ter participação ativa, interativa e imersiva, estreitando assim sua relação com o parque e meio ambiente.	Médio	Médio	
UP22	Técnica	Instalar roteiro autoguiado ao longo do percurso da passarela/deck elevado, com placas informando sobre o ecossistema, fauna e flora locais, além da inclusão de outras ferramentas educativas, como recursos interativos, táteis e de áudio por exemplo.	Médio	Médio	
UP23	Técnica	Avaliar a possibilidade de implantar jardim temático na área ensolarada através do plantio de espécies campestres da flora nativa do município, visando reconstituir essa fisionomia ecologicamente tão significativa na cidade (Campos de Piratininga) e descrita no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) como relictos do bioma Cerrado (ilhas dispersas no bioma Mata Atlântica).	Médio	Médio	
UP24	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de implantar horta educativa no gramado adjacente à área de playground (próximo ao portão 1), incluindo, caso possível, mural de grafite no muro de divisa com as casas do entorno.	Alta	Médio	
UP25	Técnica	Criar programas ambientais conjuntos entre o Parque e o CEU Butantã.	Alta	Curto	
UP26	Técnica	Realizar estudo de viabilidade da instalação de trilhas educativas no sub-bosque para realização de atividades de Educação Ambiental em contato com a área de mata e córrego.	Médio	Médio	
ENTORNO (EN)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
CONECTIVIDADE					
EN2	Técnica	Solicitar a arborização viária nas ruas do entorno, com a inclusão de espécies arbóreas nativas (melíferas, floríferas e frutíferas), de maior porte possível, de acordo com Manual Técnico de Arborização Urbana da SVMA, promovendo sua capacidade de funcionar como corredores/trampolins ecológicos e maximizando os serviços ecossistêmicos prestados.	Média	N/A	
INTEGRAÇÃO					
EN5	Técnica	Solicitar a criação de um projeto de integração do Núcleo Nascentes do parque com a área norte do CEU Butantã, por onde o córrego Água Podre/Esmeralda segue seu curso, porém, canalizado.	Alta	N/A	
EN6	Técnica	Solicitar a criação de um projeto de integração entre o Núcleo Nascentes e o CEU Butantã a partir da criação de elementos lúdicos visuais e de praça pública integradora, vinculada à criação de recursos de moderação de tráfego.	Alta	N/A	
EN7	Técnica	Solicitar a elaboração de estudos visando a integração e requalificação da Praça Ypuera com recursos semelhantes aos do parque em complementariedade de projeto.	Alta	N/A	

EN8	Técnica	Solicitar a instalação de comunicação visual indicativa ao caminhante e aos motoristas sobre localização do parque em parte do entorno imediato.	Alta	N/A	
EN10	Técnica	Solicitar a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização da Rede Socioambiental, instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque (Território-Parque), de maneira a articular, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes no território	Alta	N/A	
IMPACTOS					
EN11	Participativa	Solicitar que o parque seja considerado em eventual estudo de impacto ambiental para intervenções na Rodovia Raposo Tavares.	Alta	N/A	
EN12	Participativa	Solicitar ao DER, a instalação de placa indicando Área de Preservação Permanente (APP), na rodovia Raposo Tavares, para o caso de acidentes com produtos perigosos e prevenção de impactos na nascente do parque.	Média	N/A	
EN13	Participativa	Solicitar a elaboração de um protocolo de prevenção de acidentes no trecho linear devido ao risco de queda de pessoas e animais no leito do córrego.	Alta	N/A	
EN14	Participativa	Acompanhar o Grupo de Trabalho Intersecretarial para avaliar o eventual impacto ambiental da obra "Nova Raposo" sobre o parque.	Alta	N/A	
DADOS E MAPAS					
EN15	Técnica	Atualizar os mapas sobre Uso do solo predominante (Mapa 2) e Cortiços, favelas e loteamentos irregulares (Mapa 3) na área de influência, e as descrições correspondentes, quando o portal Gesosampa atualize sua base de dados com o Censo 2022.	MEDIA	N/A	

Legenda

Desejos de Futuro



10.4. Planos, programas e projetos

O Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) de 2022, instituído pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), é composto por diversos parques urbanos e lineares, além de outras áreas, sejam elas edificadas ou não, públicas ou privadas. Seus objetivos são:

- I. Proteger a biodiversidade;
- II. Conservar áreas que prestam serviços ambientais;
- III. Proteger e recuperar remanescentes de Mata Atlântica;
- IV. Qualificar áreas verdes públicas;
- V. Incentivar a conservação de áreas verdes de propriedade particular;
- VI. Conservar e recuperar corredores ecológicos em escalas municipal e metropolitana;
- VII. Cumprir as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Entre as diretrizes do SAPAVEL, além do incentivo às parcerias entre os setores público e privado, destacam-se a ampliação da oferta de áreas verdes públicas, a recuperação de áreas degradadas e a conservação e proteção de solos permeáveis, da cobertura vegetal e das áreas de preservação permanente.

Nesse sentido, ressalta-se que os planos e programas municipais se configuram sob esse guarda-chuva afim de proporcionar uma visão de longo prazo para a gestão ambiental da cidade. Esses, a partir de ações coordenadas, facilitam a coordenação entre diferentes setores da administração municipal garantindo que as ações ambientais sejam integradas e complementares.

Os planos ambientais e setoriais do município de São Paulo são instrumentos de planejamento que orientam a política pública e a gestão ambiental da cidade. Estes planos são elaborados com base em diretrizes legais, como o PDE e outras normativas municipais, estaduais e federais. Eles servem como guias para a implementação de ações, programas e projetos voltados à sustentabilidade e ao desenvolvimento urbano equilibrado.

Buscou-se elencar os planos que possuem relação direta ou indireta com os parques urbanos, pois estão voltados à conservação de recursos naturais (proteção de áreas verdes e da biodiversidade urbana); à mitigação de impactos ambientais, no controle da poluição do ar, água e solo e gestão de resíduos; à adaptação às mudanças climáticas, aliando ações de resiliência urbana para enfrentar efeitos das mudanças do clima e soluções baseadas na natureza; e ao engajamento e participação social, dado que alguns parques possuem o potencial de promover o ecoturismo local, a educação ambiental e a participação comunitárias em diferentes práticas e projetos sustentáveis.



Tabela 13 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes

Planos
Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais
Cadernos de priorização de obras de drenagem das Subprefeituras
Planos Regionais das Subprefeituras – PRS
Plano Municipal de Habitação – PMH
Plano de Melhoramentos Municipais Viários e Ciclovitários
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP - PDUI-RMSP
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMDRSS
Plano Municipal de Saneamento Básico
Plano Municipal de Ordenamento e Proteção da Paisagem
Plano Municipal de Educação/ Currículo da Cidade, destinado ao Ensino Fundamental, a partir da Base Nacional Comum Curricular e Plano Municipal de Educação (Lei 16.271/2015);
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGRIS)
Plano de Mobilidade Urbana do Município de São Paulo 2015 - PlanMob SP 2015 (Decreto 56.834/2016);
Plano Municipal de Políticas para Mulheres
Plano Municipal de Segurança Alimentar
Plano Municipal da Primeira Infância
Planos de Ecoturismo: Geral e Cantareira
Plano Estadual de Recursos Hídricos
Programas
Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos do Município de São Paulo 2014/2033 (Decreto 55.747/2014)
Programa Escolas Sustentáveis 2019-2020
Programa Nascentes do Estado de São Paulo (Decreto Estadual 60.521/2014)
Programa Pomar Urbano
Projeto Hortas e Viveiros Urbanos, do Programa Operação Trabalho (Lei 13.689/2003)

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 14 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP

Plano de Ação Climática - PlanClima
Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU
Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - Planpavel
Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais – PMSA
Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)

Fonte: ONU-Habitat



Estes planos constituem as políticas públicas mais relevantes para os parques da cidade e procuram que o desenvolvimento da cidade ocorra de maneira sustentável e integrada. Destes planos se desprendem programas que têm, como finalidade, a implementação das políticas públicas. Alguns destes programas são implementados nos parques da cidade. Estes são:

Programa de Lixo Zero em Parques Municipais

Este programa orienta e cria soluções para que os resíduos sólidos sejam reaproveitados e reutilizados corretamente com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e de maneira integrada ao PGRIS Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS) e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). De maneira complementar, o Programa segue o Projeto de Comunicação Visual da SVMA.

Programa Sampa Saúde em Movimento

Este programa leva, profissionais da educação física e nutricionista aos parques de São Paulo para que tracem planos de exercícios e de reeducação alimentar. Esses profissionais são capacitados para atendimento e orientação necessária para alertar sobre o sedentarismo e promover as atividades físicas.

Programa Vamos Trilhar

Este programa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) e da SVMA, desde 2024, estimula a visita aos parques naturais municipais de São Paulo com transporte gratuito e entregando um kit com camiseta, água e lanche.

Projeto Pedal Sampa¹²

Este projeto proporciona atividades e ações voltadas ao esporte educacional, visando a inclusão social das crianças, jovens e pessoas idosas, destinadas a promover o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável, saudável e acessível na cidade. O programa visa incentivar a mobilidade urbana por bicicletas, reduzindo o uso de veículos motorizados, melhorando a qualidade de vida das pessoas e contribuindo para um ambiente urbano mais sustentável.

Através da expansão da infraestrutura cicloviária, atividades pedagógicas e de apoio aos ciclistas, o programa busca criar uma cidade mais conectada e ambientalmente responsável. É um programa que poderia funcionar em parceria com o Programa Vamos Trilhar em parques urbanos municipais.

Programa Operação Trabalho (POT)

Este programa tem como objetivo de conceder atenção especial às pessoas trabalhadoras desempregadas, residentes no município de São Paulo, pertencentes a famílias de baixa renda, visando estimulá-las à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho.



O Programa hoje abrange diversas frente de trabalho incluindo o “POT Parques” com atividades voltadas à manutenção e preservação de parques municipais e oferecendo também um curso de educação ambiental e jardinagem para os trabalhadores do parque.

Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável

Este programa promove a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar das pessoas idosas. Ele visa estimular a participação social, a prática de atividades físicas, o aprendizado contínuo e a sociabilidade entre pessoas idosas - contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável.

Este programa, nos parques urbanos municipais, poderia estar vinculado a entidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (UBS, CECCO) e contemplar terapias comunitárias integrativas, horticultura e outras atividades relevantes, a partir do preconizado no Programa São Paulo Amigo do Idoso (programa do Governo do Estado) e Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa (Governo Federal).

Programa Fogo Zero

A parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) tem o objetivo de agilizar o atendimento e o combate ao fogo em áreas de proteção ambiental e parques, além de proteger toda a diversidade de fauna e flora. A implementação de um programa abrangente para proteção, fiscalização e combate a incêndios em parques urbanos serve à preservação do meio ambiente e à segurança dos visitantes. Esse programa combina esforços de prevenção, infraestrutura adequada, monitoramento constante, resposta rápida e recuperação eficaz para minimizar os impactos dos incêndios e promover a sustentabilidade dos parques urbanos.

10.5. Parcerias

A gestão do parque pode promover parcerias com diferentes entidades, públicas e privadas, para implementar este plano de gestão.

As parcerias privadas devem ser formalizadas conforme a Portaria nº 29/SVMA/2021, que estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à SVMA. Elas podem ser com o setor privado ou com entidades sem fins lucrativos e devem atender os seguintes critérios:

- Parcerias com empresas: atendem o estabelecido na Lei Municipal nº 14.223/2006: "Cidade Limpa", que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo; podem ser firmados termos de cooperação de 36 meses que regulam a exposição da marca.
- Parcerias com o terceiro setor: seguem o estabelecido na Lei Municipal nº 13.019/2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos



previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

As parcerias com órgãos públicos são estabelecidas por meio de convênio. A gestão do parque pode propor este tipo de parcerias à Direção da DGPU, para que seja analisada de forma centralizada na SVMA.

11. Sistema de monitoramento e avaliação

O Plano de Gestão conta com um sistema de monitoramento e avaliação com dois objetivos: a) gerar informação com indicadores gerais para todos os parques da cidade que permitem ler e avaliar os principais aspectos do parque e b) assegurar a efetividade na implementação do próprio plano.

A gestão do parque é responsável pela coleta das informações e alimentação do sistema de monitoramento. Esta informação é apresentada uma vez ao ano durante a última sessão ordinária anual do conselho gestor do parque (ou do CADES regional, caso não esteja constituído o conselho gestor), com a finalidade de prestar contas à sociedade. Para este fim, a gestão deve preparar uma apresentação com todas as informações deste sistema de monitoramento e avaliação, as gerais e as específicas do plano de gestão. Nesta sessão, é feito um balanço da gestão e elaborada uma proposta de próximos passos para uma implementação eficiente e efetiva do plano de gestão.

Em paralelo à prestação de contas ao conselho gestor, a gestão do parque deve apresentar as informações coletadas, periodicamente, à coordenação regional e à direção da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA, conforme o calendário e os procedimentos estabelecidos internamente.

O processo de monitoramento e avaliação tem o princípio pedagógico para a comunidade do parque, bem como auxiliar os processos de tomadas de decisão, as ações estruturadas, as solicitações por recursos ou obras e todas as demais medidas do conselho gestor e da gestão do parque.

11.1. Monitoramento geral dos principais aspectos do parque

Dentre os principais aspectos do parque que necessitam de indicadores de monitoramento e avaliação, observaram-se cinco eixos temáticos, que buscam abarcar as principais características socioambientais, físicas e de gestão que um parque deve oferecer para a sociedade. São eles os eixos: social, biodiversidade, mudanças climáticas, estrutura do parque; e governança.

A gestão do parque deve monitorar e divulgar os resultados periódicos básicos, apoiados nesses eixos, a fim de demonstrar a efetividade do parque como espaço público específico, ou de apontar a necessidade de ajustes de conduta, de políticas, de contratos e de atividades.



Alguns dos indicadores adotados devem ser produzidos sazonalmente pela gestão do parque. Outros são produzidos pelos sistemas de indicadores já instituídos na SVMA. São eles a publicação anual Indicadores de Parques Urbanos, produzido pela parceria entre a gestão municipal e a Fundação Aron Birmann e a publicação anual Biosampa. Esta última tem como base a *Convention on Biological Diversity* (CBD, em português Convenção Sobre Diversidade Biológica), tratado cujo Brasil é signatário e a SVMA utiliza suas definições para monitoramento e avaliação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos do território municipal.

I. Indicador social

O parque deve ser frequentado em todos os horários, pela população como um todo, em atividades estruturadas ou livres.

O indicador do eixo social se refere aos limites do parque e é composto pelos dados necessários para a avaliação da efetividade do espaço público quanto a se tornar um destino atrativo à população. Ou seja, um dos princípios fundamentais de um parque inserido no tecido urbano é ser frequentado, visitado e usado pela população.

Se faz fundamental saber, também, qual a diversidade da população que frequenta o parque e quais os horários. Assim, a finalidade principal será de entender, ao longo do tempo, o estado da visitação e o quanto os espaços do parque estão democratizados.

As partes envolvidas na coleta de informação e alimentação deste indicador são: a gestão do parque, os funcionários de vigilância e manutenção do parque, as divisões relevantes da SVMA.

A coleta de dados sobre a população que circula no parque deverá ser feita a partir de uma contagem desagregada e fornece as seguintes informações:

- o Se o parque está sendo frequentado;
- o Quais os grupos sociais que frequentam (por idade, gênero, cor, deficiência);
- o Quais os horários que frequentam.

A coleta dos dados deve ser realizada pela gestão do parque, em **quatro épocas do ano**, fora de período de férias e fora de finais de semana, em dia ensolarado, da seguinte forma:



Tabela 15 - Distribuição anual dos períodos de coleta

Coleta	Mês	Dia	Horário
1	janeiro	Dia útil	Entre 6h e 18h
2	janeiro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
3	abril	Dia útil	Entre 6h e 18h
4	abril	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
5	julho	Dia útil	Entre 6h e 18h
6	julho	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
7	outubro	Dia útil	Entre 6h e 18h
8	outubro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h

Fonte: ONU-Habitat

Coletas 1, 3, 5, e 7: uma pessoa funcionária deve se posicionar em cada acesso do parque, com contador estatístico, registrando a entrada de todos as pessoas visitantes no período de coleta.

Coletas 2, 4, 6 e 8: uma pessoa funcionária deve circular pelo parque com a ficha de pesquisa e entrevistar um número de pessoas definidos a partir de critérios de amostragem, a serem definidos pela DGPU.

Os dados dos contadores devem ser registrados em relatório específico no mesmo dia da contagem. Os dados das fichas de pesquisa devem ser dispostos em relatório específico, produzidos em até 24 horas após o dia da coleta. As fichas de pesquisa devem ser arquivadas na administração do parque, devem digitalizadas e compor o relatório como anexo. A periodicidade de publicação deste indicador é anual.

As respostas das fichas de pesquisa devem ser tabuladas, resumidas e registradas em planilha disponibilizada pela gestão do parque à DGPU da SVMA.

Pontuação: se mede a variação entre um ano e o seguinte, sendo o ano 0 a linha de base com a coleta realizada nas quatro épocas do primeiro ano; o ano 1 corresponde à coleta nas quatro épocas do ano seguinte. O cálculo final do indicador social anual é feito pela média aritmética da pontuação alcançada pelas 11 variáveis.

Tabela 16 - Distribuição anual dos períodos de coleta

Variável:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis	
Ano	Visitação diária total (média entre coletas 1, 3, 5, 7)	Visitação por grupo										TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis	
		Crianças 0 a 14 anos			Jovens 15 a 24 anos				Idosos 60+				PCD
		total	Gênero feminino		total	Gênero feminino		total	Gênero feminino				
			ma- nhã	noi- te		man- hã	noite		ma- nhã	noi- te			
Ano 0 – linha base													
Ano 1													
Variação (1 - 0) / 1 %													
Pontuação													
Ano 2													
Variação (2 - 1) / 2 %													
Pontuação													

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 17 - Pontuação dos dados coletados pela variação anual

Varição anual	pontuação
< 0	-1
0	0
0 – 5%	1
5% – 10%	2
> 10%	4

Fonte: ONU-Habitat

- Resultados da análise e avaliação dos dados processados

A análise de dados deve descrever as variações entre as variáveis individualmente e do valor final da pontuação do indicador. Pode produzir gráficos, exibir imagens de campo, descrever situações esporádicas no parque que justifiquem eventuais variações abruptas, entre outras informações que demonstrem detalhes importantes para constatar algum argumento ou hipótese da análise.



- Recomendações à gestão do parque e à gestão central e aprendizagem obtida a partir do processo e dos resultados

O indicador, suas variáveis e sua comparação com anos anteriores pode indicar a necessidade de melhorias físicas no parque, podem indicar o sucesso de atividades esporádicas, condições que, na visão da gestão, possam melhorar o desempenho deste indicador. Pode descrever, também, as condições da coleta, dificuldades e experiências das equipes de campo e sugestões de alterações metodológicas.

II. Indicador de biodiversidade

O parque deve ser um ambiente que oferece abrigo à fauna e que apresenta flora nativa diversa e sadia. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores de biodiversidade do Biosampa correspondentes ao parque. As informações de biodiversidade devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

III. Indicador de mudanças climáticas e serviços ecossistêmicos

O parque deve ser um importante instrumento para adaptação e mitigação climática. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes à área refrescante, estoque de carbono, percentagem (%) de área permeável, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

IV. Indicador de gestão da estrutura do parque

O parque deve oferecer conforto e serviços básicos às pessoas usuárias. Uma vez publicado o relatório anual do Indicador de Parques de São Paulo, elaborado pela Fundação Aaron Birman em parceria com a SVMA, a gestão do parque deve coletar a informação e incluir elas na apresentação para a sessão anual de prestação de contas do conselho gestor do parque.

V. Governança

O parque deve contar com uma gestão participativa e transparente. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes aos indicadores de governança, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.



11.2. Monitoramento da implementação das ações do plano de gestão

Para alcançar seus objetivos, o Plano de Gestão contém um quadro de diretrizes, que representam o resultado propositivo de todo seu processo de elaboração, diverso e participativo. A implementação do Plano de Gestão implica a transformação das diretrizes em ações efetivas. Para tanto, as diretrizes foram classificadas em dois grupos:

- o O primeiro grupo é composto pelas diretrizes que podem ser transformadas em ações concretas e mensuráveis. Assim, de forma a se transformar em ferramenta ágil de consulta, execução e conferência, essas diretrizes contidas neste segundo grupo estão dispostas em forma de *checklist*, sobre o qual a gestão poderá apontar com facilidade as ações já executadas e o conselho gestor, a SVMA e quem mais de interesse, possa rapidamente se apropriar como está a evolução destes pontos na gestão deste parque.
- o O segundo é o grupo de diretrizes que são orientativas e expressam a qualidade das ações do primeiro grupo e outras considerações importantes na gestão do parque. Este grupo de diretrizes não é mensurável e não se inclui no quadro de monitoramento.

Na tabela do Anexo II, se encontra o quadro de monitoramento que a gestão do parque poderá usar como ferramenta de monitoramento do avanço na implementação do Plano de Gestão, de forma a prestar contas periodicamente ao Conselho Gestor e à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA



12. Referências Bibliográficas

- ALEGRE Escorza, M., RODRÍGUEZ Garabot, E., Alata Ninapaytan, M. P., Nogales Fernández-Blanco, L., Quispe Mogrojevo, S., Velarde Herz, F., & De La Cruz Chaupiz, L. Guia de intervenções em espaços públicos: Ferramentas municipais para a criação de espaços públicos de qualidade na América Latina. CAF, 2022.
- ARAGÃO, J. A. C. Governança e Administração Pública: Um Estudo de Caso no Contexto do Serviço Público Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1980.
- CITES. Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora. Appendix II. Geneva, 2022. Disponível em: <https://www.cites.org/eng/app/appendices.php>. Acesso em: dez. 2023.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.
- DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GEOSAMPA. Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: fev. 2024.
- GEOSAMPA. Metadados. Disponível em: <https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/fa7525ad-a831-4167-b096-7f5550f18b0f>. Acesso em: ago. 2024.
- Habitasampa. Portal da Secretaria de Habitação de São Paulo. Disponível em: <http://www.habitasampa.inf.br/>. Acesso em: ago. 2024.
- ISA, Instituto Socioambiental. Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para gestão. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org>. Acesso em: ago. 2024.
- KLIASS, Rosa G. Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade. São Paulo: PINI, 1993.
- LIMA, Fernanda L. Parques para pessoas: ideias e estratégias adotadas na fundação e na gestão dos parques urbanos municipais de São Paulo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. 2021.
- LOSS, S., WILL, T. & MARRA, P. The impact of free-ranging domestic cats on wildlife of the United States. Nat Commun 4, 1396, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/ncomms2380>. Acesso em: out. 2022.
- LOWE, S., BROWNE, M. & BOUDJELAS, S. 100 of the World's Worst Invasive Alien Species: a Selection from The Global Invasive Species Database. Invasive Species Specialist Group, International Union for Conservation of Nature, 2000.
- MEA. Avaliação do Ecossistema do Milênio. Ecossistemas e bem-estar humano: síntese. Washington, D.C.: Island Press, 2005.
- ONU (2007). Online Forum. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: ago. 2024.
- ONU (2020). IOM: Full Glossary of Terms to describe sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics. United Nations Network on Migration, 2020.



Disponível em: <https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/documents/IOM-SOGIESC-Glossary-of-Terms.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

ONU (2022). Virtual Workshop on the Promotion of Intergenerational Equity for Sustainable Development. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/en/news-and-events/calendar/ModuleID/1146/ItemID/3120/mctl/EventDetails>. Acesso em: ago. 2024.

ONU (2024). Global Public Space Programme (sítio do programa), 2024. Disponível em: <https://unhabitat.org/programme/global-public-space-programme>. Acesso em: ago. 2024.

ONU-Habitat (2022). Cidade Dela. ONU-Habitat (publicação digital), 2022. Disponível em: <https://hercity.unhabitat.org/>. Acesso em: ago. 2024.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: Propostas para uma agenda de pesquisa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos do Lazer., V. 1, N. 3, 2014.

PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial. RIBEIRO, S.K.; SANTOS, A. S. (Eds.). Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 2016.

PDE (2014/2023). Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Atualizada pela Lei nº 17.968, de 20 de junho de 2023.

PLANCLIMA SP. Plano de Ação Climática do Município de São Paulo 2020-2050. Instituído pelo Decreto nº 60.290 de 4 de junho de 2021.

PLANPAVEL. Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres. Aprovado pela Resolução Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo - SVMA/CADES Nº 228 de 18 de maio de 2022. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/projetos_e_programas/284679. Acesso em: ago. 2024.

PMMA. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMMA_final_8_jan%20ok.pdf. Acesso em: jan. 2024.

PMSP, 2016. Planos Regionais das Subprefeituras: Butantã. Cadernos das subprefeituras. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>. Acesso em: fev. 2024.

PMSP, 2021. Plano Diretor de Drenagem e Cadernos de Drenagem. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/obras_de_drenagem/index.php?p=230496. Acesso em fev. 2024.

PMSP, 2024. Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz - CADES REGIONAIS. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SANTOS, Milton. O espaço público. São Paulo: Nobel, 1996.

SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. Atualizada pela Lei Municipal nº 17.794 de 27 de abril de 2022.

SÃO PAULO (CIDADE). Índice BIOSAMPA 2021: 23 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada / Coordenação: DOS SANTOS, Rodrigo Martins; SOUSA, Mariana Mendes de. São Paulo: SVMA, 2022.



SÃO PAULO (CIDADE). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022.

Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx.

Acesso em: 20 jan. 2024.

SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 15.910 de 27 de novembro de 2023. Dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.

SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 16.402. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação no Município de São Paulo - LPUOS. Atualizada pela Lei nº 18.081 de 19 de janeiro de 2024.

SÃO PAULO (CIDADE). Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais / Coordenação: SANTOS, Rodrigo Martins dos. São Paulo: SVMA, 2020.

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura Municipal de São Paulo, Diretoria de Projetos, Meio Ambiente e Paisagem Urbana. Relatório: leitura urbana/levantamento fotográfico do Parque Linear do Córrego Água Podre. São Paulo, junho de 2008.

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura Municipal de São Paulo, Herbário Municipal. Relatório de Caracterização da Vegetação do Futuro Parque Água Podre. São Paulo, dezembro de 2012.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Estadual nº 63.853, de 27 de novembro de 2018. Declara as espécies da fauna silvestre no Estado de São Paulo regionalmente extintas, as ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as com dados insuficientes para avaliação, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1: Poder Executivo, São Paulo, v. 128, n. 221, p. 01-11, 29 nov. 2018.

SILVA, L. J. M. Parques urbanos: a natureza na cidade: uma análise da percepção dos atores urbanos. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentado. Brasília: UNB Centro de Desenvolvimento Sustentado, 2003.

SOULÉ, Michael. Conservation Biology and The "Real World". In: SOULÉ, Michael (Edited by). Conservation Biology: The Science of Scarcity and Diversity. Michigan, 1986

Webparques. Portal da Secretaria de Verde e Meio Ambiente de São Paulo. Disponível em: <https://webparques.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: ago. 2024.

WORLD BANK Group. Inclusive Cities Program, 2024. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/en/topic/inclusive-cities#1>. Acesso em: ago. 2024.



Anexo: Processo participativo do Plano de Gestão

1. Introdução

O presente anexo integra o **Plano de Gestão do Parque Linear Água Podre - Ypuera** e visa apresentar o processo de participação social promovido em abril de 2024, através das *Oficinas participativas do Plano de Gestão do Parque Linear Água Podre - Ypuera* com o envolvimento da sociedade civil e diversos setores relacionados ao parque. Além de ter como objetivo estabelecer o registro e o memorial das atividades realizadas, este documento trata da metodologia e ferramentas aplicadas, bem como apresenta os resultados das oficinas.

Foi realizada uma oficina no Parque Linear Água Podre - Ypuera, voltada ao público em geral, a qual ocorreu em formato presencial e contou com 22 participantes, além da equipe de facilitação e apoio do ONU-Habitat. A atividade aconteceu no dia 13 de abril de 2024, das 10:00 às 13:00 no Centro Educacional Unificado – CEU Butantã (Av. Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, 1870, Jardim Esmeralda).

As atividades aconteceram no âmbito da iniciativa “Viva o Verde SP” para o desenvolvimento dos Planos de Gestão de oito parques do município de São Paulo: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis. Ao todo, foram conduzidas 12 oficinas, das quais oito foram destinadas ao público em geral e quatro direcionadas especificamente para crianças e adolescentes. No total, as oficinas reuniram 253 pessoas participantes, sendo 107 crianças e adolescentes e 146 adultas representando o público geral (mulheres transgênero, mulheres cisgênero, homens transgênero, homens cisgênero, pessoas não binárias, pessoas indígenas, brancas, pretas, pardas e/ou amarelas). Foram coletadas 540 contribuições referentes aos problemas, causas, soluções e desejos de futuro para cada parque.

As oficinas voltadas ao público em geral dos oito parques aconteceram aos finais de semana (sábado ou domingo), nos períodos da manhã ou tarde. As datas, período e local para realização das atividades foram definidos em reuniões com os diversos conselhos relacionados a cada parque contemplado pela iniciativa. A maior parte dos conselhos consultados sugeriu que as oficinas ocorressem em outros locais que não o parque, mas nas suas intermediações em algum equipamento público ou comunitário. Isso ocorreu previsivelmente nos parques em implantação, dado que os espaços não possuíam, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, uma infraestrutura que recebesse as pessoas participantes. Também sucedeu em alguns parques implantados pelos seguintes argumentos: 1. Os parques são recém implantados e ainda não tão conhecidos ou frequentados pelas pessoas do território; 2. Os parques implantados não possuem fácil acesso de transporte público ou não possuem um espaço percebido pelos participantes do Conselho como adequado para realização das dinâmicas pretendidas.

Desse modo, a metodologia foi desenvolvida considerando as diversas situações que foram observadas e manifestadas pelas partes envolvidas, tal como será apresentado no item a seguir.

As fotos apresentadas neste documento foram tiradas pela equipe do Viva o Verde SP, salvo exceções, nas quais será indicada a pessoa que fotografou. As tabelas e gráficos foram elaborados com base nos resultados as ferramentas e questionários aplicados ao longo das atividades.

2. Metodologia

A metodologia foi elaborada de acordo com a situação do parque (implantado ou em implantação) e perfil do público-alvo (geral ou crianças e adolescentes). Dessa forma, foram estruturados quatro tipos de oficinas, as quais poderiam acontecer nos parques ou em algum equipamento próximo:

- Oficina no Parque I: voltada ao público em geral;
- Oficina no Parque II: voltada a crianças ou adolescentes;
- Oficina no Bairro: voltada ao público em geral; e
- Oficina na Escola: voltada a crianças ou adolescentes.

Figura 29 – Tipos das oficinas



Fonte: ONU-Habitat

Cada oficina contou com duas partes: um momento introdutório (M1) com a apresentação do projeto e dos objetivos da oficina, seguido por um segundo momento (M2) onde foram realizados o levantamento inicial dos temas do parque, uma roda de sensibilização com perspectiva de gênero, o reconhecimento do parque e problematização do espaço público e por fim, o levantamento de problemas, causas, soluções e desejos de futuro para o parque.



As oficinas destinadas ao público em geral foram previstas com três horas de duração e as oficinas direcionadas às crianças ou adolescentes foram previstas, em média, com duas horas e meia de duração.

No Parque Linear Água Podre – Ypuera o formato adotado para a oficina foi a "Oficina no Bairro".

O tópico a seguir apresentará as ferramentas aplicadas associadas a uma leitura dos resultados obtidos na oficina.

3. Ferramentas aplicadas e resultados¹⁷

As ferramentas serão apresentadas na ordem em que foram aplicadas na oficina.

3.1 Perfil das pessoas participantes

3.1.1 Formulário de inscrição

Junto aos convites para as oficinas foi disponibilizado um formulário de inscrição para preenchimento online, com o objetivo de estimar a quantidade de pessoas interessadas em participar da atividade, assim como seu vínculo e proximidade com os parques e a frequência com que os visitam. Através do formulário foi possível coletar o nome da pessoa participante; a organização (ou conselho) a qual pertence, se pertinente; qual oficina teria o interesse em participar e com qual frequência visita o parque em questão.

O formulário de inscrição do Parque Linear Água Podre - Ypuera obteve 20 pessoas inscritas, cuja maioria frequenta o parque uma ou duas vezes por semana.

Tabela 18 - Frequência de visitação das pessoas inscritas

Uma ou duas vezes por semana	50,00%
Três ou quatro vezes por semana	0,00%
Cinco ou mais vezes por semana	10,00%
Eventualmente	40,00%
Raramente	0,00%

¹⁷ As ferramentas foram desenvolvidas com inspiração nas seguintes referências: [Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design \(World Bank Group\)](#); [Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género \(Collectiu Punt 6\)](#); [Caderno de Oficinas Cidade Mulher \(ONU-Habitat\)](#); Metodologia Árvore dos Sonhos (Instituto Socioambiental).



3.1.2 Lista de presença

A lista de presença foi disponibilizada no dia da atividade e foi solicitada a assinatura de cada pessoa participante, indicando sua instituição e cargo, quando aplicável.

Foram registradas 20 pessoas, sendo a maioria de Organizações da Sociedade Civil (OSC). Durante a elaboração deste plano, cabe destacar que não havia um Conselho Gestor estabelecido para o parque.

Tabela 19 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem)

Visitante/Morador(a)	20,00%
Conselho gestor	0,00%
Funcionário público	20,00%
Equipe operacional	0,00%
OSC	50,00%

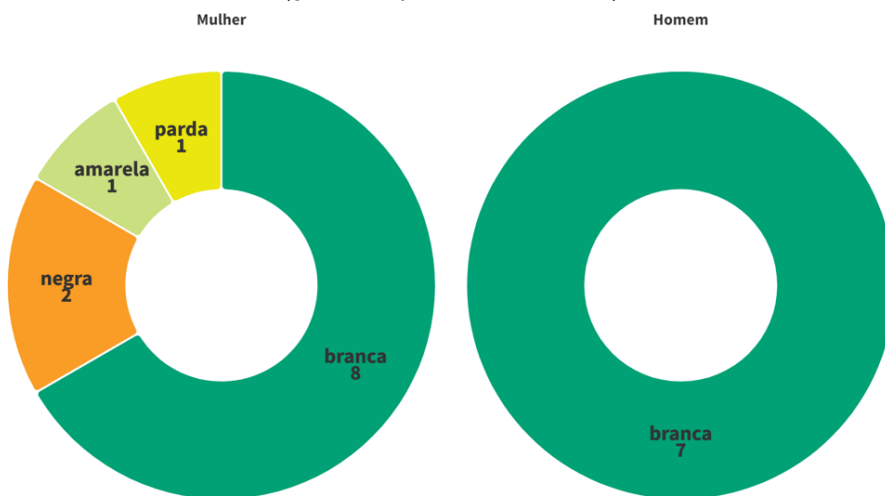
3.1.3 Questionário de perfilação

Instrumento distribuído na recepção das pessoas participantes, para preenchimento anônimo, contendo um questionário de perfilação com o objetivo de identificar os grupos representados pelos dados coletados na oficina, sobretudo relacionado a questões de gênero, etnia, raça e sexualidade.

Foram obtidas 22 respostas do questionário, sendo 12 mulheres cisgênero, sete homens e três pessoas não responderam o formulário.

A maioria se identificou como pessoa branca, demora 15 minutos para chegar até o parque, utilizando a caminhada como meio de transporte.

Figura 35– Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário (gênero e perfil étnico-racial)



Fonte: ONU-Habitat

Figura 30– Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora



Fonte: Desconhecido / ONU-Habitat



3.2 Nuvem de palavras

A atividade foi realizada no primeiro momento (M1) da oficina, após a apresentação de introdução ao projeto, com o objetivo de identificar os temas geradores e questões relevantes que as pessoas identificam no parque.

Em formato de roda, cada pessoa se apresentou brevemente e respondeu, com uma ou poucas palavras, à pergunta: “Qual é a importância desse parque para você?”. As respostas foram escritas em um painel, o qual ficou disponível ao longo da oficina como registro e nuvem de palavras que poderiam ser retomadas ao longo das discussões abordadas na oficina.

Figura 37– Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta “Qual é a importância desse parque para você?”



Fonte: ONU-Habitat

3.3 Diagrama de estrela

Instrumento utilizado para promover uma compreensão coletiva da importância da perspectiva de gênero no planejamento urbano e para avaliar a sensação de segurança e conforto em diferentes partes do parque ou seu entorno.

No primeiro momento (M1) da oficina, as pessoas participantes indicaram no diagrama, de forma individual e anônima, suas percepções envolvendo diversos temas relacionados aos espaços de lazer ao ar livre. Ao término da atividade, a equipe facilitadora estimulou reflexões acerca das diversas perspectivas que devem ser consideradas ao se pensar a cidade.

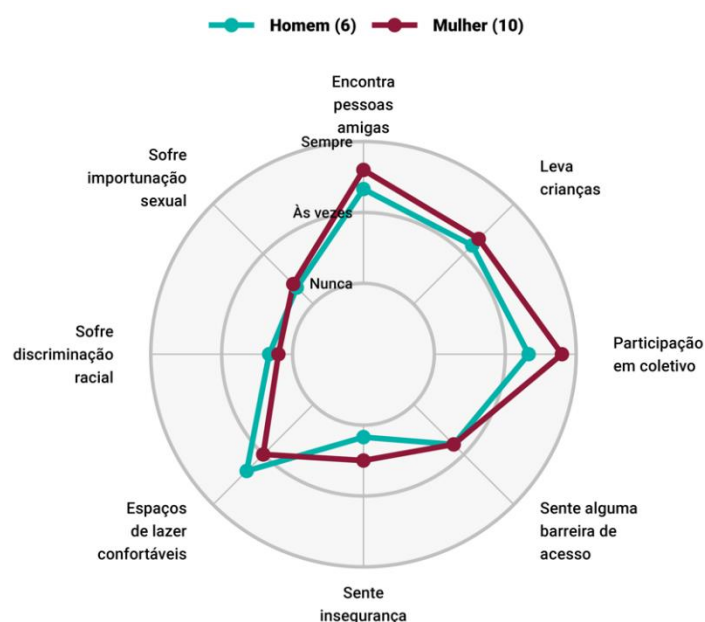
As perguntas apresentadas no instrumento ofereciam as opções de resposta "Sempre", "Às Vezes" ou "Nunca" e foram as seguintes:

1. Com que frequência você leva crianças para passear no parque ou próximo a ele?;
2. Com que frequência você sente alguma barreira de acesso no parque ou próximo a ele?;
3. Com que frequência você sente insegurança no parque ou próximo a ele?;
4. Com que frequência você sofre importunação sexual no parque ou próximo a ele?;
5. Com que frequência você sofre discriminação racial no parque ou próximo a ele?;
6. Com que frequência você participa de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro?;
7. Com que frequência você sente que os espaços de lazer ao ar livre do parque ou próximos a ele são confortáveis?; e
8. Com que frequência você encontra pessoas amigas no parque ou próximo a ele?

As figuras 38, 39 e 40 apresentam os resultados da ferramenta aplicada no Parque Linear Água Podre - Ypuera, nas quais é possível observar a sobreposição das percepções relacionadas à gênero, e o cruzamento com as informações étnico-raciais. O número indicado entre parênteses na legenda dos gráficos indica a quantidade de pessoas que responderam ao diagrama. Os gráficos foram elaborados através da média resultante de cada categoria.

Na Figura 36, se apresenta que a maioria dos homens participantes apontou que sente que os espaços de lazer ao ar livre do parque ou próximo a ele são confortáveis, ao mesmo tempo em que indica quase nunca sentir insegurança no parque ou próximo a ele. Por outro lado, se expressa também que a maioria das mulheres participantes apontou participar com mais frequência de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro, além de sentir mais insegurança e alguma barreira de acesso no parque ou próximo a ele.

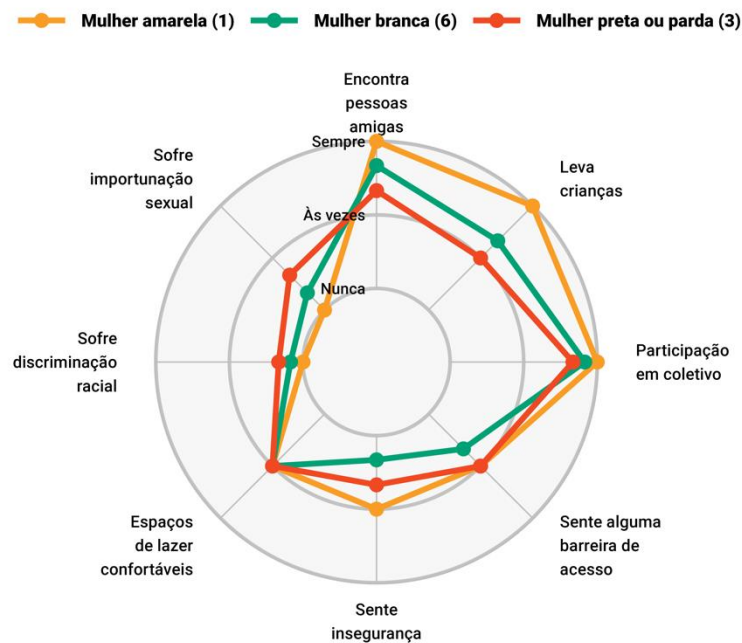
Figura 38– Diagrama de estrela – gênero



Fonte: ONU-Habitat.

Na Figura 37, se destaca como as mulheres brancas participantes apontaram perceber menos barreiras de acesso no parque ou próximo a ele, assim como sentir menos insegurança.

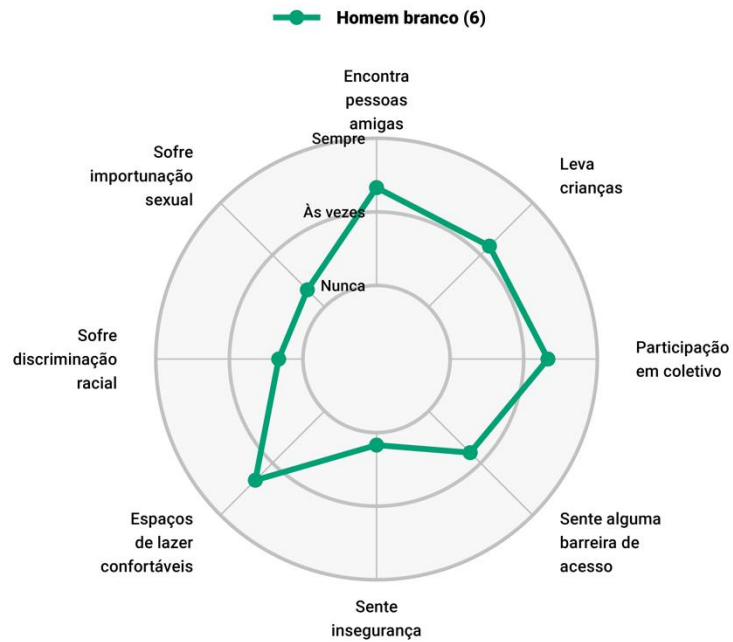
Figura 39 – Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (mulheres)



Fonte: ONU-Habitat.

Na Figura 38, se visualiza que os homens brancos participantes encontram mais pessoas amigas, participam com mais regularidade de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro e com menor frequência, sentem alguma barreira de acesso no parque ou próximo a ele.

Figura 40 – Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (homens)



Fonte: ONU-Habitat.

A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos. O resultado dessa ferramenta foi incorporado no capítulo referente aos programas e projetos do Plano de Gestão.

Figura 41 – Registro da atividade “Diagrama de Estrela”



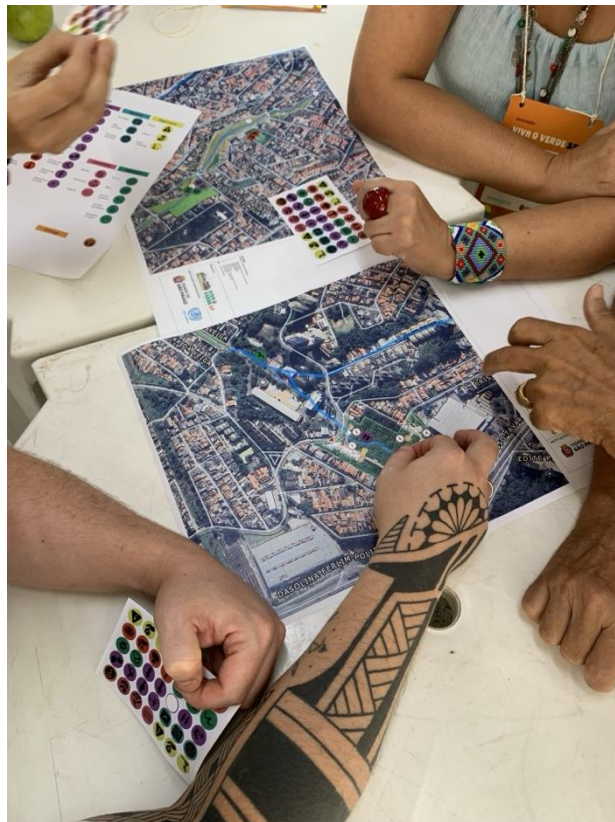
Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat.

3.4 Mapeamento afetivo

No segundo momento da oficina (M2), foi sugerida a formação de grupos entre as pessoas participantes para discussão coletiva das percepções acerca do território, com base no mapa do parque em formato A3, no qual poderiam ser colados adesivos com pictogramas em relação a elementos do parque percebidos com frequência (usos, pessoas, normas, segurança, patrimônio, natureza e desejos de futuro). Além de preparar para a próxima dinâmica, o propósito desta atividade foi fornecer informações para a proposta de setorização do parque. A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e setorização do Plano de Gestão.

Figura 42– Registro da atividade “Mapeamento Afetivo”



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat

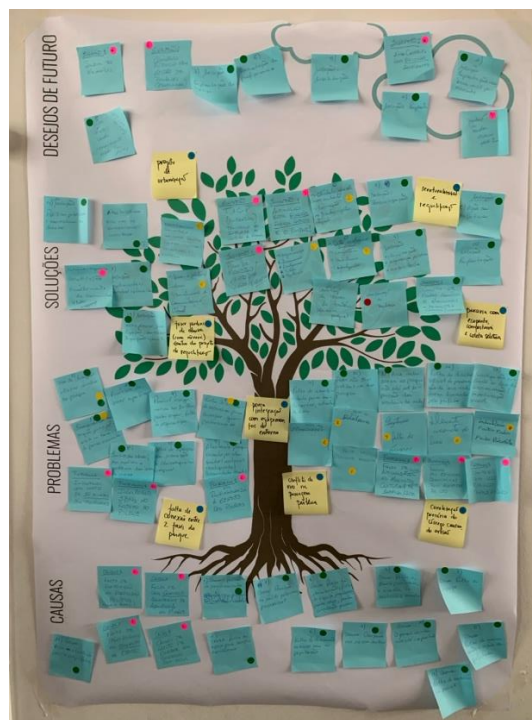
3.5 Árvore dos sonhos

O objetivo da última ferramenta aplicada na oficina foi o desenvolvimento da base para a elaboração do plano de ação e diretrizes para o Plano de Gestão. Com a mesma formação de grupos da atividade anterior, as pessoas participantes foram incentivadas a debater sobre os problemas do parque e a partir daí pensar em suas causas, nas possíveis soluções e desejos de futuro.

Cada contribuição foi colocada na Árvore dos Sonhos pela equipe facilitadora, por meio de notas adesivas, na localização correspondente – raiz para as causas, tronco para os problemas, folhas para as soluções e céu para os desejos de futuro. Para as questões que poderiam ser organizadas no território foi identificada sua localização no mapa do parque. Para instigar os sonhos, foram apresentadas algumas imagens de referência nas mesas para contribuir na ampliação de repertório das pessoas participantes. A duração prevista para realização da atividade foi de uma hora e 30 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e diretrizes do Plano de Gestão.

Figura 43 – Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat



Figura 44 – Registros da atividade “Árvore dos Sonhos”



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat.